

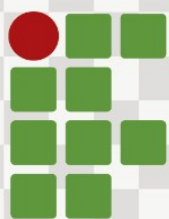
**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO  
DIRETORIA DE ENSINO**

**PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO  
CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO**

**FORMA DE OFERTA: Integrado**

**AUTORIZADO PELA RESOLUÇÃO Nº 38/2014  
AJUSTE PARECER CONSEPE Nº 28/2023**

**Barracão  
2023**



**INSTITUTO  
FEDERAL**  
Paraná

## **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ**

### **Reitor**

Odacir Antonio Zanatta

### **Pró-Reitora de Ensino**

Cristiane Ribeiro da Silva

### **Diretora de Ensino**

Patrícia Daniela Maciel

### **Coordenadora de Cursos Técnicos**

Ana Lucia Berno Bonassina

### **Diretor Geral do Campus**

João Luciano Bandeira

### **Diretor Adjunto do Campus**

Mario Victor Vilas Boas

### **Coordenadora de Curso**

Raquel Rodrigues Teixeira Benevides

### **Comissão de Estruturação de Curso**

(Designada pela Portaria de Pessoal DG/CAPANEMA/ IFPR N° 169/2022)

Raquel Rodrigues Teixeira Benevides

Fernanda Marchiori Grave

Jean Carlos Herpich

João Luciano Bandeira

Mario Victor Vilas Boas

Marisa Biali Cora

Raquel Teodoro Onevetch

Simone da Silva Castro

Barbara Antunes da Silva

Jeferson Mota da Silva Melo

Everton Correia Luz

Rafaela Marques Rafael

### **Colegiado de Gestão Pedagógica de Campus**

Karla Aparecida Lovis (DIEPEX – Capanema – Portaria n° 254/2020)

Eliane Sabatini (Pedagoga)

Amanda Ferreira de Lima (Coordenadora de Curso – Portaria n° 287/2023)

Claudia Candido da Silva (Coordenadora de Curso – Portaria n° 1169/2021)

Jaci Poli (Coordenador de Curso – Portaria n° 24/2021)

Rogério Pereira dos Santos (Coordenador de Curso – Portaria n° 93/2023)

1 APRESENTAÇÃO DO PROJETO.....	5
1.1 IDENTIFICAÇÃO.....	5
1.1.1 Processo.....	5
1.1.1.1 Número do processo do PPC.....	5
1.1.1.2 Número do processo de ajuste do PPC.....	5
1.1.2 Informações do Campus.....	5
1.1.3 Denominação do Curso.....	5
1.1.4 Eixo Tecnológico.....	5
1.1.5 Modalidade.....	5
1.1.6 Forma de Oferta.....	5
1.1.7 Turno do curso.....	6
1.1.8 Horário de oferta do curso.....	6
1.1.9 Tempo de Duração do Curso.....	6
1.1.10 Carga Horária Total do Curso.....	6
1.1.11 Carga Horária de Estágio Obrigatório.....	6
1.1.12 Tipo de matrícula.....	6
1.1.13 Regime acadêmico.....	6
1.1.14 Vagas totais.....	6
1.1.15 Escolaridade mínima exigida/requisito de acesso ao curso.....	6
1.1.16 Ano de criação do curso.....	7
1.1.17 Ano de início da primeira turma.....	7
1.1.18 Ano de ajuste curricular.....	7
1.1.19 Coordenadora.....	7
1.1.20 Endereço de realização do curso.....	7
1.1.21 Instituição Conveniada.....	7
1.1.22 Conselho profissional ou legislação que regula a profissão.....	7
1.1.23 Comissão de Estruturação de Curso (CEC) ou Comissão de Ajuste Curricular (CAJ):.....	7
1.2 FUNDAMENTOS LEGAIS E NORMATIVOS.....	8
1.3 JUSTIFICATIVA.....	9
1.3.1 Contexto histórico do IFPR.....	9
1.3.2 A integração do PDI, PPI e PPP.....	11
1.3.3 A criação do curso no campus.....	12

2 OBJETIVOS.....	15
2.1 OBJETIVO GERAL.....	15
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	16
3 CONCEPÇÃO DO CURSO.....	17
4 PERFIL DO EGRESSO.....	24
4.1 EXPEDIÇÃO DE DIPLOMAS E CERTIFICADOS.....	25
4.2 ÁREA DE ATUAÇÃO DO EGRESSO.....	25
4.3 ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO.....	25
4.4 REGISTRO PROFISSIONAL.....	26
5 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	26
5.1 ESTRUTURA CURRICULAR.....	26
5.1.1 Conteúdos curriculares.....	28
5.1.1.1 Obrigatórios.....	28
5.1.1.2 Exibição de filmes de produção nacional.....	29
5.2 METODOLOGIA E ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS.....	30
5.3 RELAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA , EXTENSÃO E INOVAÇÃO.....	32
6 AVALIAÇÃO.....	35
6.1 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	35
6.1.1 Recuperação Paralela.....	37
6.1.2 Forma de Emissão de Resultados.....	38
6.1.3 Condições de Aprovação.....	39
6.1.4 Progressão Parcial.....	39
6.2 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS ANTERIORES.....	40
6.3 CERTIFICAÇÃO DE CONHECIMENTOS ANTERIORES.....	40
6.4 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PROCESSO FORMATIVO.....	42
6.5 MATRIZ CURRICULAR.....	43
6.6 ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	44
6.7 EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIAS.....	44
6.8 ESTÁGIO CURRICULAR.....	95
6.9 CARACTERÍSTICAS DO ESTÁGIO.....	96
6.10 CONVÊNIOS DE ESTÁGIO.....	96
6.11 TRABALHO FINAL DE CURSO.....	96
7 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES.....	97
7.1 AÇÕES DE ACESSO E PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE.....	97

7.1.1 Programas de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação, Inclusão Social e Assistência estudantil.....	99
7.1.2 Acessibilidade.....	106
7.1.3 Educação Inclusiva.....	107
7.1.4 Mobilidade Estudantil e Internacionalização.....	108
<b>8 CORPO DOCENTE E CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO.....</b>	<b>110</b>
8.1 CORPO DOCENTE.....	110
8.1.1 Atribuições do Coordenador.....	110
8.1.2 Relação do Corpo docente.....	111
8.1.3 Colegiado de Curso.....	113
8.2 CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO.....	113
8.3 INSTRUMENTOS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	114
8.3.1 Funcionamento dos Colegiados de Gestão.....	114
8.3.2 Representatividade da comunidade acadêmica.....	116
8.3.3 Participação da Sociedade Civil na Gestão do Curso.....	116
<b>9 INFRAESTRUTURA.....</b>	<b>117</b>
9.1 ÁREAS DE ENSINO ESPECÍFICAS.....	118
9.2 ÁREAS DE ESTUDO GERAL.....	118
9.3 ÁREAS DE ESTUDO ESPECÍFICO.....	119
9.4 ÁREAS DE ESPORTE E VIVÊNCIA.....	119
9.5 ÁREAS DE ATENDIMENTO DISCENTE.....	119
9.6 ÁREAS DE APOIO.....	120
9.7 BIBLIOTECA.....	120
<b>10 AVALIAÇÃO DO CURSO.....</b>	<b>123</b>
10.1 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO.....	124
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>125</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>132</b>

## **1 APRESENTAÇÃO DO PROJETO**

### **1.1 IDENTIFICAÇÃO**

#### **1.1.1 Processo**

##### **1.1.1.1 Número do processo do PPC**

23411.001680/2014-56

##### **1.1.1.2 Número do processo de ajuste do PPC**

23411.012062/2020-80

#### **1.1.2 Informações do Campus**

Campus Avançado Barracão

Endereço: Rodovia BR 163, 2115 – Km 01

Bairro: Industrial

Cidade: Barracão

UF: PR

CEP: 85700-000

Telefone: (49) 3944-1600

Homepage: <https://ifpr.edu.br/barracao/>

e-mail: [secretaria.barracao@ifpr.edu.br](mailto:secretaria.barracao@ifpr.edu.br)

#### **1.1.3 Denominação do Curso**

Técnico em Administração.

#### **1.1.4 Eixo Tecnológico**

Gestão de Negócios.

#### **1.1.5 Modalidade**

Presencial.

#### **1.1.6 Forma de Oferta**

Integrado ao Ensino médio.

### **1.1.7 Turno do curso**

Matutino.

### **1.1.8 Horário de oferta do curso**

Início das aulas: 07:45h

Término das aulas: 12:05h

Intervalo: 9:45 às 10:05h

As aulas são oferecidas de segunda a sexta-feira.

### **1.1.9 Tempo de Duração do Curso**

04 anos.

### **1.1.10 Carga Horária Total do Curso**

3290 horas.

### **1.1.11 Carga Horária de Estágio Obrigatório**

90 horas.

### **1.1.12 Tipo de matrícula**

Por componente curricular.

### **1.1.13 Regime acadêmico**

Anual.

### **1.1.14 Vagas totais**

Mínimo: 20.

Máximo: 40.

### **1.1.15 Escolaridade mínima exigida/requisito de acesso ao curso**

Ensino fundamental – Anos finais completos, aprovado no processo seletivo regulamentado pela Pró-Reitoria de Ensino em parceria com o campus.

#### **1.1.16 Ano de criação do curso**

2014.

#### **1.1.17 Ano de início da primeira turma**

2015.

#### **1.1.18 Ano de ajuste curricular**

2023.

#### **1.1.19 Coordenadora**

Nome: Raquel Rodrigues Teixeira Benevides

Titulação Máxima: Mestre

Regime de Trabalho: 40h - Dedicção Exclusiva

#### **1.1.20 Endereço de realização do curso**

Campus Avançado Barracão

Endereço: Rodovia BR 163, 2115 – Km 01

Bairro: Industrial

Cidade: Barracão

UF: PR

CEP: 85700-000

#### **1.1.21 Instituição Conveniada**

Não se aplica.

#### **1.1.22 Conselho profissional ou legislação que regula a profissão**

Não se aplica.

#### **1.1.23 Comissão de Estruturação de Curso (CEC) ou Comissão de Ajuste Curricular (CAJ):**

De acordo com PORTARIA DG/CAPANEMA/IFPR Nº 169, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2022:



Membro	Função
Raquel Rodrigues Teixeira Benevides	Integrante do Colegiado do Curso – Presidente
Fernanda Marchiori Grave	Integrante do Colegiado do Curso
Jean Carlos Herpich	Integrante do Colegiado do Curso
João Luciano Bandeira	Integrante do Colegiado do Curso
Mario Victor Vilas Boas	Integrante do Colegiado do Curso
Marisa Biali Cora	Integrante do Colegiado do Curso
Raquel Teodoro Onevetch	Integrante do Colegiado do Curso
Simone da Silva Castro	Integrante do Colegiado do Curso
Barbara Antunes da Silva	Representante da Seção de Ensino
Jeferson Mota da Silva Melo	Representante discente
Everton Correia Luz	Bibliotecário
Rafaela Marques Rafael	Servidora responsável pela revisão textual

## 1.2 FUNDAMENTOS LEGAIS E NORMATIVOS

Este ajuste no projeto pedagógico de curso, considera as legislações abaixo discriminadas e busca atendê-las em suas indicações, orientações e definições:

1. Lei nº 9.394/1996: estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);
2. Lei nº. 11.892/2008: Lei de Criação dos Institutos Federais;
3. Resolução CNE/CP nº. 1/2021, define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica;
4. Resolução CNE/CEB nº. 3/2018, define Diretrizes Curriculares Nacionais para Ensino médio;
5. Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos – 4ª edição;
6. Classificação Brasileira de Ocupações (CBO);

7. Resolução CONSUP/IFPR nº. 54/2011, que dispõe sobre a Organização Didático Pedagógica no IFPR;
8. Diretrizes Indutoras para a oferta de Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (2018);
9. Resolução CONSUP/IFPR nº. 64, de 23 de março de 2022: estabelece as Diretrizes para a Oferta de Cursos Técnicos Integrados ao Ensino médio do IFPR;
10. Resolução IFPR nº. 50/2017 – Estabelece as normas de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem no âmbito do IFPR.

## **1.3 JUSTIFICATIVA**

### **1.3.1 Contexto histórico do IFPR**

A origem do IFPR está alicerçada ao desenvolvimento do município de Curitiba, a partir da chegada dos imigrantes da Alemanha. Em 1869, a colônia alemã de Curitiba, através de seus gestores Verien Deutsche, Gottlieb Mueller e Augusto Gaertner passa a gerenciar a Escola Alemã, com o objetivo de atendimento aos filhos dos alemães que residiam na respectiva cidade (IFPR, 2019).

Como consequência dos conflitos gerados pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918), houve o enfraquecimento dos alemães. Assim, a comunidade brasileira conquista mais representatividade dentro da Escola Alemã. Em 1914, o professor Fernando Augusto Moreira conduz o processo de nacionalização da escola, a qual teve seu nome alterado e passou a ser denominada de Colégio Progresso. Moreira foi o primeiro diretor do Colégio Progresso e fomentou o fortalecimento de uma instituição com caráter público (IFPR, 2019).

Em 1936, é constituído o curso Comercial, que já era ministrado nas dependências da já extinta Escola Alemã, a qual foi o alicerce da história do IFPR. Em 1938, o Colégio Progresso passa a ser Sociedade Colégio Progresso (IFPR, 2019).

Em 22 de janeiro de 1974, o Conselho Universitário toma a decisão de fazer a integralização à Universidade Federal do Paraná. Dessa forma, houve alteração na nomenclatura para Escola Técnica de Comércio da Universidade Federal do Paraná (IFPR, 2019).

Uma nova alteração no nome da instituição ocorreu em 1990, passando a Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná. Em 1994, governo federal e estadual decidem que a rede pública de ensino deixaria de ofertar cursos técnicos (IFPR, 2019).

Em 19 de março de 2008, o Conselho Universitário da UFPR autoriza a implantação do Instituto Federal do Paraná tendo como base a estrutura da Escola Técnica. Então, a Escola Técnica desvincula-se da UFPR para aderir, sediar e implantar o Instituto Federal. Em dezembro de 2008, o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva sanciona a Lei 11.892/08 que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Em 2009, inicia-se a instalação temporária da nova reitoria, visando a definir espaço físico para estruturar o campus Curitiba e dar continuidade à instalação dos campi Paranaguá e Foz do Iguaçu. Posteriormente, é aprovado o estatuto do IFPR e regulamentado diante dos órgãos governamentais (IFPR, 2019).

Nesse contexto de ampliação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, no dia 16 de agosto de 2011, foi divulgada a criação de mais sete campi do IFPR. Na ocasião, o município de Barracão foi contemplado e a consolidação do campus Avançado iniciou-se com a designação da Direção Geral, que assumiu o cargo em janeiro de 2014 (IFPR, 2019).

No dia 21 de junho de 2012, o governador do estado do Paraná, Beto Richa, assinou a desapropriação e doação da estrutura física da FAF (Faculdade da Fronteira) para o Instituto Federal do Paraná (IFPR). Isso posto, é criado o Campus Avançado Barracão (CAB), extensão do Campus Capanema (IFPR, 2019).

Com a doação do patrimônio da FAF pelo governo estadual, o IFPR- CAB foi inaugurado na data de 18 de junho de 2014 e através da Portaria 1.074 de 30 de dezembro de 2014 obteve a autorização para funcionamento.

O CAB nasce como uma instituição estratégica e histórica para contribuir à concretização de desafios regionais direcionados para o desenvolvimento da região de fronteira, amparado pela comunidade local, pelo Consórcio Intermunicipal da Fronteira (CIF), pela prefeitura das cidades de Barracão, Dionísio Cerqueira, Bernardo de Irigoyen e Bom Jesus do Sul. Nesse momento, o CIF contribuiu com a realização de pesquisas com a finalidade de identificar as necessidades e interesses educacionais dessa comunidade (IFPR, 2019).

No início do campus, havia apenas dois servidores, um professor e um Técnico em Assuntos Educacionais lotados no IFPR - Campus Palmas que realizaram a oferta do Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) em Contação de História. Em 2014, o campus abre o processo seletivo de estudantes para o curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino médio (IFPR, 2019).

Em 2015, tomaram posse, juntamente com os servidores do campus Capanema, os primeiros servidores do CAB.

O Instituto continua em fase de expansão, novas obras são projetadas e concretizadas em outros municípios do Paraná. Atualmente, o IFPR possui 20 campi, seis campi avançados e quatro centros de referência distribuídos por todo o Paraná. A instituição é formada por 29 mil estudantes; 1430 docentes e 965 técnicos administrativos em Educação (TAE) e oferta 310 cursos (técnicos, de graduação, de qualificação profissional e de pós-graduação).

### **1.3.2 A integração do PDI, PPI e PPP**

O PDI 2019-2023 é resultado de um processo de construção coletiva, forjado a partir de audiências públicas, discussões, debates, estudos, análises técnicas, nas 26 unidades do IFPR, além da Reitoria, abrangendo todas as dimensões da instituição e posteriormente consolidados em um documento único, o qual sofreu atualizações em 2020. Trata-se de uma ferramenta para a gestão que deve cumprir o papel de orientar a instituição em aspectos como a sua filosofia de trabalho, a missão a que se propõe, seus objetivos estratégicos e as diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, sendo conduzido a partir de sua Missão, Visão e Valores. O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) compõe o PDI e “tem por finalidade indicar caminhos, descrever princípios e meios operacionais para se cumprir a missão do IFPR” (PDI, 2020, p. 209). O PPI também indica as principais concepções de educação que devem se constituir como bússola e embasar os documentos do campus, bem como as práticas pedagógicas, projetos e ações institucionais, sempre na perspectiva do compromisso coletivo com a educação. Nessa perspectiva, cabe ressaltar que o Projeto Político Pedagógico (PPP) do campus é documento que deve estar em constante análise e reflexão e que, no momento, encontra-se em revisão e atualização. Em função disso, são realizadas discussões a partir de resultados de consultas à comunidade escolar e sociedade. Nesse movimento necessário de construção e reflexão permanente, busca se constituir a partir do PDI e PPI do IFPR, tomando-os como referência tanto nos aspectos relacionados às concepções educativas, como também no que diz respeito ao planejamento institucional e materialização das políticas estruturadas na instituição.

Nesse sentido, o curso técnico em Administração integrado ao Ensino médio segue as diretrizes do PDI, o qual orienta quanto à função social, no que tange a proporcionar uma formação humanística e integral, através da qual os conhecimentos partam da prática social e retornem, transformando-a, além de contribuir na formação de cidadãos comprometidos com

a realidade social. Outrossim, aponta que “todos os processos educativos, assim como suas respectivas metodologias e meios, têm por base a concepção de educação como elemento de transformação pessoal e social” (PDI-IFPR, 2009, p.61).

No que respeita ao atendimento à sociedade, para contemplar o empreendedorismo e a inovação, itens fortemente elencados como fundamentais aos novos profissionais, cujas características apresentam-se como o comprometimento, liderança e visão, pretende-se alcançá-los através da proposição de projetos de pesquisa e extensão, relacionados com as propostas pedagógicas do curso. Assim, em diálogo com a educação profissional, são contemplados os conteúdos de Formação Técnica e os de Formação Geral, de maneira contextualizada e integrada, procurando desenvolver metodologias e práticas educativas integradoras do teórico-prático e complementadoras do saber-fazer. O currículo do curso tem como diretriz a formação humana e a formação profissional, isto é, formação ética, política e estética para combater as ações que venham a reforçar a opressão de uns sobre outros ou degradar a relação do ser humano com a natureza.

### **1.3.3 A criação do curso no campus**

Com a perspectiva de expansão do investimento na área de educação para a melhoria do ensino e da qualidade de vida da população de todo o Paraná, a implantação do CAB-IFPR, na Mesorregião Sudoeste Paranaense, região Sul do Brasil, na fronteira com a Argentina e divisa com o Estado de Santa Catarina, vem a fomentar novas possibilidades de desenvolvimento social através do ensino, da pesquisa e da extensão com educação pública de qualidade. A região de Barracão, assim como do Sudoeste paranaense, apresenta uma característica histórica singular ligada à questão do estabelecimento das fronteiras entre Paraná e Santa Catarina e Brasil e Argentina. Destaca-se a disputa do território por diversas questões ligadas à posse da terra, inicialmente a disputa entre Brasil e Argentina chamada por vezes como Questão de Palmas (1885), a questão do Contestado (1916), a formação do território do Iguazu (1943).

O município de Barracão situa-se numa trílice fronteira: faz divisa com o município de Dionísio Cerqueira (estado de Santa Catarina) e Bernardo de Irigoyen (província de Misiones na Argentina). Denomina-se “divisa seca”, formando um “continuum urbano” entre as três cidades, somente as ruas dividem as três cidades. Em 1914, foi criado um Distrito Judiciário com a denominação de Dionísio Cerqueira, com sede no lugar denominado Barracão, no município de Clevelândia. A questão de limites entre os estados do Paraná e Santa Catarina

foi resolvida em 1916, através de um acordo firmado por ambas as partes. Em função do acordo de limites, Barracão foi dividido em dois, ficando partes sob jurisdição paranaense e catarinense, separadas apenas por uma linha divisória seca. A parte que ficou no Paraná, permaneceu com o nome de Barracão e a que ficou em Santa Catarina, recebeu a denominação de Dionísio Cerqueira, em homenagem ao seu fundador. A cidade fundada no lado Argentino, separada apenas pelo Rio Peperi-Guaçu, recebeu a denominação de Bernardo de Irigoyen. Dessa forma, Barracão no Paraná e Dionísio Cerqueira em Santa Catarina parecem formar uma só cidade.

Esse aspecto histórico peculiar propõe uma abordagem totalmente diferente com relação ao planejamento e às ações por parte do estado, haja vista que em razão da situação geosociopolítica de Barracão, faz-se necessário citar os municípios do Consórcio Intermunicipal de Fronteira (CIF). Na região de Barracão, devido ao relevo, destaca-se a atividade no setor agropecuário, formado por pequenas e médias propriedades rurais e utilização de mão de obra familiar. Por ser uma região de fronteira, na dinâmica econômica predomina a atividade comercial, atividades de importação e exportação, destacando-se produtos hortifrutigranjeiros. Devido à variação cambial e estabilidade econômica do Brasil, tem havido crescente procura por produtos diversos na cidade argentina. Diferentemente de tradicionais cidades de fronteira, como Foz do Iguaçu e Guaíra, também no Estado do Paraná, os produtos comerciais predominantes são supermercadistas: bebida, perfumaria, higiene e limpeza; e não eletrodomésticos como na outra fronteira citada. No setor industrial destacam-se atividades agroindustriais com produtos como: leite, frigorífico, oleaginoso e de ração.

Distinguimos assim, três eixos diferenciados complementares, o primeiro em Barracão-PR, ligado à pequena produção rural com diversificação produtiva destacando atividades agroindustriais. O segundo eixo refere-se ao lado argentino, essa região da Argentina sobrevive da exploração florestal, do cultivo da erva-mate e da pecuária. Apesar disso, o PIB da província é formado em grande parte pelo comércio. Atualmente, destacam-se no município argentino as vendas de varejo e atacado, especialmente no setor de supermercados. E o terceiro eixo está relacionado ao município de Dionísio Cerqueira-SC, grande parte das representações públicas situa-se na cidade de Dionísio Cerqueira, há Postos Alfandegários da Polícia e da Receita Federal. Por isso, sobressai-se com maior participação do PIB total e de atividades no setor comercial e de serviços. No setor de comércio e de serviços, destaca-se o município de Barracão com 69% da produção vinda desse setor. Nesse contexto, explicita-se a importância do curso técnico em Administração integrado ao Ensino médio no CAB-IFPR, com a intenção de fortalecer a vocação regional e ampliar as possibilidades do

desenvolvimento social, contribuindo com pesquisas, cursos de extensão e o ensino direcionado para essa característica, local voltado à administração em suas diferentes esferas. Aproveitando-se da organização de pequenos produtores, de uma agricultura comercial diversificada, em Barracão, o comércio atacadista por parte da Argentina e as ações governamentais ligadas aos estabelecimentos por parte de Santa Catarina constituem uma importante rede que integra todos esses fatores tendo amplo campo de trabalho para profissionais da área de Administração. A criação do curso técnico em Administração integrado ao Ensino médio está inicialmente inserida no compromisso social da instituição em ajudar no desenvolvimento da região Sudoeste do Paraná.

O curso contribui para a modificação do quadro socioeconômico da região nos seguintes aspectos:

- Geração de empregos nos setores ligados à administração em seus mais amplos aspectos;
- Aumento da utilização dos recursos naturais e potencialidades da região;
- Apropriação de conhecimentos técnicos que sirvam para uma melhora qualitativa na região;
- Possibilidade de melhoria na distribuição de renda.

A região possui população com perfil jovem, o que pode motivar formação e a fixação de mão de obra qualificada na região, evitando o êxodo populacional para os grandes centros urbanos. Logo, justifica-se a importância social da criação do curso técnico em Administração integrado ao Ensino médio no CAB-IFPR. O desafio inicial é sistematizar as disciplinas para que abranjam o máximo de competências, habilidades e conhecimentos necessários aos formados. Dessa forma, eles poderão atuar na sociedade e inserir-se no mundo do trabalho de forma crítica e reflexiva. Ainda, pode-se apontar a formação integral desses jovens que buscam muito mais que a conclusão do Ensino médio, trazem consigo a expectativa de uma inserção qualificada nas suas relações sociais particulares e profissionais. Ademais, justifica-se a relevância de um curso técnico em Administração, pela própria localização geográfica do campus. Em Barracão, com o crescimento do setor de serviços e transportes em uma região de fronteira, as possibilidades de integração voltadas ao crescimento regional comum se apresentam através de inúmeras possibilidades para o ramo administrativo tanto público quanto privado. Especificamente no Sudoeste Paraense, pode-se encontrar um número considerável de pequenas indústrias produtoras de alimentos, principalmente de queijo, suco de frutas, geleias, vinhos, doces, embutidos, entre outros.



Sabe-se da importância socioeconômica destas agroindústrias de pequeno porte na região, já que essas empresas vêm apresentando um bom potencial de geração de emprego e renda. Aliado a isso, temos o setor de comércio atacado e varejo, bem como o setor de transportes que vem se apresentando dinâmico e com boas possibilidades para a expansão nos próximos anos, necessitando preparar profissionais competentes para atuar nessa área tão abrangente e importante da economia, possibilitando o crescimento e sustentabilidade desses empreendimentos.

O projeto do curso técnico em Administração integrado ao Ensino médio encontra justificativa, ainda, na medida em que forma profissionais de nível médio, com formação científica e tecnológica sólidas, os quais possuem flexibilidade para as mudanças e são capazes de acompanhar os avanços da tecnologia e dos conhecimentos científicos, a partir do acesso à educação continuada. Certamente, a oferta do curso poderá contribuir muito para a expansão e implantação de novos empreendimentos de pequeno e médio porte na região, como forma de promover e criar condições para que os diferentes setores da economia tenham perspectivas de permanência e sustentabilidade na atividade, reduzindo o fluxo migratório, ao mesmo tempo em que promove a criação de novos empregos e geração de renda.

O curso técnico em Administração integrado ao Ensino médio do CAB-IFPR foi criado em 2014, a primeira turma iniciou no ano de 2015 e foi o primeiro curso ofertado no campus. A justificativa para o ajuste deste PPC foi a necessidade de modernização dos componentes curriculares e reorganização das ementas, observando a dinâmica do mundo do trabalho e da sociedade.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 OBJETIVO GERAL**

O propósito educacional do curso técnico em Administração integrado ao Ensino médio é formar cidadãos e profissionais éticos, com elevado grau de responsabilidade social e que tenham compromisso não só com a perspectiva econômica, mas também com as dimensões social e ambiental, estejam preocupados em equilibrá-las, transcendendo a visão ortodoxa da Administração. Ainda, preparar profissionais aptos a exercerem plenamente sua autonomia de conhecimentos da área de Administração e da Educação básica. Para tanto, reúnem-se os seguintes objetivos específicos:



## 2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Proporcionar condições de profissionalização a alunos com ensino fundamental concluído, concomitantemente à formação de Ensino médio.
- Promover a articulação do quadripartido ensino, pesquisa, extensão e inovação, por intermédio do exercício da pesquisa como princípio pedagógico.
- Contribuir para que os jovens se constituam como cidadãos críticos, propositivos e dinâmicos na busca de novos conhecimentos e que, através da integração da formação humanística e cultura geral à formação técnica, tecnológica e científica, sejam capazes de se inserir no mundo do trabalho de modo ético e comprometido com o desenvolvimento regional sustentável, interagindo e aprimorando continuamente seus aprendizados.
- Proporcionar aos participantes uma compreensão diferenciada e efetiva da complexidade do ambiente socioeconômico, ambiental e político, de modo que consigam capitalizar oportunidades relacionadas à sustentabilidade para empresas.
- Atender às expectativas da comunidade regional.
- Capacitar os profissionais para atuarem como agentes de incentivo à implantação de melhorias da qualidade do sistema cooperativo.
- Incentivar o empreendedorismo na formação do técnico.
- Colocar à disposição da sociedade um profissional apto ao exercício de suas funções e consciente de suas responsabilidades.
- Integrar o ensino ao trabalho, oportunizando o desenvolvimento das condições para a vida produtiva moderna.
- Cumprir a função social da escola, colaborando com a melhoria das condições da vida no campo, com diminuição do êxodo rural, através de mais uma alternativa aos pequenos e médios produtores.
- Oportunizar a educação permanente e requalificação, atendendo aos novos paradigmas que estabelecem a necessidade e a capacidade no mundo do trabalho.
- Oferecer uma opção de profissionalização aos alunos que desejam ingressar no CAB-IFPR.

### 3 CONCEPÇÃO DO CURSO

Ao tratar das bases conceituais do curso técnico em Administração é importante ter como base a Constituição Federal, a qual, em seu art. 6º, já estabeleceu como direitos sociais, a educação e o trabalho, entre outros. Demarcar esse artigo e entendê-lo como parte integrante do arcabouço legal que representa a lei máxima do nosso país, significa romper com qualquer lógica que possa tentar negar a importância e o valor da educação profissional, a qual tem em sua essência justamente esses dois elementos: educação e trabalho.

Reconhecendo o valor inegável da educação profissional no desenvolvimento da nação, faz-se necessário lançar mão de bases teóricas que permitam materializar uma formação educacional, que desafiem a lógica excludente e que trabalhem para o desenvolvimento integral do potencial dos seus cidadãos.

Em vista disso, busca-se efetivar a proposta de Ensino médio integrado à Educação profissional com vistas à integração curricular, na perspectiva de uma proposta inspirada nos princípios da “educação politécnica”. Nesse sentido, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2012, p.21), com base em Saviani (1997) afirmam que

O ensino médio integrado ao ensino técnico, conquanto seja uma condição social e historicamente necessária para a construção do ensino médio unitário e politécnico, não se confunde totalmente com ele porque a conjuntura do real assim não o permite. Não obstante, por conter os elementos de uma educação politécnica, contém os germens de sua construção.

Nessa perspectiva, busca-se considerar, na organização do currículo, os elementos que permitam a efetivação de uma proposta inspirada na politecnicidade. Tendo em vista essa concepção, sob a égide de integração curricular, a organização do currículo pretende romper com a mera soma de dois cursos (Ensino médio + técnico) e sim, explicitar um esquema curricular que contemple a formação integrada e articulada de conhecimentos de caráter geral, os quais se desdobram originando campos específicos, conforme o processo produtivo em que estão inseridos.

Em atinência a essa concepção, toma-se o “trabalho como princípio educativo”, sendo importante ressaltar que,

Compreender a relação indissociável entre trabalho, ciência e cultura significa compreender o trabalho como princípio educativo, o que não se confunde com o “aprender fazendo”, nem é sinônimo de formar para o exercício do trabalho. Considerar o trabalho como princípio educativo equivale dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isto, se apropria dela e pode transformá-la. Equivale dizer, ainda, que nós somos sujeitos de nossa história e de nossa realidade. Em síntese, o trabalho é a primeira mediação entre o homem e a realidade material e social. O trabalho também se constitui como prática econômica, obviamente porque nós garantimos nossa existência produzindo riquezas e satisfazendo necessidades. Na sociedade moderna a relação econômica vai se tornando fundamento da profissionalização. Mas sob a perspectiva da integração entre trabalho, ciência e cultura, a profissionalização se opõe à simples formação para o mercado de trabalho. Antes, ela incorpora valores ético-políticos e conteúdos históricos e científicos que caracterizam a práxis humana. Portanto, formar profissionalmente não é preparar exclusivamente para o exercício do trabalho, mas é proporcionar a compreensão das dinâmicas socioprodutivas das sociedades modernas, com as suas conquistas e os seus revezes, e também habilitar as pessoas para o exercício autônomo e crítico de profissões, sem nunca se esgotar a elas. (RAMOS, [s.d.], p.4-5, grifos nossos).

Em face dessas premissas, a concepção de educação aqui pautada assinala a perspectiva de formação humana, omnilateral e integral (e integrada em sua forma e conteúdo).

Ao pensar um currículo que visa à articulação entre conhecimentos gerais e específicos cabe pontuar que no currículo que integra formação geral, técnica e política, o estatuto de conhecimento geral de um conceito está no seu enraizamento nas ciências como leis gerais que explicam fenômenos. Um conceito específico, por sua vez, configura-se pela apropriação de um conceito geral com finalidades restritas a objetos, problemas ou situações de interesse produtivo. (RAMOS, 2012, p. 121).

A partir desses princípios, buscou-se que, no âmbito da organização curricular por componentes, aqueles relativos aos conhecimentos gerais, estabeleçam uma relação orgânica com aqueles que abrangem os conhecimentos específicos, sendo que esses componentes devem estar assentados nas dimensões do trabalho, ciência, cultura e tecnologia.

Logo, é válido ressaltar outro aspecto importante do currículo, que diz respeito à interdisciplinaridade.

O artigo terceiro da Resolução CNE/CP n. 01/2021 apresenta como um dos princípios norteadores da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) a

[...] interdisciplinaridade assegurada no planejamento curricular e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e da segmentação e descontextualização curricular”. (RESOLUÇÃO CNE/CP N. 01/2021, p. 2)

Ramos (2012, p. 117) disserta que na organização do currículo integrado - “[...] conceitos sejam apreendidos como sistema de relações de uma totalidade concreta que se

pretende explicar/compreender” - é por meio dos componentes curriculares que se torna possível a apropriação dos conhecimentos considerando sua “especificidade conceitual e histórica”. Desse modo,

[...] a interdisciplinaridade, como método, é a reconstituição da totalidade pela relação entre os conceitos originados a partir de distintos recortes da realidade; isto é, dos diversos campos da ciência representados em disciplinas. Isto tem como objetivo possibilitar a compreensão do significado dos conceitos, das razões e dos métodos pelos quais se pode conhecer o real e apropriá-lo em seu potencial para o ser humano. (RAMOS, 2012, p. 117).

Ao tratar dos fundamentos do currículo integrado, Ramos (2012, p. 120) destaca que, do ponto de vista da dialética, “a integração de conhecimentos se faz com o objetivo de reconstruir totalidades pela relação entre as partes”. Logo, não havendo como o currículo abranger a totalidade da realidade, é necessário eleger “os conceitos que expressam as múltiplas relações que definem o real”. Daí a necessidade de determinar “disciplinas, conteúdos, problemas, projetos, etc. [...]”.

Logo, é possível ponderar que a organização do currículo não ocorre a partir de competências. Nesse sentido, recorremos a Ramos (2012, p. 108), quem pontua que “o sentido das competências, por sua vez, é delimitado pela utilidade que têm os conhecimentos na realização de ações práticas.” Dessa forma, o desenvolvimento de competências pode ser uma “consequência e não um conteúdo em si”. (RAMOS, 2012, p. 119).

Nessa direção, Ramos (2012, p. 115) chama atenção para três princípios que fundamentam filosoficamente a organização do currículo integrado: o primeiro princípio implica em conceber o “homem como ser histórico-social”, o qual está diretamente ligado à premissa do trabalho como elemento central na produção da existência humana. O segundo, diz respeito à ideia de totalidade, compreendendo que “a realidade concreta é uma totalidade, síntese de múltiplas determinações”. Para Ramos (2012, p.115), o currículo integrado carrega a “possibilidade de se compreender o real como totalidade”.

Desses dois princípios eleva-se um terceiro que implica “em compreender o conhecimento como uma produção do pensamento, através do qual se apreende e se representa as relações que constituem e estruturam a realidade”. (RAMOS, 2012, p. 116).

Esses três pressupostos validam a proposta de currículo integrado preconizada pela autora, da qual compartilhamos neste PPC. Trata-se de

[...] possibilitar às pessoas compreenderem a realidade para além de sua aparência fenomênica. Sob essa perspectiva [contrária à pedagogia das competências], os conteúdos de ensino não têm um fim em si mesmos nem se limitam a insumos para o desenvolvimento de competências. Os conteúdos de ensino são conceitos e teorias que constituem sínteses da apropriação histórica da realidade material e social pelo homem. (RAMOS, 2012, p.115).

No que respeita à pesquisa, cabe destacá-la como um princípio pedagógico e, nessa perspectiva, o Parecer CNE/CEB n. 5/2011 orienta acerca da necessidade de tomá-la enquanto um princípio pedagógico e que essa faça parte de toda a escolarização dos sujeitos que “vivem/viverão do próprio trabalho”. O sentido dessa premissa justifica-se pelo fato de que a pesquisa

[...] instiga o estudante no sentido da curiosidade em direção ao mundo que o cerca, gera inquietude, possibilitando que o estudante possa ser protagonista na busca de informações e de saberes, quer sejam do senso comum, escolares ou científicos. Essa atitude de inquietação diante da realidade potencializada pela pesquisa, quando despertada no Ensino Médio, contribui para que o sujeito possa, individual e coletivamente, formular questões de investigação e buscar respostas em um processo autônomo de (re)construção de conhecimentos. (PARECER CNE/CEB n. 5/2011, p. 22).

Assumir a Educação profissional na sua forma integrada ao Ensino médio implica orientar-se a partir de um projeto de sociedade que visa à garantia dos direitos sociais a todos os sujeitos, bem como a busca de uma sociedade onde prevaleça a justiça, contrária às formas de desigualdades engendradas sob o modo de produção capitalista.

Ao tratar de um projeto de sociedade que pretende contribuir na superação das desigualdades e injustiças, torna-se imprescindível vislumbrar também um projeto de educação que possa ajudar a criar as condições necessárias às mudanças sociais que desejamos. Portanto, é nessa direção que a oferta do Ensino médio integrado à Educação profissional tem seus propósitos definidos. Contudo, salienta-se que a concepção na qual essa formação integrada se apoia, alinha-se ao pensamento de Ramos, defendendo uma educação unitária, politécnica e omnilateral, e apresenta os “dois pilares conceituais de uma educação integrada”:

[...] um tipo de escola que não seja dual, ao contrário, seja unitário, garantindo a todos o direito ao conhecimento; e uma educação politécnica, que possibilita o acesso à cultura, a ciência, ao trabalho, por meio de uma educação básica e profissional. É importante destacar que politecnia não significa o que se poderia sugerir a sua etimologia, a saber, o ensino de muitas técnicas. Politecnia significa uma educação que possibilita a compreensão dos princípios científico-tecnológicos e históricos da produção moderna, de modo a orientar os estudantes à realização de múltiplas escolhas. (RAMOS, [s.d.], p.3).

A Resolução CNE/CP n. 01/2021, que atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, indica como um dos princípios que devem nortear a oferta de cursos estabelecidos por essa norma legal a “centralidade do trabalho assumido como princípio educativo[...]”, indicando a necessária integração com a ciência, a cultura e a tecnologia.

Quanto a essa questão, Ramos ([s.d.]) entende que o trabalho, a ciência e a cultura são dimensões da vida humana, e que a integração dessas dimensões é que pode proporcionar a formação omnilateral dos sujeitos. Nesse entendimento, a autora trata do “duplo sentido do trabalho – ontológico e histórico”, e salienta que, ao apontar o trabalho como princípio educativo, não se trata de formar para o mercado de trabalho. Ao contrário disso, trata-se de proporcionar às pessoas uma formação capaz de concentrar seus esforços na “compreensão das dinâmicas socioprodutivas das sociedades modernas”, de compreender os fundamentos científicos e tecnológicos que edificam os processos produtivos, além de formar para que os sujeitos possam exercer com autonomia uma profissão. (RAMOS, [s.d.], p. 5).

As diretrizes curriculares nacionais também estabelecem como princípio orientador para a EPT o

[...] estímulo à adoção da pesquisa como princípio pedagógico presente em um processo formativo voltado para um mundo permanentemente em transformação, integrando saberes cognitivos e socioemocionais, tanto para a produção do conhecimento, da cultura e da tecnologia, quanto para o desenvolvimento do trabalho e da intervenção que promova impacto social. (RESOLUÇÃO CNE/CP n. 1/2021, p. 2).

Ao tomar a pesquisa como princípio pedagógico, atribui-se ao docente o papel essencial na adoção de estratégias pedagógicas que atuem nessa perspectiva de validade da pesquisa no processo de formação dos estudantes, permitindo que ampliem seus olhares acerca da realidade social, além de possibilitar mais envolvimento com a comunidade.

[...] para a pedagogia histórico-crítica, [...], conteúdo e método formam uma unidade, sendo que as escolhas são definidas pelos interesses dos dominados, posto que a escola visa garantir aos trabalhadores o acesso ao saber sistematizado e a sua efetiva apropriação. (RAMOS, 2011, p. 62).

Ramos (2011, p. 63) recorre à Saviani para apresentar o “método histórico-crítico de educação” por ele proposto, o qual implica os seguintes passos:

- a) Prática social (comum a professores e alunos) [...].
- b) Problematização (identificação dos principais problemas da prática social) [...].
- c) Instrumentalização (apropriação dos instrumentos teóricos e práticos necessários ao equacionamento dos problemas detectados na prática social) [...].
- d) Catarse (efetiva incorporação dos instrumentos culturais, transformados em elementos ativos de transformação social).
- e) Prática social.

À luz disso, pretende-se buscar as respostas aos desafios cotidianos acerca das escolhas metodológicas que permitirão dar materialidade ao currículo, em um processo que se constrói na dialogicidade com os pares e exige constante análise e reflexão, tendo em vista práticas pedagógicas que se caracterizem pela coerência metodológica e potencial transformador.

Para isso, a organização curricular desenvolve-se a partir dos seguintes princípios:

I) Transversalidade: diz respeito ao diálogo permanente que deve existir entre educação e tecnologia. A tecnologia é o elemento transversal presente nas ações de ensino, pesquisa e extensão, constituindo-se como uma dimensão que ultrapassa os limites das simples aplicações técnicas e abrange aspectos socioeconômicos e culturais. A transversalidade auxilia a verticalização curricular ao tomar as dimensões do trabalho, da cultura, da ciência e da tecnologia como vetores na escolha e na organização dos conteúdos, dos métodos, enfim, da ação pedagógica.

II) Verticalização: extrapola a simples oferta simultânea de cursos em diferentes níveis tendo a preocupação de organizar os conteúdos curriculares de forma a permitir um rico e diverso diálogo entre as formações. A constituição dos componentes curriculares do curso técnico em Administração integra-se nesse fluxo que permite a construção de itinerários de formação entre os diferentes cursos da EPT do IFPR, os quais incluem: qualificação profissional, de graduação e de pós-graduação.



III) Flexibilidade: um dos objetivos basilares da formação profissional e tecnológica é derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana. Sua orientação pedagógica deve recusar o conhecimento exclusivamente enciclopédico, assentando-se no pensamento analítico, buscando uma formação profissional mais abrangente e flexível, com menos ênfase na formação para ofícios e mais na compreensão do mundo do trabalho.

IV) Integração: a formação humana, cidadã precede à qualificação para a laboralidade e pauta-se no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se em desenvolvimento. Assim, a concepção da EPT que deve orientar as ações de ensino, pesquisa e extensão baseia-se na integração entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e, ao mesmo tempo, no desenvolvimento da capacidade de investigação científica, essencial à construção da autonomia intelectual. Portanto, no IFPR, o estudante e o docente são partícipes de um mesmo processo, com papéis diferentes, no qual os saberes são objetos da interação. Os princípios metodológicos são fundamentais para se compreender o papel dos agentes envolvidos nas diferentes situações de ensino-aprendizagem possíveis a partir do acima exposto.

V) Interdisciplinaridade: A proposta curricular adotará a articulação de projetos disciplinares e interdisciplinares. No entanto, considerando que a produção científica nos dias de hoje transita na eliminação de barreiras entre os diferentes campos do conhecimento, busca-se constituir elementos para a implementação de projetos transdisciplinares, nos quais novos campos do conhecimento são construídos, superando as lógicas formais das disciplinas e integrando o conhecimento.

Em síntese, buscou-se apresentar os aspectos fundamentais para a organização curricular do curso técnico em Administração integrado ao Ensino médio, buscando destacar que o percurso pedagógico que contribua para uma formação que se coloque em oposição aos interesses do capital e que, conforme salienta Ramos ([s.d.], p. 23), não “seja para o mercado de trabalho ou para a vida”, mas sim, uma “formação pelo trabalho e na vida”. Dessa maneira, fica nítido que a preocupação em não se pautar somente na qualificação do aluno para o mercado de trabalho, mas no desenvolvimento de habilidades e competências e valores humanistas fundamentais tanto para o exercício profissional como para o exercício da cidadania. Sendo assim, as estratégias metodológicas utilizadas no curso técnico em Administração integrado ao Ensino médio para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem pautam-se em princípios metodológicos da Educação profissional.



## 4 PERFIL DO EGRESSO

O curso técnico em Administração visa à formação de profissionais capazes de desenvolver habilidades administrativas de planejamento, organização, direção e controle, auxiliando na gestão organizacional, identificando problemas e propondo soluções sustentáveis, as quais se integrem às preocupações sociais, econômicas e ambientais. Adicionalmente, o curso estimulará o empreendedorismo e proporcionará aos estudantes a obtenção de conhecimentos necessários para criar e gerenciar seu próprio negócio. O técnico em Administração deverá ter uma visão sistêmica, compreendendo o ambiente externo e interno das organizações e suas inter-relações. Entenderá como funcionam as organizações e quais são as ferramentas e os conhecimentos necessários para melhorar os processos administrativos. Assim, poderá contribuir para a gestão empresarial e a tomada de decisões, executando de forma eficiente as funções administrativas, além das seguintes competências e habilidades:

- Possuir competência técnica e tecnológica em sua área de atuação.
- Inserir-se no mundo do trabalho de modo comprometido com o desenvolvimento regional sustentável.
- Ter formação humanística e cultura geral integrada à formação técnica, tecnológica e científica.
- Atuar com base em princípios éticos e de maneira sustentável.
- Saber interagir e aprimorar continuamente seus aprendizados a partir da convivência democrática com culturas, modo de ser e pontos de vista divergentes.
- Ser cidadãos críticos, propositivos e dinâmicos na busca de novos conhecimentos.
- Contribuir para a formação crítica e ética frente às inovações tecnológicas, avaliando seu impacto no desenvolvimento e na construção da sociedade.
- Estabelecer relações entre o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia e suas implicações para a EPT, além de comprometer-se com a formação humana, buscando responder às necessidades do mundo do trabalho.
- Possibilitar reflexões acerca dos fundamentos científico-tecnológicos da formação técnica, relacionando teoria e prática nas diversas áreas do saber.
- Proporcionar o desenvolvimento pessoal e profissional através do conhecimento científico, tecnológico e cultural, considerando os aspectos humanos, econômicos e sociais.

- Ser profissional com perfil criativo, inovador, competente, atualizado e com espírito empreendedor.
- Criar parcerias com empresas produtivas, a fim de facilitar a atualização constante dos estudantes.
- Executar as funções de apoio administrativo: protocolo e arquivo, confecção e expedição de documentos administrativos e controle de estoques.
- Operar sistemas de informações gerenciais de pessoal e material.
- Utilizar ferramentas da informática básica, como suporte às operações organizacionais.

Além disso, conforme Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (2021), o técnico em Administração será habilitado para:

- Executar operações administrativas de planejamento, pesquisas, análise e assessoria no que tange à gestão de pessoal, de materiais e produção, de serviços, à gestão financeira, orçamentária e mercadológica.
- Utilizar sistemas de informação e aplicar conceitos e modelos de gestão em funções administrativas, seja operacionais, de coordenação, de chefia intermediária seja de direção superior, sob orientação.
- Elaborar orçamentos, fluxos de caixa e demais demonstrativos financeiros.
- Elaborar e expedir relatórios e documentos diversos.
- Auxiliar na elaboração de pareceres e laudos para tomada de decisões.

#### **4.1 EXPEDIÇÃO DE DIPLOMAS E CERTIFICADOS**

Após a integralização dos componentes curriculares do curso técnico em Administração integrado ao Ensino médio, modalidade presencial, o egresso receberá o Diploma de Técnico em Administração do eixo Gestão de Negócios, assim como o Histórico Escolar de conclusão do Ensino médio.

#### **4.2 ÁREA DE ATUAÇÃO DO EGRESSO**

A área de atuação do egresso como técnico em Administração abrange diversos locais e ambientes de trabalho. O profissional pode encontrar oportunidades em indústrias e comércios em geral, prestadores de serviços e organizações do terceiro setor.

Para desempenhar sua função com excelência, é essencial que o técnico em Administração possua conhecimentos e habilidades relacionados à área administrativa. Ele deve atuar em conformidade com as legislações e diretrizes de conduta, bem como seguir as normas de saúde e segurança do trabalho. Além disso, é importante que o profissional seja empreendedor e inovador, buscando constantemente novas oportunidades de negócio e geração de renda.

O exercício da profissão deve ser pautado no comprometimento com as necessidades, desejos e percepção da realidade social dos clientes. O técnico em Administração também deve ter respeito à diversidade e à sustentabilidade, levando em consideração os aspectos sociais, econômicos e ambientais em suas atividades profissionais.

### **4.3 ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO**

Conforme a Resolução IFPR nº 23, de 23 de julho de 2021, que dispõe sobre a Política de Acompanhamento de Egressos nos cursos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, em todos os níveis e modalidades, os campi, por meio dos grupos de acompanhamento local dos egressos, precisam continuamente fomentar ações de aproximação com os estudantes concluintes e egressos, seja por meio de eventos ou pesquisas. Porém, o campus não conta com uma Comissão Local de Acompanhamento do Egresso, todavia reconhecemos a relevância de acompanhar, através de ferramentas como formulários e e-mails, mensagens instantâneas, entre outros, a continuidade da vida acadêmica e profissional dos egressos, a fim de permitir o uso dessas informações coletadas como ferramenta de tomadas de decisões quanto a modificações no PPC do curso, abertura de outros cursos, entre outros.

### **4.4 REGISTRO PROFISSIONAL**

Não se aplica.

## **5 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR**

### **5.1 ESTRUTURA CURRICULAR**

A necessidade e pertinência da elaboração de currículo adequado às demandas do mundo do trabalho, à formação profissional do aluno e aos princípios contidos na Lei de

Diretrizes e Bases (LDB) e demais legislações pertinentes, levou o IFPR, à construção de uma metodologia adequada para o desenvolvimento dos processos de ensino-aprendizagem e sistema de avaliação que pretendem garantir a construção das competências propostas nos Planos de Curso. A organização do curso técnico em Administração tem como princípio educativo a relação teoria-prática. Dessa forma, o processo pedagógico está centrado em aulas teóricas, seminários, visitas técnicas, pesquisas, estudos de caso e desenvolvimento de projetos, entre outros. Nesse sentido, a formação profissional do técnico em Administração considera o trabalho como eixo norteador de todas as relações que se estabelecem no processo de ensino-aprendizagem e na discussão do currículo necessário para a constituição desse profissional.

A prática profissional permeia todo o curso, sendo uma forma de propiciar uma convivência mais consistente do estudante com a área. Portanto, o aluno realizará o estágio supervisionado obrigatório e o desenvolvimento do trabalho de conclusão na área de Administração. De forma optativa, poderá realizar estágios não obrigatórios, e se integrar efetivamente ao mundo do trabalho, estabelecendo relações entre o saber aplicado no exercício da atividade profissional e o saber sistematizado em sala de aula. A organização curricular do curso técnico em Administração integrado ao Ensino médio está amparada nas determinações legais presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, aprovado pela Resolução CNE/CP nº.1/2021, tendo como fundamento básico a formação de um profissional comprometido com as questões socioambientais.

O curso está estruturado em regime anual comum, a matriz curricular está definida por componentes curriculares, dividida em quatro anos letivos no período matutino. Desde o primeiro ano do curso o aluno terá acesso aos componentes curriculares da formação geral em nível médio, bem como componentes curriculares específicos da formação profissional em Administração. Por se tratar de um curso integrados componentes curriculares do núcleo comum estarão voltados para uma compreensão crítica do mundo do trabalho que subsidiam uma formação técnica/cidadã do aluno.

Os cursos técnicos de nível médio possuem uma estrutura curricular fundamentada na concepção de eixos tecnológicos constantes do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), aprovado pela Resolução CNE/CEB nº.02/2020. Trata-se de uma concepção curricular que favorece o desenvolvimento de práticas pedagógicas integradoras e articula o conceito de trabalho, ciência, tecnologia e cultura, à medida que os eixos tecnológicos se constituem de agrupamentos dos fundamentos científicos comuns, de intervenções na

natureza de processos produtivos e culturais, além de aplicações científicas às atividades humanas.

A proposta pedagógica do curso está organizada por núcleos politécnicos, os quais favorecem a prática da interdisciplinaridade, apontando para o reconhecimento da necessidade de uma EPT integradora de conhecimentos científicos e experiências e saberes advindos do mundo do trabalho, possibilitando assim, a construção do pensamento tecnológico-crítico e a capacidade de intervir em situações concretas. Essa proposta possibilita a integração entre educação básica e formação profissional, a realização de práticas interdisciplinares, assim como a unidade dos projetos de cursos em todo o IFPR, concernente a conhecimentos científicos e tecnológicos, propostas metodológicas, tempos e espaços de formação.

Sua organização curricular se estrutura por componentes (os quais têm como referência os campos da ciência), englobando um amplo conjunto de conhecimentos sistematizados, considerando as áreas de conhecimento: Linguagens e suas tecnologias (que abarca os componentes de Artes, Educação Física, Língua Espanhola, Língua Inglesa e Língua Portuguesa), Matemática e suas tecnologias, Ciências da Natureza e suas tecnologias (que abarca os componentes Biologia, Física e Química) e Ciências Humanas e Sociais aplicadas (que abarca os componentes de Filosofia, História e Sociologia), todas elas integradas e direcionadas à área de Administração e somadas a alguns componentes mais específicos e necessários à formação profissional do técnico em Administração. Orientar-se-ão pelos perfis profissionais de conclusão estabelecidos no PPC, ensejando a formação integrada que articula ciência, trabalho, cultura e tecnologia, aliada à aplicação de conhecimentos teórico-práticos específicos do eixo tecnológico e da habilitação específica, contribuindo para uma sólida formação técnico-humanística dos estudantes.

Os seguintes conteúdos serão tratados em todo o decorrer do curso concomitante aos componentes regulares, sendo eles: “Educação alimentar e nutricional (Lei 11.947/2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da Educação Básica); Processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria (Lei 10.741/2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso); Educação Ambiental (Lei 9.795/99, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental); Educação para o Trânsito (Lei 9.503/97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro); Educação em Direitos Humanos (Decreto nº. 7.037/2009, que institui o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 3)”; Quanto ao ensino de “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”, normatizado pela Lei

11.645, de 10 de março de 2008, a qual altera a Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996, atentamos para o fato de que esta prevê que: Art. 1º O art.26-A da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação: [...] Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de sociologia, educação artística e de literatura e história brasileiras. Assim, tais conteúdos devem ser tratados no âmbito do currículo em sua totalidade, com destaque para os componentes citados.

### **5.1.1 Conteúdos curriculares**

#### **5.1.1.1 Obrigatórios**

O currículo contempla os componentes curriculares obrigatórios, conforme os artigos 35-A e 26 da lei nº 9394/1996: Língua Portuguesa, Matemática, Língua Inglesa e Educação Física, distribuídos ao longo da organização curricular do curso. A Lei 10.639/2003 e a Lei 11.645/2008 determina que os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de sociologia, educação artística, literatura e história brasileiras. Essas ações são articuladas através do Núcleo de Arte e Cultura (NAC) do campus e regulamentadas pela Resolução do CONSUP/ IFPR nº 69/2017. Ademais, as artes visuais, dança, música e teatro, conforme §6º do artigo 26 da Lei nº 9.394/1996, estão contempladas no currículo como linguagens que constituem o componente curricular de Arte e são fomentadas pela instituição através do Portal de artes do IFPR. Na mesma perspectiva, o currículo do curso abrange os estudos do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil, conforme §1º do artigo 26 da Lei nº 9.394/1996 e o ensino da História do Brasil, vide §4º do artigo 26 da Lei nº 9.394/1996, bem como estudos e práticas de sociologia e filosofia, de acordo com o §4º do artigo 35-A da Lei nº 9.394/1996.

Os conteúdos obrigatórios, educação alimentar e nutricional, processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso, educação no trânsito, educação ambiental, educação em direitos humanos e relações étnico-raciais, serão trabalhados de forma transversal e integrada, constando nas ementas dos componentes curriculares e serão abordados ao longo do período letivo.

Além desses, o curso contemplará o trabalho com conteúdos relativos aos direitos humanos e prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente, como tema transversal, conforme prevê a LDBEN nº 9.394/96 (alterada pela Lei nº 13.010/14) em

seu artigo 26, parágrafo 9, tendo como diretriz a Lei nº 8.069/90, que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Dessa forma, os conteúdos e temáticas obrigatórias, em decorrência da legislação citada e de forma transversal e integradora, na medida do possível, estão incluídos nas ementas dos componentes curriculares, considerando a relação desses com o objeto de estudo de cada componente. Nesse sentido, o trabalho com esses conteúdos e temáticas terá uma abordagem contextualizada, que permita a problematização, visando à sua apropriação a partir de suas especificidades. Ainda, os temas serão abordados, sob mediação da Direção Adjunta e Seção de Ensino, junto ao Colegiado do Curso, por meio de palestras, seminários, pesquisas, visitas técnicas, entre outros.

#### **5.1.1.2 Exibição de filmes de produção nacional**

A Lei nº 13.006, de 26 de junho de 2014, acrescenta o artigo 8º ao artigo 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDBEN), obrigando a exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica, por, no mínimo, duas horas mensais. Tendo em vista a referida legislação e, considerando a importância do cinema nacional e a necessidade de pensar a relação entre cinema e escola, optou-se por uma abordagem ampla, organizada por meio de projeto a ser implementado de forma colaborativa entre os docentes responsáveis pelos diversos componentes curriculares do curso, bem como com o apoio de outros servidores que atuam mais diretamente com as questões pedagógicas do curso.

O projeto será estruturado sob a responsabilidade das coordenações dos cursos técnicos integrados em Informática e Administração e da Seção de Ensino do campus, prevalecendo o envolvimento de todos os docentes e equipe pedagógica e observando as seguintes diretrizes:

- A seleção de filmes deverá ser realizada pelos Colegiados dos Cursos, buscando a ampliação da reflexão sobre o filme, possibilitando um olhar mais diverso sobre a temática abordada.
- A exibição dos filmes deve contemplar os estudantes do curso.
- A cada filme exibido admitir-se-á a possibilidade de convidado comentador, o qual poderá ser do corpo de servidores do campus ou externo, cujo objetivo será de problematização e reflexão acerca dos principais aspectos do filme, do ponto de vista dos seus elementos fundamentais e do roteiro da obra.



## 5.2 METODOLOGIA E ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS

A organização do curso técnico em Administração integrado ao Ensino médio, assim como os demais cursos desta instituição, baseia-se em alguns pressupostos, dentre eles, a integração entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura; a pesquisa como eixo orientador da prática pedagógica; a indissociabilidade entre teoria e prática e a interdisciplinaridade como forma de superação da fragmentação entre as diversas áreas do conhecimento.

O objetivo do processo educativo é proporcionar uma formação integral que possibilite o acesso a conhecimentos científicos e tecnológicos e impulse a reflexão crítica sobre o contexto histórico-social e o mundo do trabalho, desenvolvendo a liberdade e a autonomia intelectual do estudante para que este consiga, por si próprio, formar-se ou buscar a formação necessária na construção de seu itinerário profissional. Além disso, alguns princípios metodológicos norteiam as ações formativas no IFPR, especialmente: I – A relação entre teoria e prática, visto que o conhecimento é resultado desse entrelaçamento, bem como da articulação entre sujeito e objeto. Nesse sentido, busca-se a superação do trabalho educativo enquanto simples contemplação ou absorção passiva de sistemas explicativos complexos, permitindo que os alunos vivenciem situações significativas no processo de aprendizagem. II – A relação entre unidade e totalidade: trabalhar com fatos, acontecimentos ou fenômenos significa elevar o conhecimento à categoria de representação da realidade. Isso não significa fragmentar o objeto de estudo, mas especificar unidades a partir da sua relação com o todo; visto que a fragmentação deixa lacunas no aprendizado, dificultando a compreensão dos conteúdos pelo estudante.

É necessário organizar o processo pedagógico de modo a articular momentos multidisciplinares, absolutamente necessários enquanto resposta à necessidade de formalização, a momentos de transdisciplinaridade, enquanto espaços de articulação com as práticas de trabalho, sociais e culturais. Esses princípios metodológicos devem estar consubstanciados na organização curricular do curso técnico em Administração. Esse deve proporcionar aos estudantes uma formação teórica e prática, de modo a contribuir para a sua formação integral como sujeito consciente, atuante, crítico e criativo e como profissional responsável e competente para desempenhar plenamente seu papel social, político e econômico na sociedade. Nessa perspectiva, a metodologia utilizada privilegia a contextualização e a interdisciplinaridade, estabelecendo conexões com diferentes campos do conhecimento, procurando sempre uma eficaz intervenção na realidade, principalmente a regional.



Dessa forma, o processo pedagógico estará centrado em aulas que articulam teoria e prática, conforme aponta o Decreto nº. 8.268, de 18 de junho de 2014, por meio de atividades tais como, seminários, visitas técnicas, saídas de estudo, aulas de campo, atividades individuais e em grupos, jogos, estudos de caso, atividades experimentais, desenvolvimento de projetos, as quais permitem a elaboração de hipóteses, resolução de problemas e formulação de propostas de intervenção, além da utilização ampla e diversificada dos espaços pedagógicos do campus, da sala de aula ao uso dos laboratórios e da biblioteca, entre outros. Nesse sentido, a formação profissional do técnico em Administração considera o trabalho como eixo norteador de todas as relações que se estabelecem no processo de ensino-aprendizagem e na discussão do currículo necessário para a constituição desse profissional. Com base no exposto, a metodologia de ensino constituir-se-á de práticas pedagógicas que possibilitem a apresentação dos conteúdos que serão ministrados, com o fim de serem atingidos os objetivos aos quais o curso se propõe. Não só os processos educativos, como também suas respectivas metodologias e meios têm por base a concepção de educação como elemento de transformação pessoal e social. Para tal, o planejamento e a execução das atividades de ensino, direcionados à formação de profissionais qualificados e com responsabilidade social, serão desenvolvidos numa perspectiva de construção da cidadania, de forma a contribuir como alavanca para a inclusão social.

O compromisso do processo educativo é o desenvolvimento integral não apenas no aspecto cognitivo, mas também nos aspectos afetivos e sociais, em uma perspectiva emancipatória e de destaque dos sujeitos envolvidos nesse processo. O curso técnico em Administração do CAB-IFPR pretende estimular seus alunos a realizarem diversas atividades articuladas ao ensino técnico, tais como monitoria, pesquisa e atividades de extensão. Os estudantes do curso terão disponíveis, na medida do possível, para o acompanhamento do seu aprendizado: horários de atendimento extraclasse, atuação de equipe multidisciplinar/multiprofissional, apoio pedagógico, assistência social e atividades de complementação de aprendizagem. Sendo o ensino um processo sistemático e intencional de garantir o conhecimento, serão exploradas as diferentes formas de apresentação dos conteúdos, utilizando as mais variadas técnicas de apresentação, como aulas expositivas e dialógicas, trabalhos práticos e escritos, em grupo e/ou individuais, visitas técnicas, seminários, estudos dirigidos, palestras, debates, sendo todos instrumentalizados pelo quadro branco, datashow (projeter), vídeo, uso do laboratório de informática, laboratório de Física, Química e Biologia, livros, periódicos, dentre outros. As informações acadêmicas serão disponibilizadas aos acadêmicos pelo Sistema SIGAA.

### **5.3 RELAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO**

Um dos pilares centrais da proposta educacional adotada pelos institutos federais de todo o país é a defesa de uma concepção holística da formação de seus estudantes, baseada na busca pela oferta de elementos que permitam a reflexão crítica acerca da sociedade na qual são chamados a intervir diariamente e na promoção de métodos pedagógicos que consagrem a indissolúvel integração entre ensino, pesquisa e extensão, como estratégia privilegiada para a consecução das metas propostas no presente documento. Ao conceber que esta tríplice relação estabelece uma unidade de sentido entre o conhecimento passado culturalmente, a realidade concreta dos educandos e a produção do conhecimento inédito, deve-se admitir que a instituição formadora esteja cumprindo o seu papel na formação humana integral, sintonizada com os reais problemas da sociedade e, conseqüentemente, compromissada com a responsabilidade ética, social e ambientalmente constituída a favor do ser humano, em vez da produção de um saber desinteressado, voltado apenas ao aprimoramento da técnica e da ciência.

Dessarte, em complemento aos conhecimentos teóricos no ambiente de sala de aula, o CAB busca incentivar sua aplicação prática através da participação, sob orientação direta do corpo docente e/ou técnico, no desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão formulados a partir da interação direta e constante com os próprios estudantes e com a comunidade na qual estão inseridos, de acordo com as diretrizes descritas na Resolução do CONSUP/IFPR nº 58/2019, que institui as diretrizes para as atividades da pesquisa científica e tecnológica no âmbito do Instituto Federal do Paraná. Desse modo, pretende oferecer, à parte da formação integral dos discentes matriculados no curso técnico em Administração, oportunidades de resolução de problemas básicos do cotidiano de nossa região através da realização de pesquisas aplicadas nas quais serão utilizados todo o conhecimento acadêmico previamente adquirido pelos servidores do campus. Esse vínculo regional também possibilita a criação/participação dos estudantes em grupos de pesquisas voltados para o desenvolvimento das comunidades periféricas do campus. Com isso, pretende-se que as pesquisas realizadas no âmbito do curso busquem privilegiar o tratamento de temas concernentes aos municípios de Barracão, Dionísio Cerqueira e adjacências, fazendo com que os discentes se interessem prioritariamente na resolução de questões que digam respeito de modo direto à sua vida e de seus familiares.

Nesse sentido, reconhecemos a importância de compartilhar o conhecimento científico com toda a comunidade. Afinal, a razão de ser de nosso campus e de outras instituições

federais de ensino é justamente essa. Portanto, buscamos incentivar a realização de eventos de extensão, que possam levar para fora da instituição os resultados das pesquisas realizadas internamente.; sempre que possível apresentando meios práticos para sua aplicação no cotidiano de nossos concidadãos. Do mesmo modo, tais eventos constituirão oportunidade privilegiada de debate e troca de experiências com estudantes da área oriundos de outras instituições de ensino, os quais contribuirão ativamente com a produção de conhecimento a nossos estudantes; fiéis à premissa de que nos tempos que correm, torna-se útil e necessário o incentivo a todas as formas de intercâmbio possível entre os diversos centros de ensino e pesquisa do país.

Para além dos eventos de extensão organizados pelos docentes envolvidos no curso técnico em Administração (tais como semana de cursos, organização de palestras com profissionais renomados na área de atuação dos futuros egressos e fóruns multidisciplinares, organização de cursos de extensão de curta duração, por exemplo), entende-se que o incentivo à formação de grupos de estudos, debates e troca de experiências constitui uma das estratégias mais eficazes para a produção de conhecimento científico e tecnológico de qualidade e útil à sociedade, validando a oferta de uma formação integral e cidadã a nossos estudantes.

O empreendedorismo inovador é colocado como promotor do desenvolvimento sustentável e da independência tecnológica da nação de acordo com a Resolução do CONSUP/IFPR nº 04/2019. A política de Empreendedorismo Inovador tem como base o constante diálogo com a comunidade acadêmica e a busca de parcerias sólidas com instituições do setor produtivo, de pesquisa, extensão tecnológica, do terceiro setor e de base comunitária.

O principal ator na política de Empreendedorismo Inovador é o estudante do IFPR. Por meio da concessão de bolsas ou do convite à atuação de forma voluntária, os discentes serão estimulados a desenvolver projetos a partir de suas próprias ideias ou a participar de projetos previamente formulados por professores orientadores. Neste tipo de projeto, a pesquisa tem forte inspiração no uso, na aplicação, e os estudantes são estimulados a construir modelos de negócios, planos de negócios e protótipos, que possam vir a ser comercializados, através da criação de empresas de base tecnológica. A proposta aqui é o estímulo às ideias dos discentes, bem como o estabelecimento da cultura da autonomia e da criatividade por parte dos estudantes. Nessa perspectiva, o orientador não é o possuidor/detentor das ideias ou do conhecimento, mas um facilitador (ou orientador) que ajuda o estudante a articular a ideia com conhecimentos e conceitos cientificamente estabelecidos. Outros importantes vetores da política de Empreendedorismo Inovador são o estágio discente e o monitoramento de

egressos, que se mostram componentes importantes na articulação entre a formação geral e a formação profissional dos estudantes. Dessa forma, o empreendedorismo aparece como elemento de formação e inserção dos estudantes no mundo do trabalho. Diante desse cenário, procura-se desenvolver, além de políticas de estágios e de monitoramento de egressos, o estabelecimento de convênios com outras instituições/empresas.

Almeja-se, através das estratégias aqui descritas, alcançar a plena integração entre conhecimento e prática, proporcionando aos estudantes a oportunidade de tornarem-se agentes transformadores da sociedade através da participação direta na produção e divulgação de conhecimentos úteis a toda a comunidade. Paralelamente, anseia o Campus Avançado Barracão firmar-se como útil instrumento de desenvolvimento da região onde está inserido, atuando decisivamente como instituição realizadora de pesquisas aplicadas e como formadora de cidadãos conscientes e interessados.

## **6 AVALIAÇÃO**

### **6.1 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM**

O curso seguirá as normas e regulamentações estabelecidas pela LDB n. 9.394/1996 e pareceres do CNE, bem como as regras específicas do IFPR, como as Resoluções CONSUP/IFPR nº 50/2017, que estabelece as normas de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem no âmbito do IFPR, abordando concepções pedagógicas, princípios de avaliação, instrumentos avaliativos recuperação de estudos e o papel do Conselho de Classe, CONSUP/IFPR nº 11/2018, que aprova o regulamento das atividades de extensão do IFPR e CONSUP/IFPR nº 54/2011, que dispõe sobre a organização didático pedagógica da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores no âmbito do IFPR. É importante destacar que a avaliação do desempenho dos alunos será baseada nos princípios da LDB que, no artigo 24º, inciso V, prevê uma avaliação contínua e cumulativa, com ênfase nos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do percurso dos alunos em vez de eventuais provas finais.

A Resolução CONSUP/IFPR nº 50/2017, no artigo 4º, reforça o princípio de que a avaliação do desempenho dos alunos deve ser contínua e cumulativa, e complementa que essa concepção de avaliação implica a necessidade de diagnóstico e registro da aprendizagem, também contínuos. Nesse sentido, o processo avaliativo serve de apoio contínuo para o

planejamento e prática de ensino, mediante diagnóstico e tomada de decisões com vistas à aprendizagem dos alunos.

Ainda sobre a concepção de avaliação, no artigo 2º, a Resolução CONSUP/IFPR nº 50/2017 estabelece que tanto os alunos quanto os professores são sujeitos ativos no processo pedagógico, sendo seres humanos históricos inseridos em uma cultura e apresentando características individuais que devem ser consideradas conscientemente no processo de ensino-aprendizagem. O aluno é composto por vários aspectos, tais como cognitivo, psicológico, biológico, social, cultural, afetivo, linguístico, entre outros. Desse modo, os conteúdos de ensino e as atividades propostas pelos professores devem levar em conta a diversidade dessa composição humana. O processo de ensino-aprendizagem deve ser organizado, ao mesmo tempo, a partir dos conhecimentos formais prescritos no currículo, bem como dos conhecimentos informais adquiridos pela prática social.

Sobre a necessidade de relacionar teoria e prática, a Resolução CONSUP/IFPR nº 50/2017 destaca como no IFPR o ciclo de conhecimento que se expressa na indissociabilidade dos processos de ensino, pesquisa, extensão e inovação deve permear o processo de ensino-aprendizagem. Assim sendo, as atividades de pesquisa e extensão também devem ser avaliadas constantemente para melhorar o processo de aprendizagem. Essa avaliação é realizada pelo docente orientador durante o desenvolvimento das atividades e deve ser registrada no Comitê de Pesquisa e Extensão (COPE) do campus. Para isso, há um formulário específico para as atividades discentes, que deve ser preenchido pelos envolvidos nos trabalhos, e entregue com os relatórios.

Os princípios que devem fundamentar as práticas avaliativas estão especificados no artigo 5º da Resolução CONSUP/IFPR nº 50/2017. Em virtude de sua importância para orientar o processo avaliativo, cabe reproduzi-los integralmente:

Art. 5º São princípios de avaliação no IFPR:

I – a investigação, reflexão e intervenção.

II – o desenvolvimento da autonomia dos estudantes.

III – o dinamismo, a construção, a cumulação, a continuidade e a processualidade.

IV – a inclusão social e a democracia.

V – a percepção do ser humano como sujeito capaz de aprender e desenvolver-se..

VI – a aprendizagem de todos os estudantes.

VII – o conhecimento a respeito do processo de desenvolvimento do estudante, considerando suas dimensões cognitiva, biológica, social, afetiva e cultural.

VIII – a compreensão de que todos os elementos da prática pedagógica e da comunidade acadêmica interferem no processo ensino-aprendizagem.

IX – a elaboração e a adequação constantes do planejamento do professor, tendo por referência o estudante em sua condição real.

X – a interação entre os sujeitos e destes com o mundo como base para a construção do conhecimento.

XI – a escolha de novas estratégias para o processo de ensino-aprendizagem, mediante os sucessos e insucessos como aspectos igualmente importantes.

XII – a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

XIII – a prevalência do desenvolvimento do estudante ao longo do período letivo.

XIV – a constante presença e imbricação da objetividade e subjetividade nas relações pedagógicas e avaliativas, dada sua coexistência nas relações humanas.

Tendo em vista a complexidade do processo avaliativo no âmbito do currículo, é necessária uma reflexão constante acerca da implementação de práticas avaliativas que possam romper com uma proposta meramente classificatória e excludente, mas que permitam um olhar apurado acerca dos processos de ensino-aprendizagem, busquem a coleta de dados capaz de conduzir a novas estratégias de ensino, possibilitem um redirecionamento das ações e mecanismos propostos, além de potencializar o estabelecimento de relações menos autoritárias e mais colaborativas entre todos os sujeitos que fazem parte do processo educativo.

A Resolução CONSUP/IFPR nº 50/2017, no artigo 6º, destaca como o processo de avaliação deve considerar com cuidado o que e quem será avaliado, o propósito da avaliação e como será avaliado o processo de ensino-aprendizagem. Não se pode desconsiderar, portanto, nenhum dos segmentos da comunidade acadêmica envolvidos no processo de ensino-aprendizado. Os gestores, docentes, técnicos administrativos em educação, os estudantes, a família e a sociedade envolvidos no processo de ensino-aprendizagem devem ser considerados no processo de avaliação. Além disso, no processo de avaliação, é fundamental levar em conta a perspectiva do estudante como participante ativo do processo de ensino-aprendizagem. Isso envolve garantir que o educando tenha conhecimento prévio do que será avaliado, bem como das regras, critérios e instrumentos de avaliação estabelecidos de forma clara e democrática. O artigo 6º ainda destaca que a autoavaliação por parte dos estudantes, dos docentes e da instituição não pode deixar de ser considerada no processo de avaliação.

Nesse sentido, conforme estabelece a Resolução CONSUP/IFPR nº 50/2017, Art. 7º, o processo de avaliação de ensino-aprendizagem será:

I – diagnóstico: considera o conhecimento prévio e o construído durante o processo de ensino-aprendizagem, abrange descrição, apreciação qualitativa acerca dos resultados apresentados pelos envolvidos em diferentes etapas do processo educativo e indica avanços e entraves para intervir e agir, redefinindo ações e objetivos.

II – formativo: ocorre durante todo o processo de ensino-aprendizagem, é contínuo, interativo e centrado no processo por meio do qual o estudante (re)constrói seus conhecimentos, possibilitando esse acompanhamento, bem como fornecendo subsídios para a avaliação da própria prática docente.

III – somativo: possibilita a avaliação dos objetivos pretendidos; apresenta os resultados de aprendizagem em diferentes períodos e seus dados subsidiam o replanejamento do ensino para próxima etapa.

Parágrafo único. A síntese do processo de avaliação dará origem à emissão de resultado.

É relevante salientar, por fim, que os critérios e procedimentos de avaliação, assim como os aspectos relacionados à frequência/assiduidade, progressão parcial, aprovação/reprovação, dentre outros procedimentos dessa natureza, tomam como parâmetro as normas vigentes no IFPR.

### **6.1.1 Recuperação Paralela**

Conforme a Resolução CONSUP/IFPR nº 50/2017, no artigo 13º, a recuperação de estudos é parte obrigatória do processo de ensino-aprendizagem. Nos termos da mesma, a recuperação de estudos compreende:

- A Recuperação Contínua, que se constitui como um conjunto de ações desenvolvidas no decorrer das aulas, para a retomada de conteúdos que ainda não foram apropriados e/ou construídos pelos estudantes.
- A Recuperação Paralela, que se constitui como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem em busca da superação de dificuldades encontradas pelo estudante e deve envolver a recuperação de conteúdos e conceitos a ser realizada por meio de aulas e instrumentos definidos pelo docente em horário diverso das disciplinas/ unidades curriculares/ componentes curriculares/ áreas cursadas pelo estudante, podendo ser presencial e/ou não presencial.

Além disso, é estabelecido que serão ofertados estudos de recuperação paralela a todos os estudantes, principalmente aos que apresentarem baixo rendimento, tão logo sejam identificadas as dificuldades no processo ensino aprendizagem.

A Resolução CONSUP/IFPR nº 50/2017, no artigo 13º, ainda especifica as seguintes diretrizes acerca da recuperação paralela:



1. A organização dos horários é de competência de cada docente em conjunto com a equipe pedagógica e gestora do campus, respeitadas as normativas institucionais.
2. É responsabilidade do professor comunicar a oferta da recuperação paralela ao estudante, bem como, é responsabilidade do estudante participar das atividades propostas.
3. Recuperação paralela implica em novos registros acadêmicos e, quando constatada a apropriação dos conteúdos estudados, ocorrerá a mudança do resultado.

É importante ressaltar que os horários destinados aos atendimentos aos alunos, que fazem parte do horário de apoio ao ensino previsto na carga horária docente, são momentos privilegiados para a realização da recuperação paralela. Durante esses horários, os docentes podem orientar os estudantes com estratégias metodológicas e avaliativas diferenciadas em horários que não interferem nas aulas regulares do curso. Esses horários são organizados de forma flexível e divulgados amplamente aos discentes em um cronograma que mostra todas as alternativas de horários distribuídas ao longo da semana por docente/disciplina.

### **6.1.2 Forma de Emissão de Resultados**

De acordo com a Resolução CONSUP/IFPR nº 50/2017, no artigo 15º, os resultados obtidos no processo de avaliação serão emitidos por disciplinas/ unidades curriculares/ componentes curriculares/ áreas e disponibilizados por meio eletrônico e/ou entrega individual de boletim, devendo ser expressos por conceitos, sendo:

- I. Conceito A – quando a aprendizagem do estudante for PLENA e atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino.
- II. Conceito B – quando a aprendizagem do estudante for PARCIALMENTE PLENA e atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino.
- III. Conceito C – quando a aprendizagem do estudante for SUFICIENTE e atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino.
- IV. Conceito D – quando a aprendizagem do estudante for INSUFICIENTE e não atingir os objetivos, conforme critérios propostos no plano de ensino.

Os conceitos deverão ter emissão parcial após cada término de período letivo, conforme organização curricular, e emissão final após o término das disciplinas/ unidades curriculares/ componentes curriculares/ áreas, de acordo com o calendário do *campus*.

Além disso, conforme a Resolução CONSUP/IFPR nº 50/2017, no artigo 17º, cabe aos docentes, Coordenadores de Curso, Coordenador de Ensino, Seção Pedagógica e de Assuntos



Estudantis e Direção de Ensino dar ciência do processo avaliativo aos estudantes e aos responsáveis pelos estudantes menores de idade.

### **6.1.3 Condições de Aprovação**

Conforme a Resolução CONSUP/IFPR nº 50/2017, no artigo 16º, a aprovação dos estudantes seguirá os seguintes critérios:

- I. Obtenção de conceito A, B ou C na disciplina/ unidade curricular/ componente curricular/ área.
- II. Frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total no período letivo dos cursos técnicos de nível médio.

### **6.1.4 Progressão Parcial**

Conforme a Resolução CONSUP/IFPR nº 50/2017, no artigo 18º, terão direito à progressão parcial os estudantes dos cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na forma articulada integrada que obtiverem no máximo 3 (três) conceitos D em disciplina/ unidade curricular/ componente curricular/ área e frequência mínima de 75% no período letivo. Ademais, o campus ofertará as disciplinas/ unidades curriculares/ componentes curriculares/ áreas para os estudantes em regime de dependência em turmas regulares ou especiais para este fim.

Na mesma linha, de acordo com Resolução CONSUP/IFPR nº 50/2017, no artigo 19º, os estudantes dos cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na forma articulada integrada que obtiverem 4 (quatro) ou mais conceitos D em disciplinas/ unidades curriculares/ componentes curriculares/ áreas deverão cursar novamente o período letivo.

## **6.2 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS ANTERIORES**

Com relação aos critérios para aproveitamento de estudos anteriores, o curso segue as normas institucionais vigentes, expressas na Organização Didático Pedagógica no IFPR – Resolução nº. 54/2011 – CONSUP/IFPR. Dessa forma, o aproveitamento de estudos anteriores compreende o processo de aproveitamento de componentes curriculares cumpridos com êxito em outro curso. Sendo que, conforme o artigo nº 63 da Resolução CONSUP/IFPR nº 54/2011, alterada pela Resolução CONSUP/IFPR nº 01/2017, nos cursos de Ensino médio integrado e PROEJA, a possibilidade de aproveitamento de estudos está condicionada à análise de documentos e, facultativamente, realização de outras formas de avaliação, que

comprovem a coincidência e/ou equivalência de conteúdos entre componentes curriculares cursados com êxito em outro curso e aqueles previstos nas ementas do PPC em que se encontra matriculado no IFPR, bem como a natureza e especificidade do itinerário formativo de cada curso.

Para a realização da análise das requisições de aproveitamento de estudos, o campus seguirá as orientações da referida resolução, considerando o previsto no artigo 65 da Resolução CONSUP/IFPR nº 54/2011, alterada pela Resolução CONSUP/IFPR nº 01/2017:

- Composição de comissão de avaliação, designada pela Direção Geral do campus, com docentes da área do conhecimento e um representante da Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis.
- A referida comissão deverá considerar como parâmetros de avaliação a correspondência entre as ementas, programas e carga horária cursada (essa última não pode ser inferior a 75% da indicada no curso); sendo que o processo de aproveitamento poderá envolver avaliação complementar teórico ou prática.
- A natureza e especificidade do itinerário do curso também poderão ser consideradas, tendo em vista a pertinência didático-pedagógica do aproveitamento de estudos.
- A concessão do aproveitamento de estudos poderá estar condicionada ao cumprimento de plano de adaptação curricular.

### **6.3 CERTIFICAÇÃO DE CONHECIMENTOS ANTERIORES**

Conhecimentos prévios, adquiridos tanto em ambientes de EPT quanto em ambientes de trabalho, adquiridos pelos alunos do curso técnico e Administração integrado ao Ensino médio, poderão ser objeto de avaliação, para posterior reconhecimento para prosseguimento ou conclusão dos estudos, de acordo com o artigo 69 da Resolução 54/2011. A aprovação em tais avaliações permite, através da certificação deste conhecimento prévio, a dispensa de frequência em componentes curriculares em que o estudante comprove domínio de conhecimento, através de aprovação em avaliação.

A certificação de conhecimentos anteriores de componente curricular pode ser aplicada em cursos que preveem matrícula por componente curricular, por módulo, bloco ou série, conforme art. 71 da Resolução nº 54/2011. Vale ressaltar que a certificação de conhecimentos anteriores de componentes curriculares de cursos com matrícula por série, como é o caso do curso técnico em Administração, somente se aplica se o estudante demonstrar domínio em todos os componentes curriculares do ano letivo, de acordo com a


Resolução nº 54/2011, alterada pela Resolução nº 71/2022. Ainda, conforme a referida Resolução, a certificação de conhecimentos anteriores, exclusiva para os componentes curriculares em Língua Estrangeira, poderá ser solicitada independentemente do regime de matrícula. Tais avaliações serão realizadas sob tutela de Comissão para Certificação de Conhecimento, composta por professores da área de conhecimento específica, designada pela Direção Adjunta do Campus Avançado Barracão, a qual efetuará a avaliação de acordo com os seguintes critérios: a) Os professores dos componentes curriculares para as quais foi solicitada a Certificação de Conhecimento elaborarão avaliações (uma por componente), composta por questões que permitam avaliar o conhecimento do aluno em todo o conteúdo da disciplina em questão, que possam atestar que o seu conhecimento esteja de acordo com os objetivos da disciplina; b) Após aplicada ao aluno, a avaliação será analisada pelos professores da Comissão de Certificação de Conhecimento, sendo atribuída a cada resposta um conceito, que vai de A a D. Após essa correção, os professores responsáveis avaliarão o conjunto de conceitos obtidos e a forma com que o conhecimento levantado demonstra que o aluno atinge os objetivos do componente curricular, definindo para a prova como um todo um conceito final; c) Para componentes curriculares que envolvam conteúdos práticos, caso necessário, até 50% das questões da prova podem ser substituídas por questões de cunho prático (devendo obrigatoriamente constar na mesma prova, sendo a descrição do problema a ser solucionado e a forma de avaliação devidamente escrita na prova). Nesse caso, a avaliação será feita do desempenho do aluno em efetuar a tarefa solicitada, a qual receberá conceitos, idênticos aos do item “b” acima; d) Serão considerados aptos os alunos que obtiverem conceito mínimo C em todos os componentes curriculares do período letivo, sendo ele, portanto, dispensado de todas os componentes curriculares do período, e os conceitos lançados pela Secretaria Acadêmica do campus no sistema de controle acadêmico, bem como a frequência integral e o desempenho atingido pelo estudante na avaliação. Conforme artigo 70 da Resolução 54/2011 (IFPR), o processo de avaliação para Certificação de Conhecimentos Anteriores poderá ocorrer por solicitação fundamentada do estudante, que justifique e comprove a excepcionalidade, ou por iniciativa de professores do curso, sendo que o pedido de Certificação de Conhecimentos Anteriores deverá ser feito no prazo de até dez dias a contar do início do período letivo, através de formulário próprio entregue à Secretaria Acadêmica do campus. Caberá à comissão designada pela Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão do campus estabelecer a programação e a supervisão das avaliações, bem como a homologação dos resultados finais, ficando todo o processo arquivado com os demais documentos do aluno em questão.

## 6.4 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PROCESSO FORMATIVO



**Figura 1.** Representação gráfica do processo formativo do curso técnico em Administração. O plano de negócios irá compor a carga horária da disciplina de Inovação e Empreendedorismo, sendo um trabalho final de curso de caráter obrigatório.

## 6.5 MATRIZ CURRICULAR

 <b>INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ</b> (Criação Lei nº 11.892 de 29/11/2008) Campus Avançado Barracão <b>MATRIZ CURRICULAR DO CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO</b> Base legal específica do curso: Resolução CNE/CP nº 0000000 Resolução de autorização do curso no IFPR: Resolução nº 38/2014					
<b>CH em Hora-aula (min)</b>		<b>60</b>			
<b>Semanas do ano letivo:</b>		<b>Número de aulas semanais</b>	<b>CH total em Hora Aula do Período Letivo</b>	<b>Total de CH em Hora-relógio CNCT 60</b>	
<b>40</b>					
<b>1º Ano</b>	L. Portuguesa e Literatura Brasileira I	2	80	80	
	L. Estrangeira Moderna - Inglês I	1	40	40	
	Arte I	2	80	80	
	Ed. Física I	2	80	80	
	Geografia I	1	40	40	
	História I	1	40	40	
	Filosofia I	1	40	40	
	Sociologia I	2	80	80	
	Matemática I	2	80	80	
	Física I	1	40	40	
	Informática Básica	1	40	40	
	Marketing	2	80	80	
	Fundamentos da Administração	2	80	80	
	<b>Subtotal (Total do período)</b>			<b>800</b>	<b>800</b>
	<b>2º Ano</b>	L. Portuguesa e Literatura Brasileira II	1	40	40
L. Estrangeira Moderna - Inglês II		1	40	40	
L. Estrangeira Moderna - Espanhol I		1	40	40	
Arte II		1	40	40	
Ed. Física II		2	80	80	
Geografia II		1	40	40	
História II		1	40	40	
Filosofia II		2	80	80	
Sociologia II		1	40	40	
Matemática II		1	40	40	
Física II		1	40	40	
Química I		1	40	40	
Biologia I		1	40	40	
Gestão Socioambiental		2	80	80	
Gestão de Pessoas		2	80	80	
Metodologia Científica e da Pesquisa Aplicada à Administração		1	40	40	
<b>Subtotal (Total do período)</b>			<b>800</b>	<b>800</b>	

<b>3º Ano</b>	L. Portuguesa e Literatura Brasileira III	1	40	40
	L. Estrangeira Moderna - Inglês III	1	40	40
	L. Estrangeira Moderna - Espanhol II	1	40	40
	Arte III	1	40	40
	Ed. Física III	1	40	40
	Geografia III	1	40	40
	História III	2	80	80
	Filosofia III	2	80	80
	Matemática III	1	40	40
	Física III	1	40	40
	Química II	2	80	80
	Biologia II	2	80	80
	Orientação de estágio	1	40	40
	Administração Financeira	2	80	80
	Contabilidade Gerencial	1	40	40
	<b>Subtotal (Total do período)</b>		<b>800</b>	<b>800</b>
<b>4º Ano</b>	L. Portuguesa e Literatura Brasileira IV	2	80	80
	L. Estrangeira Moderna - Espanhol III	1	40	40
	Arte IV	1	40	40
	Geografia IV	2	80	80
	História IV	1	40	40
	Sociologia III	1	40	40
	Matemática IV	1	40	40
	Física IV	2	80	80
	Química III	2	80	80
	Biologia III	2	80	80
	Administração Estratégica	1	40	40
	Logística e Produção	2	80	80
	Inovação e Empreendedorismo	2	80	80
	<b>Subtotal (Total do período)</b>		<b>800</b>	<b>800</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO - CARGA HORÁRIA</b>				
(ES) Estágio Supervisionado		90	90	
<b>CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO</b>			<b>3290</b>	

## 6.6 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Não se aplica.

## 6.7 EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIAS

COMPONENTE CURRICULAR: Língua Portuguesa e Literatura Brasileira I

CARGA HORÁRIA: 80 horas-aula (80 horas-relógio)

EMENTA: A língua como uma prática social. Variação linguística e adequação. A língua como instrumento ideológico. Estratégias de leitura. Relações lógicas e discursivas. Análise discursiva. Os mecanismos utilizados na construção, na leitura, na compreensão e na interpretação de textos dos diversos gêneros discursivos das esferas literária, jornalística, acadêmica e cotidiana. Estudo de aspectos gramaticais de forma contextualizada. A especificidade dos gêneros textuais literários. O discurso literário: o processo de composição,

interpretação e análise de obras.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

ABAURRE, Maria Luiza Marques; ABAURRE, Maria Bernadete Marques; PONTARA, Marcela Nogueira. **Português: contexto, interlocução e sentido**. São Paulo: Moderna, 2008. v. 1

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro & interação**. 8. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 39. ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Lucerna, 2019.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BAGNO, M.; STUBBS, M.; GAGNE, G. **Língua materna: letramento variação e ensino**. São Paulo: Parábola, 2002.

BAKHTIN, Mikhail. **A estética da criação verbal**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. 16. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

BOSI, Alfredo. **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ROJO, Roxane Helena R.; BATISTA Antônio Augusto Gomes (org.). **Livro didático de língua portuguesa, letramento e cultura escrita**. São Paulo: Mercado de Letras, 2003.

COMPONENTE CURRICULAR: Língua Estrangeira Moderna - Inglês I

CARGA HORÁRIA: Hora/aula: 40 horas-aula (40 horas-relógio)

EMENTA: variantes e aspectos sócio-histórico-culturais da língua inglesa: inglês como língua franca e neocolonizadora. Abordagem instrumental da língua inglesa para Administração: construção de vocabulário dos termos mais utilizados no meio técnico em Administração. Desenvolvimento da competência comunicativa em interações verbais: apresentação pessoal; Descrição de rotinas e habilidades; Formulação de pedidos, sugestões, instruções e ordens; Descrição do meio circundante, de pessoas, de situações de interesse pessoal e de aspectos relacionados à história de vida; Expressão de opiniões, preferências, objetivos e planos futuros; Descrição de atividades praticadas no momento de enunciação; Localização no tempo e espaço; Compreensão de gêneros textuais de diferentes mídias; Estratégias de leitura; Estudo de frases e expressões relacionadas ao contexto de uso: informações pessoais, familiares, informações do contexto acadêmico; Estudo de estratégias para produção de gêneros textuais orais e escritos de gêneros diversos; Compreensão de ideias centrais em textos.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

RICHARDS, Jack C., RODGERS, Theodore S. **Approaches and methods in language**



**teaching**. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

SILVA, Amaury Flávio. **Inglês prático para administração**. São Paulo: Disal, 2011.

TORRES, Nelson. **Gramática prática da língua inglesa: o inglês descomplicado**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

CAVALCANTE, Higor. **Inglês para professor: vocabulário, gramática e pronúncia para professores brasileiros de inglês**. São Paulo: Disal, 2015.

FRANÇA, Milton Brito de. **Inglês no vestibular**. São Paulo: FTD, 2003.

MICHAELIS: dicionário escolar inglês: inglês-português, português-inglês. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2008.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. **Ensino de língua inglesa no ensino médio: teoria e prática**. São Paulo: Edições SM, 2012.

**COMPONENTE CURRICULAR:** Arte I

**CARGA HORÁRIA:** Hora/aula: 80 horas-aula (80 horas-relógio)

**EMENTA:** Artes Visuais como possibilidade de desenvolvimento estético, social, crítico e histórico, a partir do fazer, refletir e apreciar a arte. Desenvolvimento de conceitos e visualidades dentro do campo dos Estados da Arte, a partir de um processo prático reflexivo. Abordagem dos elementos formadores.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**. 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2010.

BOSI, Alfredo. **Reflexões sobre a arte**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2000.

BUENO, Luciana Estevam Barone. **Linguagem das artes visuais**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

OCVIRK, Otto G. *et al.* **Fundamentos de arte: teoria e prática**. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

OSTROWER, Fayga. **Universos da arte**. Campinas: UNICAMP, 2013.

PROENÇA, G. **Descobrimos a história da arte**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2008.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 07 mar. 2023.

FISCHER, Ernest. **A necessidade da arte**. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

GOMBRICH, E. H. **Arte e ilusão**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

OSTROWER, Fayga. **Criatividade e processos de criação**. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

COMPONENTE CURRICULAR: Educação Física I

CARGA HORÁRIA: 80 horas-aula (80 horas-relógio)

EMENTA: Introdução à Educação Física; Estudo e prática das diversas manifestações da Educação Física: Brincadeiras, Jogos, Esportes, Lutas; Ginástica laboral: história, conceitos e prática; Saúde e benefícios da atividade física e do exercício físico; LER (Lesões por esforço repetitivo: tendinite, tenossinovite e bursite) e o trabalho do técnico em Administração.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DARIDO, Suraya Cristina (Org.). **Educação física e temas transversais na escola**. Campinas: Papirus, 2012. GONZÁLEZ, Fernando Jaime; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo (Org.).

Dicionário crítico de educação física. 3. ed., rev. e ampl. Ijuí: Unijuí, 2014. GUISELINI, Mauro. **Aptidão física saúde bem-estar: fundamentos teóricos e exercícios práticos**. 2. ed., rev. e ampl. São Paulo: Phorte, 2006.

KUNZ, Elenor. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. 8 ed. Ijuí: Unijuí, 2014.

LIGGIERI, Victor; RIBEIRO, Christina. **Alongamento e postura: um guia prático**. São Paulo: Summus, 2016.

MACIEL, Marcos Goncalves. **Ginástica laboral: instrumento de produtividade e saúde**. Rio de Janeiro: Shape, 2008.

MATTOS, Mauro Gomes de; NEIRA, Marcos Garcia. **Educação física na adolescência: construindo o conhecimento na escola**. 6. ed. São Paulo: Phorte, 2013.

OLIVEIRA, Vítor Marinho de. **O que é educação física**. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AYOUB, Eliana. **Ginástica geral e educação física escolar**. 3. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2013.

BOJIKIAN, João Crisóstomo Marcondes; BOJIKIAN, Luciana Peres. **Ensinando voleibol**. 5. ed. São Paulo: Phorte, 2012.

EHRET, Arno et al. **Manual de handebol: treinamento de base para crianças e adolescentes.** São Paulo: Phorte, 2008.

KISHIMOTO, Masashi. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação.** 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARCHI JÚNIOR, Wanderley. **“Sacando” o voleibol.** São Paulo: Hucitec; Ijuí, RS: Unijuí, 2004.

PONSO, Caroline Cao; ARAÚJO, Maíra Lopes de. **Capoeira: a circularidade do saber na escola.** Porto Alegre: Sulina, 2014.

RUFINO, Luiz Gustavo Bonatto; DARIDO, Suraya Cristina. **O ensino das lutas na escola: possibilidade para a educação física.** Porto Alegre: Penso, 2015.

SEIJAS ALBIR, Guillermo. **Anatomia e alongamentos essenciais para a corrida: guia completo com 100 exercícios de flexibilidade.** Barueri, SP: Manole, 2015.

COMPONENTE CURRICULAR: Geografia I

CARGA HORÁRIA: 40 horas-aula (40 horas-relógio)

EMENTA: Conceitos e categorias de análise da Geografia; Noções de Astronomia; Noções espaciais: cartografia básica e temática; Sensoriamento remoto; Escala cartográfica; Coordenadas geográficas; Fuso horário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MARAN, Stephen P. **Astronomia para leigos.** Rio de Janeiro: Alta Books, 2011.

MARTINELLI, Marcello. **Mapas, gráficos e redes: elabore você mesmo.** São Paulo: Oficina de Textos, 2014.

SIMIELLI, Maria Elena Ramos. **Geoatlas.** 35. ed. São Paulo: Ática, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LANGHI, Rodolfo. **Aprendendo a ler o céu: pequeno guia prático para a astronomia observacional.** 2. ed. São Paulo: Livraria da Física, 2016.

MASSEY, Doreen B. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade.** 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. **Atlas celeste.** 9. ed., atual. Petrópolis: Vozes, 2000.

RIDPATH, Ian. **Astronomia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

COMPONENTE CURRICULAR: História I

CARGA HORÁRIA: 40 horas-aula (40 horas-relógio)

EMENTA: Introdução à História: definição do campo de conhecimento, fontes históricas, temporalidades históricas, patrimônio histórico-cultural; Pré-História: conceito, periodização e os desenvolvimentos tecnológicos e sociais de cada um de seus períodos; Antiguidade Oriental: civilizações do Crescente Fértil; Antiguidade Ocidental: civilizações grega e romana; Formação, desenvolvimento e desagregação da sociedade feudal: política, economia e cultura; Relações entre Oriente e Ocidente: as culturas bizantina e árabe muçulmana; Civilizações africanas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANDERSON, Perry. **Passagens da antiguidade ao feudalismo**. São Paulo: UNESP, 2016.

AZEVEDO, Gislane; SERIACOPI, Reinaldo. **História: passado e presente: dos primeiros humanos ao Renascimento**. São Paulo: Ática, 2016. v. 1

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

DUBY, Georges (org.). **História da vida privada: da Europa feudal à Renascença**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Grécia e Roma**. 5. ed. São Paulo: Contexto, c2001.

GOSDEN, Chris. **Pré-história**. Porto Alegre: L&PM, 2012.

MACEDO, José Rivair. **História da África**. São Paulo: Contexto, 2013.

PINSKY, Jaime. **As primeiras civilizações**. 25. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

VEYNE, Paul (org.). **História da vida privada: do Império Romano ao ano mil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BORGES, Vavy Pacheco. **O que é história**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

GARRAFFONI, Renata Senna. **Gladiadores na Roma Antiga: dos combates às paixões cotidianas**. 2. ed., rev. e ampl. Curitiba: UFPR, 2021.

GUARINELLO, Norberto Luiz. **História antiga**. São Paulo: Contexto, 2013.

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. **História geral e do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2016. v. 1

COMPONENTE CURRICULAR: Filosofia I

CARGA HORÁRIA: 40 horas-aula (40 horas-relógio)

EMENTA: Introdução à Filosofia: atitude filosófica, crítica e reflexiva. Pensamento mítico. Origem do pensamento racional. Filosofia Antiga: Pré-Socráticos, Sofistas, Sócrates, Platão e Aristóteles. A Felicidade, Consumismo, Sustentabilidade e Filosofia helenística: Cinismo, Epicurismo, Estoicismo e Ceticismo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

CORNFORD, Francis McDonald. **Antes e depois de Sócrates**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

COTRIM, Gilberto; FERNANDES, Mirna. **Fundamentos da filosofia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

HADOT, Pierre. **O que é a filosofia antiga?** 6. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

NAGEL, Thomas. **Uma breve introdução à filosofia**. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia: filosofia pagã antiga**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2004. v. 1

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: introdução à filosofia**. 5. ed. São Paulo: Moderna, 2015.

BURNET, J. **A Aurora da filosofia grega**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Convite à filosofia**. 12. ed. São Paulo: Ática, 2002.

MELANI, Ricardo. **Diálogo: primeiros estudos de filosofia**. São Paulo: Moderna, 2017.

PLATÃO. **Apologia de Sócrates: Críton**. 3. ed., rev. Belém: UFPA, 2015.

VEGETTI, M.; TRABATTONI, F. **História da filosofia antiga**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2018. 4 v.

VERNANT, Jean Pierre. **O universo, os deuses, os homens**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VERNANT, Jean Pierre. **As origens do pensamento grego**. 26. ed. Rio de Janeiro, Difel, 2022.

ZINGANO, Marco Antonio. **Platão e Aristóteles: o fascínio da filosofia**. 2. ed. São Paulo: Odysseus, 2010.

COMPONENTE CURRICULAR: Sociologia I

CARGA HORÁRIA: 80 horas-aula (80 horas-relógio)

EMENTA: Introdução à Sociologia; O Surgimento da Sociologia; Sociologia clássica; indivíduo e sociedade; processos de socialização; Sociologia brasileira; Relações de trabalho nas organizações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COSTA, Cristina. **Sociologia: introdução à ciência da sociedade**. São Paulo: Moderna, 2012.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Marcia Gardênia Monteiro de. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. 2. ed. Belo Horizonte:UFMG, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BERGER, Peter L. **Perspectivas sociológicas: uma visão humanística**. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BOTELHO, André (Org.). **Essencial sociologia**. São Paulo: Penguin-Companhia das Letras, 2013.

BRIDI, Maria Aparecida; ARAÚJO, Silvia Maria de; MOTIM, Benilde Lenzi. **Ensinar e aprender sociologia no ensino médio**. São Paulo: Contexto, 2010.

CASTRO, Celso (Org.). **Textos básicos de sociologia: de Karl Marx a Zygmunt Bauman**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista (1848): seguido de Gotha : comentários à margem do Programa do Partido Operário Alemão**. Porto Alegre: L&PM, 2001.

SANTOS, Pedro António dos. **Fundamentos de sociologia geral**. São Paulo: Atlas, 2013.

COMPONENTE CURRICULAR: Matemática I

CARGA HORÁRIA: 80 horas-aula (80 horas-relógio)

EMENTA: Conjuntos; Relações e Funções; Função Polinomial de 1º grau; Função Polinomial de 2º grau; Função modular; Função exponencial; Logaritmo e Função logarítmica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GIOVANNI, José Ruy; BONJORNO, José Roberto; GIOVANNI JUNIOR, José Ruy. **Matemática fundamental**: 2. grau, volume único. São Paulo: FTD, 1994.

LOPES, Luiz Fernando; CALLIARI, Luiz Roberto. **Matemática aplicada na educação profissional**. Curitiba: Base Editorial, 2012. (Educação profissional: ensino médio técnico)

PAIVA, Manoel. **Matemática**. São Paulo: Moderna, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DANTE, Luiz Roberto. **Matemática**: contexto & aplicações. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003. 3 v.

FAINGUELERNT, Estela Kaufman; GOTTLIEB, Franca Cohen. **Guias de estudo de matemática**: relações e funções. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2007.

LENGRUBER, Frederico. **Dicionário de matemática**: ENEM, concursos, vestibulares, ensino fundamental e médio. Curitiba: Base Editorial, 2011.

POSAMENTIER, Alfred S.; KRULIK, Stephen. **A arte de motivar os estudantes do ensino médio para a matemática**. Porto Alegre: AMGH, 2014.

SMOLE, Kátia Cristina Stocco *et al.* **Jogos de matemática**: de 1. a 3. ano. Porto Alegre: Artmed, 2008.

COMPONENTE CURRICULAR: Física I

CARGA HORÁRIA: 40 horas-aula (40 horas-relógio)

EMENTA: Introdução ao estudo da Física; Cinemática; Análise de movimentos na Logística; Dinâmica: as Leis de Newton; Leis de Conservação; Energia e Momento Linear; Gravitação;

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:



GRUPO DE REELABORAÇÃO DO ENSINO DE FÍSICA. **Física 1: mecânica**. 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2001.

HEWITT, Paul G. **Física conceitual**. 12. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

HOLZNER, Steven. **Física para leigos**. Rio de Janeiro: Alta Books, c2010.

PERUZZO, Jucimar. **Experimentos de física básica: mecânica**. São Paulo: Livraria da Física, 2012.

TREFIL, James S.; HAZEN, Robert M. **Física viva: uma introdução à física conceitual**. Rio de Janeiro: LTC, 2006. v. 1

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARRETO, Márcio. **Física: Newton para o ensino médio: uma leitura interdisciplinar**. 4. ed. Campinas: Papyrus, 2010.

CARVALHO, Regina Pinto de; HORTA GUTIÉRREZ, Juan Carlos. **O automóvel na visão da Física: leituras complementares para o ensino médio**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

CHERMAN, Alexandre; MENDONÇA, Bruno Rainho. **Por que as coisas caem?: uma história da gravidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, c2010.

DUARTE, Marcos; OKUNO, Emico. **Física do futebol: mecânica**. São Paulo: Oficina de Textos, 2012.

PIRES, Antonio S. T. **Evolução das ideias da física**. 2. ed. São Paulo: Livraria da Física, 2011.

WALKER, Jearl. **O circo voador da física**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008. 2 v.

COMPONENTE CURRICULAR: Informática Básica

CARGA HORÁRIA: 40 horas-aula (40 horas-relógio)

EMENTA: Evolução do computador, tipos de computadores, estrutura, processamento de dados, dispositivos de armazenamento de dados, dispositivos de entrada e saída. Software: área de trabalho do Windows, barra de tarefas e Windows Explorer. Sistemas operacionais. Aspectos teóricos e práticos para o uso da informação na gestão empresarial. Internet Básica. Software processador de texto. Software planilha eletrônica. Software de apresentação.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. **Introdução à informática**. 8. ed. São Paulo: Pearson Education, 2004.

MANZANO, Andre Luiz. **Estudo dirigido de Microsoft Office Excel 2010**. São Paulo: Érica.

2010.

MONTEIRO, Mário A. **Introdução à organização de computadores**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

NORTON, Peter. **Introdução à informática**. São Paulo: Makron Books, 1997.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

ALENCAR FILHO, Edgard de. **Iniciação à lógica matemática**. 18. ed. Rio de Janeiro: Nobel, 2000.

FOROUZAN, Behrouz A.; MOSHARRAF, Firouz. **Fundamentos da ciência da computação**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

GERALDI, Luciana Maura Aquaroni; GALASSI, Carla Renata; FORMICE, Cesar Renato. **História da era da informática**. Taquaritinga: AgBook, 2013.

REIS, Wellington José dos. **LibreOffice Writer 4.2: manipulando textos com liberdade e precisão**. Santa Cruz do Rio Pardo, SP: Viena, 2014.

REIS, Wellington José dos. **LibreOffice Impress 4.2: dominando apresentações**. Santa Cruz do Rio Pardo, SP: Viena, 2014.

SIMÃO, Daniel Hayashida. **LibreOffice Calc 4.2: dominando as planilhas**. Santa Cruz do Rio Pardo, SP: Viena, 2014

VELLOSO, Fernando de Castro. **Informática: conceitos básicos**. 10. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2014.

WAZLAWICK, Raul Sidnei. **História da computação**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

COMPONENTE CURRICULAR: Marketing

CARGA HORÁRIA: 80 horas-aula (80 horas-relógio)

EMENTA: Definição, fundamentos, filosofia e as funções de marketing. O composto de Marketing. Segmentação e Posicionamento de mercado. O ambiente de marketing e análise de oportunidades. Plano de Marketing. O Marketing na integração das estratégias empresariais. Administração de marketing. Marketing digital. Marketing sustentável.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

COBRA, Marcos. **Administração de marketing no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de marketing**. 15. ed. São Paulo: Prentice

Hall Brasil, 2014.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Administração de marketing**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

COBRA, Marcos. **Marketing de serviços**. São Paulo: Atlas, 2021.

KISO, Rafael. **Unbound marketing: como construir uma estratégia exponencial usando o marketing em ambiente digital**. São Paulo: DVS, 2021.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Administração de marketing**. 15. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2019.

KUAZAQUI, Edmir (org.). **Gestão de marketing 4.0: casos, modelos e ferramentas**. São Paulo: Atlas, 2019.

ROCHA, Marcos (org.). **Marketing nas mídias sociais**. São Paulo: Saraiva Uni, 2020.

COMPONENTE CURRICULAR: Fundamentos da Administração

CARGA HORÁRIA: 80 horas-aula (80 horas-relógio)

EMENTA: Conceitos básicos de administração, administrador e organização. A história da administração. Abordagens e teorias da administração. Mudanças organizacionais. Integração das empresas com o mercado. Organização, métodos e sistemas utilizados nas organizações, dentro de uma abordagem gerencial. Organização e métodos como apoio para facilitar o processo de decisão. Sistemas administrativos. Técnicas de representação gráfica. Análise de rotinas, processos, controles, avaliações.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

BALLESTERO-ALVAREZ, María Esmeralda. **Manual de organização, sistemas e métodos: abordagem teórica e prática da engenharia da informação**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

CRUZ, Tadeu. **Processos organizacionais e métodos**. São Paulo: Atlas, 2021.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução à teoria geral da administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial**. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

SILVA, Reinaldo O. da. **Teorias da administração**. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2014.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

ARAUJO, Luis César G. de; GARCIA, Adriana Amadeu; MARTINES, Simone. **Gestão de processos: melhores resultados e excelência organizacional**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

CARREIRA, Dorival. **Organização, sistemas e métodos**: ferramentas para racionalizar as rotinas de trabalho e a estrutura organizacional da empresa. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Teoria geral da administração**: dos clássicos à pós-modernidade. São Paulo: Atlas, 2016.

MAKIOSZEK, Anderon Andellon. **Organização, sistemas e métodos (OSM) e design organizacional**: novas práticas. Curitiba: Intersaberes, 2019. *E-book*

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Teoria geral da administração**: uma abordagem prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

**COMPONENTE CURRICULAR: Língua Portuguesa e Literatura Brasileira II**

**CARGA HORÁRIA:** 40 horas-aula (40 horas-relógio)

**EMENTA:** Estratégias de leitura. Os mecanismos utilizados na construção, na leitura, na compreensão e na interpretação de textos dos diversos gêneros discursivos. Intencionalidade, Informatividade e Situacionalidade. Estudo de aspectos gramaticais de forma contextualizada. Operadores argumentativos. Relações de intertextualidade. Marcas linguísticas: efeitos de sentido produzidos por palavras, expressões, pontuação e outras marcações nos textos. Vozes sociais representadas. Análise Linguística dos gêneros do discurso. O discurso literário: o processo de composição, interpretação e análise de obras do Quinhentismo, Arcadismo, Barroco e Romantismo.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

ABAURRE, Maria Luiza Marques; ABAURRE, Maria Bernadete Marques; PONTARA, Marcela Nogueira. **Português**: contexto, interlocução e sentido. São Paulo: Moderna, 2008. v. 2

ANTUNES, Irandé. **Aula de português**: encontro & interação. 8. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 39. ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Lucerna, 2019.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**. 13. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2014.

FARACO, Carlos Alberto. Área de linguagem: algumas contribuições para sua organização. *In*: KUENZER, Acácia (org.). **Ensino médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. 10. ed. São

Paulo: Cortez, 2011.

PARANÁ. Secretaria de Educação e Cultura. **Diretrizes curriculares de língua portuguesa.** Curitiba: SEED, 2008.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática: ensino plural.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

COMPONENTE CURRICULAR: Língua Estrangeira Moderna - Inglês II

CARGA HORÁRIA: 40 horas-aula (40 horas-relógio)

EMENTA: variantes e aspectos sócio-histórico-culturais da língua inglesa: inglês como língua franca e neocolonizadora; Abordagem instrumental da língua inglesa para Administração: construção de vocabulário dos termos mais utilizados no meio técnico em Administração. Desenvolvimento da competência comunicativa em interações verbais: Estudo de estratégias para produção de gêneros textuais orais e escritos de gêneros diversos; Descrição de experiências e eventos passados; Compreensão de ideias centrais e específicas em textos; Compreensão de gêneros textuais de diferentes mídias; Estratégias de leitura (skimming e scanning) e de respostas para preparar os/as discentes para vestibulares e para o Enem por meio de simulados das provas e questões similares..

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

RICHARDS, Jack C., RODGERS, Theodore S. **Approaches and methods in language teaching.** 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

SILVA, Amaury Flávio. **Inglês prático para administração.** São Paulo: Disal, 2011.

TORRES, Nelson. **Gramática prática da língua inglesa: o inglês descomplicado.** 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAVALCANTE, Higor. **Inglês para professor: vocabulário, gramática e pronúncia para professores brasileiros de inglês.** São Paulo: Disal, 2015.

FRANÇA, Milton Brito de. **Inglês no vestibular.** São Paulo: FTD, 2003.

MICHAELIS: dicionário escolar inglês: inglês-português, português-inglês. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2008.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. **Ensino de língua inglesa no ensino médio: teoria e prática.** São Paulo: Edições SM, 2012.

COMPONENTE CURRICULAR: Língua Estrangeira Moderna - Espanhol I

CARGA HORÁRIA: 40 horas-aula (40 horas-relógio)

EMENTA: Introdução ao processo de ensino-aprendizagem da língua espanhola a partir das habilidades de produção e compreensão oral e escrita, com ênfase na oralidade, nos aspectos fonético-fonológicos, e em atendimento às especificidades profissionais da área. Abordagem de aspectos socioculturais e variedades da língua espanhola e de situações profissionais específicas.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

FANJUL, Adrián Pablo (org.). **Gramática y práctica de español para brasileños con respuestas**. 3. ed. São Paulo: Santillana Español, 2014.

MARTIN PERIS, Ernesto; BAULENAS, Neus Sans. **Gente hoy 1**. Barcelona: Difusión, 2013.

MORENO, Concha; FERNÁNDEZ, Gretel Eres. **Gramática contrastiva del español para brasileños**. 2. ed. Madrid: SGEL, 2012.

PRADA, Marisa de; MARCÉ, Pilar. **Entorno laboral: A1/A2**. Madrid: Edelsa, 2013.

UNIVERSIDAD DE ALCALÁ DE HENARES. **Señas**: diccionario para la enseñanza de la lengua española para brasileños. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BRENES GARCÍA, Ana María; LAUTERBOM, Wanda. **La comunicación informal en los negocios**. Madrid: Arco Libros, 2002.

DIAS, Luzia Schalkoski. **Gramática y vocabulario**: desde la teoría hacia la práctica en el aula de ELE. Curitiba, IBPEX, 2020. *E-book*.

FLAVIÁN, Eugenia; ERES FERNÁNDEZ, Gretel. **Minidiccionario**: espanhol-português e português-espanhol. 19. ed. São Paulo: Ática, 2009.

GONZÁLEZ HERMOSO, Alfredo. **Conjugar verbos de España y de América**. Madrid: Edelsa, 2011.

MARTINEZ, Ron; SCHUMACHER, Cristina; AYALA, Víctor. **Como dizer tudo em espanhol nos negócios**: fale a coisa certa em qualquer situação de negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

VARGAS SIERRA, Teresa. **Espanhol para negócios**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

COMPONENTE CURRICULAR: Arte II

CARGA HORÁRIA: Hora/aula: 40 horas-aula (40 horas-relógio)

EMENTA: Contexto histórico da música, e suas várias classificações, Erudita e Popular,



elementos formadores do da música. A importância da linguagem musical como instrumento de participação política, social e cultural, tratando de fundamentos conceituais da música com os recursos de informação, comunicação e interpretação. Estrutura de camadas de conscientização contempladas pela apreciação, reflexão e prática musical.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

BENNETT, Roy. **Uma breve história da música**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

STEFANI, Gino. **Para entender a música**. São Paulo: Globo Livros, 1989.

TAVARES, Isis Moura; CIT, Simone. **Linguagem da música**. Curitiba: InterSaber, 2013.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 07 mar. 2023.

CANDÉ, Roland de. **História universal da música**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 2 v.

MORAES, J. Jota de. **O que é música**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Coleção primeiros passos).

WISNICK, José Miguel. **O som e o sentido: uma outra história das músicas**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

COMPONENTE CURRICULAR: Educação Física II

CARGA HORÁRIA: 80 horas-aula (80 horas-relógio)

EMENTA: Estudo e vivência das diversas manifestações da Educação Física: Brincadeiras, Jogos, Esportes, Lutas (aprofundamento das práticas); Utilização dos meios de comunicação no Esporte; Alongamento e flexionamento voltados à saúde do técnico em Administração; Introdução à Fisiologia do Exercício; Métodos de controle do treino; Princípios da Atividade Física; Introdução ao Atletismo.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

DARIDO, Suraya Cristina (Org.). **Educação física e temas transversais na escola**. Campinas: Papirus, 2012.

GOULART, Antônio Roberto. **Atividades diversificadas na Educação Física Escolar: aulas teóricas e ginástica localizada**. São Paulo: Phorte, 2018.

GONZÁLEZ, Fernando Jaime; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo (Org.). **Dicionário crítico de educação física**. 3. ed., rev. e ampl. Ijuí: Unijuí, 2014.



GUISELINI, Mauro. **Aptidão física saúde bem-estar:** fundamentos teóricos e exercícios práticos. 2. ed., rev. e ampl. São Paulo: Phorte, 2006.

KUNZ, Elenor. **Transformação didático-pedagógica do esporte.** 8. ed. Ijuí: Unijuí, 2014.

LIGGIERI, Victor; RIBEIRO, Christina. Alongamento e postura: um guia prático. São Paulo: Summus, 2016.

MIAN, Robson. **Atletismo:** aspectos pedagógicos na iniciação. Várzea Paulista, SP: Fontoura, 2018.

SCHWARTZ, Gisele Maria; TAVARES, Giselle Helena (Org.). **Webgames com o corpo:** vivenciando jogos virtuais no mundo real. São Paulo: Phorte, 2015.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BERTAZZO, Ivaldo. **Cidadão corpo:** identidade e autonomia do movimento. 4. ed. São Paulo: Summus, 1998.

BOJIKIAN, João Crisóstomo Marcondes; BOJIKIAN, Luciana Peres. **Ensinando voleibol.** 5. ed. São Paulo: Phorte, 2012.

EHRET, Arno et al. **Manual de handebol:** treinamento de base para crianças e adolescentes. São Paulo: Phorte, 2008.

MOREIRA, Wagner Wey; SIMÕES, Regina; MARTINS, Ida Carneiro. **Aulas de educação física no ensino médio.** 2. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

ROSE JÚNIOR, Dante de (Org.). **Esporte e atividade física na infância e na adolescência: uma abordagem multidisciplinar.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

RUFINO, Luiz Gustavo Bonatto; DARIDO, Suraya Cristina. **O ensino das lutas na escola:** possibilidade para a educação física. Porto Alegre: Penso, 2015.

SEIJAS ALBIR, Guillermo. **Anatomia e alongamentos essenciais para a corrida:** guia completo com 100 exercícios de flexibilidade. Barueri, SP: Manole, 2015.

COMPONENTE CURRICULAR: Geografia II

CARGA HORÁRIA: 40 horas-aula (40 horas-relógio)

EMENTA: Composição da Crosta terrestre; Noções de geologia; Formação do relevo; Dinâmica da litosfera; Noções de geomorfologia; Hidrografia; Fitogeografia; Atmosfera e sua dinâmica;

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AB'SABER, Aziz Nacib. **Os domínios de natureza no Brasil:** potencialidades paisagísticas. 7.

ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.

BARRY, Roger G; CHORLEY, Richard J. **Atmosfera, tempo e clima**. 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

TEIXEIRA, Wilson *et al.* (org.). **Decifrando a Terra**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PHILIPPI JUNIOR, Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (ed.). **Educação ambiental e sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2005.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches (org.). **Geografia do Brasil**. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 2009.

SCARLATO, Francisco Capuano; PONTIN, Joel Arnaldo. **Do nicho ao lixo: ambiente, sociedade e educação**. 16. ed. São Paulo: Atual, 2003.

TERRA frágil: visões de um mundo em modificação. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2009.

COMPONENTE CURRICULAR: História II

CARGA HORÁRIA: 40 horas-aula (40 horas-relógio)

EMENTA: O desenvolvimento da Época Moderna: definição do conceito e contextos dessa idade histórica; o Renascimento artístico, científico e intelectual; Transformações do Cristianismo: a Reforma Protestante; Revoluções Científicas; Formação dos Estados Modernos: centralização monárquica e burocratização da administração dos governos; sociedades nativas da América; Expansão Marítima Europeia; o mercantilismo e a primeira globalização: redes de informações, mercadorias e culturas; conquista e colonização da América; formação e desenvolvimento do Brasil colonial: sociedade, economia e política; a escravidão e outras formas de exploração do trabalho no Brasil colonial; cultura ibérica, culturas mestiças e a influência do catolicismo no Brasil colonial.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (org.). **História da vida privada: da Renascença ao século das luzes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

AZEVEDO, Gislane; SERIACOPI, Reinaldo. **História: passado e presente: dos primeiros humanos ao Renascimento**. São Paulo: Ática, 2016. v. 1

AZEVEDO, Gislane; SERIACOPI, Reinaldo. **História: passado e presente: do mundo moderno ao século XIX**. São Paulo: Ática, 2016. v. 2

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

MESGRAVIS, Laima. **História do Brasil colônia**. São Paulo: Contexto, 2015.

MICELI, Paulo. **História moderna**. São Paulo: Contexto, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flavio dos Santos (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Brasil: uma biografia**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAMINHA, Pero Vaz de. **A carta de Pero Vaz de Caminha**. Petrópolis: Vozes, 2019.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2015.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. 22. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

PERROT, Michelle (org.). **História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. **História geral e do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2016. v. 2

COMPONENTE CURRICULAR: Filosofia II (ADM)

CARGA HORÁRIA: 80 horas-aula (80 horas-relógio)

EMENTA: Lógica: argumento verdadeiro e válido; tipos de argumentos; falácias. Ética: dilemas morais; utilitarismo; ética dos deveres; ética das virtudes; ética empresarial e limites morais do mercado. Epistemologia: definição de conhecimento; possibilidade do conhecimento, dogmatismo e ceticismo; origem do conhecimento, empirismo de Hume, racionalismo de Descartes, criticismo de Kant.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

CARNIELLI, Walter Alexandre; EPSTEIN, Richard L. **Pensamento crítico: o poder da lógica e da argumentação: guia prático da arte de pensar, argumentar e convencer**. 4. ed. São Paulo: Rideel, 2019.

COTRIM, Gilberto; FERNANDES, Mirna. **Fundamentos da filosofia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

HESSEN, Johannes. **Teoria do conhecimento**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

SANDEL, Michael J. **Justiça: o que é fazer a coisa certa.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

SANDEL, Michael J. **O que o dinheiro não compra: os limites morais do mercado.** 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: introdução à filosofia.** 5. ed. São Paulo: Moderna, 2015.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômacos.** Brasília: UNB, 2001.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Convite à filosofia.** 12. ed. São Paulo: Ática, 2002.

DUTRA, Luiz Henrique de Araújo. **Introdução à epistemologia.** São Paulo: Unesp, 2010.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes.** Lisboa: Edições 70, 2011.

MELANI, Ricardo. **Diálogo: primeiros estudos de filosofia.** São Paulo: Moderna, 2017.

MILL, John Stuart. **O utilitarismo.** 2. ed. São Paulo: Iluminuras, 2020.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia: do humanismo a Descartes.** São Paulo: Paulus, 2004. v. 3

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia: de Spinoza a Kant.** São Paulo: Paulus, 2004. v. 4

ROOCHNIK, David. **Pensar filosoficamente: uma introdução aos grandes debates.** São Paulo: Edições Loyola, 2018.

WALTON, Douglas N. **Lógica informal: manual de argumentação crítica.** 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

WARBURTON, Nigel. **Uma breve história da filosofia.** Porto Alegre: L&PM, 2012.

COMPONENTE CURRICULAR: Sociologia II

CARGA HORÁRIA: 40 horas-aula (40 horas-relógio)

EMENTA: O conceito antropológico de cultura; Cultura e Indústria Cultural; Identidade cultural na pós-modernidade; Relações de gênero; Relações étnico-raciais; O Perspectivismo Ameríndio e os povos indígenas no Brasil; O mundo do trabalho; Trabalho e identidade na era digital; Desigualdade social.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 24. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

BERGER, Peter L. **Perspectivas sociológicas: uma visão humanística**. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BOTELHO, André (Org.). **Essencial sociologia**. São Paulo: Penguin-Companhia das Letras, 2013.

BRIDI, Maria Aparecida; ARAÚJO, Silvia Maria de; MOTIM, Benilde Lenzi. **Ensinar e aprender sociologia no ensino médio**. São Paulo: Contexto, 2010.

CASTRO, Celso (Org.). **Textos básicos de sociologia: de Karl Marx a Zygmunt Bauman**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. 7. ed. São Paulo: Global, 2017.

SANTOS, Pedro António dos. **Fundamentos de sociologia geral**. São Paulo: Atlas, 2013.

COMPONENTE CURRICULAR: Matemática II

CARGA HORÁRIA: 40 horas-aula (40 horas-relógio)

EMENTA: Introdução à matemática financeira, contextualizando para o eixo gestão de negócios, Sequência e Sucessão, Progressão Aritmética, Progressão Geométrica, Matrizes, Determinantes e Sistemas Lineares.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

GIOVANNI, José Ruy; BONJORNO, José Roberto; GIOVANNI JUNIOR, José Ruy. **Matemática fundamental**: 2. grau, volume único. São Paulo: FTD, 1994.

LOPES, Luiz Fernando; CALLIARI, Luiz Roberto. **Matemática aplicada na educação profissional**. Curitiba: Base Editorial, 2012. (Educação profissional: ensino médio técnico)

PAIVA, Manoel. **Matemática**. São Paulo: Moderna, 1999.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

DANTE, Luiz Roberto. **Matemática: contexto & aplicações**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003. 3 v.

FAINGUELERNT, Estela Kaufman; GOTTLIEB, Franca Cohen. **Guias de estudo de matemática: relações e funções**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2007.

LENGRUBER, Frederico. **Dicionário de matemática: ENEM, concursos, vestibulares, ensino fundamental e médio**. Curitiba: Base Editorial, 2011.

POSAMENTIER, Alfred S.; KRULIK, Stephen. **A arte de motivar os estudantes do ensino médio para a matemática**. Porto Alegre: AMGH, 2014.

SMOLE, Kátia Cristina Stocco *et al.* **Jogos de matemática: de 1. a 3. ano**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

COMPONENTE CURRICULAR: Física II

CARGA HORÁRIA: 40 horas-aula (40 horas-relógio)

EMENTA: Hidrostática – Fluidos; Noções de Hidrodinâmica; Termologia; Termodinâmica e Gases; Eficiência energética na produção.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

GRUPO DE REELABORAÇÃO DO ENSINO DE FÍSICA. **Física 2: física térmica, óptica**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2000.

HEWITT, Paul G. **Física conceitual**. 12. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

HOLZNER, Steven. **Física para leigos**. Rio de Janeiro: Alta Books, c2010.

PERUZZO, Jucimar. **Experimentos de física básica: termodinâmica, ondulatória e óptica**. São Paulo: Livraria da Física, 2012.

TREFIL, James S.; HAZEN, Robert M. **Física viva: uma introdução à física conceitual**. Rio de Janeiro: LTC, 2006. v. 1.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

PERUZZO, Jucimar. **Experimentos de física básica: mecânica**. São Paulo: Livraria da Física, 2012.

PIRES, Antonio S. T. **Evolução das ideias da física**. 2. ed. São Paulo: Livraria da Física, 2011.

VALADARES, Eduardo de Campos. **Física mais que divertida: inventos eletrizantes baseados em materiais reciclados e de baixo custo**. 3. ed., rev. e ampl. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.

WALKER, Jearl. **O circo voador da física**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008. 2 v.

COMPONENTE CURRICULAR: Química I

CARGA HORÁRIA: 40 horas-aula (40 horas-relógio)

EMENTA: Introdução ao estudo da Química. História da Química. Estados físicos e propriedades da matéria. Substâncias puras e misturas. Separação de misturas. Fenômenos físicos e químicos. Reações químicas. Balanceamento de reações químicas. Transformação química na natureza e no sistema produtivo. Estrutura atômica. Elementos químicos, íons e moléculas. Modelos atômicos: Dalton, Thomson, Rutherford e Bohr. Tabela periódica: propriedades periódicas e aperiódicas. Ligações químicas: iônica, covalente e metálica. Geometria molecular. Polaridade das ligações e moléculas. Solubilidade. Forças intermoleculares. Efeitos das interações intermoleculares.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LISBOA, Julio Cezar Foschini *et al.* **Química**. 2. ed. São Paulo: Edições SM, 2014. 3 v. (Ser protagonista).

OLIVEIRA, André Fernando de; SILVA, Astréa F. de Souza; TENAN, Mário Alberto. **Redação de relatórios para químicos**. São Carlos: EDUFSCAR, 2012.

SILVA, Elaine Lima. **Química aplicada: estrutura dos átomos e funções inorgânicas e orgânicas**. 2. ed. São Paulo: Érica, 2014.

ZECA, Júdse Luciano Chiqueleto. **Fundamentos de química geral**. Curitiba: Appris, 2021. (Coleção ensino de ciências).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BAIRD, Colin. **Química ambiental**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GONICK, Larry; CRIDDLE, Craig. **Química geral em quadrinhos**. São Paulo: Blucher, 2014.

GREENBERG, Arthur. **Uma breve história da química: da alquimia às ciências moleculares modernas**. São Paulo: Blucher, 2009.

MOORE, John T. **Química para leigos**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2008. (Para leigos).

ROONEY, Anne. **A história da química: da tabela periódica à nanotecnologia**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2019.



COMPONENTE CURRICULAR: Biologia I

CARGA HORÁRIA: 40 horas-aula (40 horas-relógio)

EMENTA: Composição química dos seres vivos: água, sais minerais, glicídeos, lipídeos, proteínas e vitaminas. Origem da vida. Citologia: membranas celulares (composição, função e mecanismos de transporte), citoplasma, organelas citoplasmáticas e núcleo celular. Síntese de DNA e RNA, síntese proteica e código genético. Metabolismo energético das células: respiração celular, fermentação, fotossíntese e quimiossíntese. Ciclo Celular: intérfase, mitose e meiose. Embriologia animal: desenvolvimento embrionário dos animais. Embriologia humana: Desenvolvimento embrionário humano; utilização de células-tronco no tratamento de doenças. Identificação de oportunidades de negócio envolvendo a biologia molecular e o uso de células tronco embrionárias; Identificação de questões legais de constituição da empresa envolvendo biologia molecular e células tronco embrionárias: tributos, marcas e patentes.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

AMABIS, José Mariano; MARTHO, Gilberto Rodrigues. **Biologia das células:** origem da vida, citologia e histologia, reprodução e desenvolvimento: 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004. v. 1

LINHARES, Sérgio de Vasconcellos; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **Biologia:** citologia, histologia, origem da vida. 13. ed. São Paulo: Ática, 1999. v. 1

LOPES, Sônia Godoy Bueno Carvalho. **Bio:** volume único. São Paulo: Saraiva, 1999.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

ALBERTS, Bruce et al. **Biologia molecular da célula.** 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

AMABIS, José Mariano; MARTHO, Gilberto Rodrigues. **Biologia moderna.** São Paulo: Moderna, 2016. v. 1

MELO, Rossana C. N. **Células & microscopia:** princípios e práticas. 2. ed. Barueri: Manole, 2018.

REECE, Jane B. et al. **Biologia de Campbell.** 10. ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.

SILVA JÚNIOR, César; SASSON, Sezar; CALDINI JÚNIOR, Nelson. **Biologia.** São Paulo: Saraiva, 2013. 3 v.

COMPONENTE CURRICULAR: Gestão Socioambiental

CARGA HORÁRIA: 80 horas-aula (80 horas-relógio)

EMENTA: Conceito de educação ambiental. Desenvolvimento da questão ambiental ao longo da história. Responsabilidade e Gestão Ambiental das Empresas. A função social das empresas. Compromisso social e gestão empresarial. Responsabilidade Social Corporativa (RSC). Ferramentas de Responsabilidade Social (NBR 16001). A questão socioambiental. A crise socioambiental e seus desdobramentos. Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade nas Organizações. Dimensões da Sustentabilidade. Governança Corporativa. Consumo Consciente. Contribuição da sustentabilidade para a estratégia do negócio.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos.** 4. ed., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2016.

BERTÉ, Rodrigo. **Gestão socioambiental no Brasil.** Curitiba: Intersaberes, 2013.

MUNCK, Luciano. **Gestão da sustentabilidade nas organizações: um novo agir frente à lógica das competências.** São Paulo: Cengage Learning, 2014.

NACIMENTO, Elimar Pinheiro; VIANA, João. **Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil.** Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento, inovação e sustentabilidade.** Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

ALVES, Ricardo Ribeiro. **Sustentabilidade empresarial e mercado verde: a transformação do mundo em que vivemos.** Petrópolis: Vozes, 2019.

BARBIERI, José Carlos; CAJAZEIRA, Jorge Emanuel R. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

NASCIMENTO, Luis Felipe Machado do; LEMOS, Ângela Denise da Cunha; MELLO, Maria Celina Abreu de. **Gestão socioambiental estratégica.** Porto Alegre: Bookman, 2008.

ROSSETTI, José Paschoal; ANDRADE, Adriana. **Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SÁNCHEZ, Luis Enrique. **Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos.** 2. ed., atual.

e ampl. São Paulo: Oficina de textos, 2013.

COMPONENTE CURRICULAR: Gestão de Pessoas

CARGA HORÁRIA: 80 horas-aula (80 horas-relógio)

EMENTA: A evolução histórica da gestão de pessoas. Aprendizagem e desenvolvimento individual e organizacional. Motivação. Liderança e trabalho em equipe. Planejamento estratégico de Gestão de Pessoas. Processos e atividades de gestão de pessoas nas empresas. Treinamento e desempenho humano nas organizações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CHIAVENATO, Idalberto. **Gerenciando com as pessoas**: transformando o executivo em um excelente líder de talentos. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2023.

DUTRA, Joel Souza *et al.* **Gestão de pessoas em empresas e organizações públicas**. São Paulo: Atlas, 2019.

VERGARA, Sylvia Constant. **Gestão de pessoas**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARBIERI, Ugo Franco. **Gestão de pessoas nas organizações**: a aprendizagem da liderança e da inovação. São Paulo: Atlas, 2013.

BRANDÃO, Hugo Pena. **Mapeamento de competências**: ferramentas, exercícios e aplicações em gestão de pessoas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas**: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 4. ed. Barueri: Manole, 2014.

MUSSAK, Eugenio. **Com gente é diferente**: inspirações para quem precisa fazer gestão de pessoas. São Paulo: Integrare, 2014.

RIBEIRO, Antonio de Lima. **Gestão de pessoas**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

COMPONENTE CURRICULAR: Metodologia Científica e da Pesquisa Aplicada à Administração

CARGA HORÁRIA: 40 horas-aula (40 horas-relógio)

EMENTA: Formas de conhecimento. O conhecimento científico. Métodos. O processo de pesquisa. Metodologia de estudos. Trabalhos científicos. Estilos de pesquisa. Métodos de pesquisa em Administração. Plágio. Normas ABNT. Elaboração de um artigo relacionado às

temáticas de Administração, orientado pelo professor da disciplina.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed., atual. São Paulo: Atlas, 2017.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CASTRO, Evandra Campos *et al.* **Manual de normas para apresentação de trabalhos acadêmicos do Instituto Federal do Paraná**: padrão ABNT. Curitiba: IFPR, 2023. E-book (101 p.). Disponível em: <https://editora.ifpr.edu.br/index.php/aeditora/catalog/view/72/34/314>. Acesso em: 28 fev. 2023.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed., rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

COMPONENTE CURRICULAR: Língua Portuguesa e Literatura Brasileira III

CARGA HORÁRIA: 40 horas-aula (40 horas-relógio)

EMENTA: Os mecanismos utilizados na construção, na leitura, na compreensão e na interpretação de textos dos diversos gêneros discursivos da esfera acadêmica e do mercado de trabalho. Estudo de aspectos gramaticais de forma contextualizada. Análise Linguística dos gêneros do discurso. O discurso literário: o processo de composição, interpretação e análise de obras do Simbolismo, Realismo, Pré-modernismo, do Modernismo e tendências da literatura contemporânea.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ABAURRE, Maria Luiza Marques; ABAURRE, Maria Bernadete Marques; PONTARA, Marcela Nogueira. **Português: contexto, interlocução e sentido**. São Paulo: Moderna, 2008. v. 3

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro & interação**. 8. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 39. ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Lucerna, 2019

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BAKHTIN, Mikhail. **A estética da criação verbal**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BOSI, Alfredo. **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BUNZEM, Clecio; MENDONÇA, Márcia. **Português no ensino médio e formação do professor**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**. 13. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2014.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

COMPONENTE CURRICULAR: Língua Estrangeira Moderna - Inglês III

CARGA HORÁRIA: 40 horas-aula (40 horas-relógio)

EMENTA: variantes e aspectos sócio-histórico-culturais da língua inglesa: inglês como língua franca e neocolonizadora; Abordagem instrumental da língua inglesa para Administração: construção de vocabulário dos termos mais utilizados no meio técnico em Administração. Desenvolvimento da competência comunicativa em interações verbais: Estudo de estratégias para produção de gêneros textuais orais e escritos de gêneros diversos. Compreensão de ideias centrais e específicas em textos; Compreensão de gêneros textuais de diferentes mídias; Estratégias de leitura (skimming e scanning) e de respostas para preparar os/as discentes para vestibulares e para o Enem por meio de simulados das provas e questões similares..

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

RICHARDS, Jack C., RODGERS, Theodore S. **Approaches and methods in language teaching**. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

SILVA, Amaury Flávio. **Inglês prático para administração**. São Paulo: Disal, 2011.

TORRES, Nelson. **Gramática prática da língua inglesa: o inglês descomplicado**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

CAVALCANTE, Higor. **Inglês para professor: vocabulário, gramática e pronúncia para professores brasileiros de inglês**. São Paulo: Disal, 2015.

FRANÇA, Milton Brito de. **Inglês no vestibular**. São Paulo: FTD, 2003.

MICHAELIS: dicionário escolar inglês: inglês-português, português-inglês. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2008.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e. **Ensino de língua inglesa no ensino médio: teoria**

e prática. São Paulo: Edições SM, 2012.

COMPONENTE CURRICULAR: Língua Estrangeira Moderna - Espanhol II

CARGA HORÁRIA: 40 horas-aula (40 horas-relógio)

EMENTA: Ensino-aprendizagem da língua espanhola a partir das habilidades de produção e compreensão oral e escrita, com ênfase na oralidade, nos aspectos pragmático-discursivos e em atendimento às especificidades profissionais da área. Abordagem de aspectos socioculturais e variedades da língua espanhola e de situações profissionais específicas. Desenvolvimento do engajamento discursivo do aluno nas práticas de uso da linguagem e criação de uma percepção sobre os diferentes mecanismos de interpretação usados discursivamente na língua espanhola e na língua portuguesa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DI TULLIO, A.; MALCUORI, M. **Gramática de español para maestros y profesores del Uruguay**. Montevideo: ANEP, ProLEE, 2012.

FANJUL, Adrián Pablo (org.). **Gramática y práctica de español para brasileños con respuestas**. 3. ed. São Paulo: Santillana Español, 2014.

LIEBERMAN, D. **Temas de gramática del español como lengua extranjera**. Buenos Aires: Ed. Eudeba, 2007.

MARTIN PERIS, Ernesto; BAULENAS, Neus Sans. **Gente hoy 1**. Barcelona: Difusión, 2013.

MORENO, Concha; FERNÁNDEZ, Gretel Eres. **Gramática contrastiva del español para brasileños**. 2. ed. Madrid: SGEL, 2012.

PRADA, Marisa de; MARCÉ, Pilar. **Entorno laboral: A1/A2**. Madrid: Edelsa, 2013.

UNIVERSIDAD DE ALCALÁ DE HENARES. **Señas: diccionario para la enseñanza de la lengua española para brasileños**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRENES GARCÍA, Ana María; LAUTERBOM, Wanda. **La comunicación informal en los negocios**. Madrid: Arco Libros, 2002.

DIAS, Luzia Schalkoski. **Gramática y vocabulario: desde la teoría hacia la práctica en el aula de ELE**. Curitiba, IBPEX, 2020. *E-book*.

FLAVIÁN, Eugenia; ERES FERNÁNDEZ, Gretel. **Minidiccionario: espanhol-português e português-espanhol**. 19. ed. São Paulo: Ática, 2009.

GONZÁLEZ HERMOSO, Alfredo. **Conjugar verbos de España y de América**. Madrid: Edelsa, 2011.



MARTINEZ, Ron; SCHUMACHER, Cristina; AYALA, Victor. **Como dizer tudo em espanhol nos negócios:** fale a coisa certa em qualquer situação de negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

VARGAS SIERRA, Teresa. **Espanhol para negócios.** Curitiba: Intersaberes, 2014.

COMPONENTE CURRICULAR: Arte III

CARGA HORÁRIA: Hora/aula: 40 horas-aula (40 horas-relógio)

EMENTA: Teatro. Estrutura morfológica e sintática da linguagem teatral. História e movimentos da linguagem. Interação entre a linguagem teatral, a ciência e a tecnologia. O jogo no teatro, o corpo como instrumento, a linguagem teatral na formação do ser, como instrumento de participação política, social e cultural, elementos formadores do teatro, ação e improvisação. Relação entre teatro e espaço físico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOAL, Augusto. **Jogos para atores e não atores.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BRECHT, Bertolt. **Estudos sobre o teatro.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

DÓRIA, Lílian Maria Fleury Teixeira. **Linguagem do teatro.** Curitiba: InterSaberes, 2012.

MONTOVANI, Anna. **Cenografia.** São Paulo: Ática, 1989.

PAVIS, Patrice. **Dicionário de teatro.** 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

SPOLIN, Viola. **Improvisação para o teatro.** 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 07 marc. 2023.

CAMPEDELLI, Samira Youssef. **Teatro brasileiro do Século XX.** São Paulo: Scipione, 1995.

MAGALDI, Sábado. **Iniciação ao teatro.** 7. ed. São Paulo: Ática, 1998.

OGANDO, Suellen. **O que é o teatro musical:** uma perspectiva da história do teatro musical: origens, influências, Broadway, West end e Brasil. São Paulo: Giostri, 2016.

PALLOTINI, Renata. **Introdução a dramaturgia.** São Paulo: Ática, 1988.

REVERBEL, Olga Garcia. **Um caminho do teatro na escola.** 2. ed. São Paulo: Scipione, 1997.



COMPONENTE CURRICULAR: Educação Física III

CARGA HORÁRIA: Hora/aula: 40 horas-aula (40 horas-relógio)

EMENTA: Estudo e vivência das diversas manifestações da Educação Física: Brincadeiras, Jogos, Esportes, Lutas (Aprofundamento das práticas); Nutrição e desempenho esportivo; Debilidades posturais associadas ao trabalho do técnico em Administração; Atletismo (aprofundamento das práticas). Esportes de aventura na natureza e radicais (visão geral).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DARIDO, Suraya Cristina (Org.). **Educação física e temas transversais na escola**. Campinas: Papirus, 2012.

GOULART, Antônio Roberto. **Atividades diversificadas na Educação Física Escolar**: aulas teóricas e ginástica localizada. São Paulo: Phorte, 2018.

GONZÁLEZ, Fernando Jaime; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo (Org.). **Dicionário crítico de educação física**. 3. ed., rev. e ampl. Ijuí: Unijuí, 2014.

GUISELINI, Mauro. **Aptidão física saúde bem-estar**: fundamentos teóricos e exercícios práticos. 2. ed., rev. e ampl. São Paulo: Phorte, 2006.

KUNZ, Elenor. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. 8. ed. Ijuí: Unijuí, 2014.  
LIGGIERI, Victor; RIBEIRO, Christina. Alongamento e postura: um guia prático. São Paulo: Summus, 2016.

MIAN, Robson. **Atletismo**: aspectos pedagógicos na iniciação. Várzea Paulista, SP: Fontoura, 2018.

PEREIRA, Dimitri Wuo (Org.). **Pedagogia da aventura na escola**: proposições para a base nacional comum curricular. Várzea Paulista, SP: Fontoura, 2019.

STIGGER, Marco Paulo; LOVISOLO, Hugo Rodolfo (Org.). **Esporte de rendimento e esporte na escola**. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BERTAZZO, Ivaldo. **Cidadão corpo**: identidade e autonomia do movimento. 4. ed. São Paulo: Summus, 1998.

BOJIKIAN, João Crisóstomo Marcondes; BOJIKIAN, Luciana Peres. **Ensinando voleibol**. 5. ed. São Paulo: Phorte, 2012.

EHRET, Arno et al. **Manual de handebol**: treinamento de base para crianças e adolescentes. São Paulo: Phorte, 2008.

MOREIRA, Wagner Wey; SIMÕES, Regina; MARTINS, Ida Carneiro. **Aulas de educação física no ensino médio**. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

ROSE JÚNIOR, Dante de (Org.). **Esporte e atividade física na infância e na adolescência: uma abordagem multidisciplinar**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

RUFINO, Luiz Gustavo Bonatto; DARIDO, Suraya Cristina. **O ensino das lutas na escola: possibilidade para a educação física**. Porto Alegre: Penso, 2015.

SEIJAS ALBIR, Guillermo. **Anatomia e alongamentos essenciais para a corrida: guia completo com 100 exercícios de flexibilidade**. Barueri, SP: Manole, 2015.

COMPONENTE CURRICULAR: Geografia III

CARGA HORÁRIA: 40 horas-aula (40 horas-relógio)

EMENTA: Demografia; Geografia da população e indicadores; Dinâmica populacional; O espaço agrário; Questão agrária; O espaço urbano.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 18. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. São Paulo: Hucitec: Unicamp, 1998.

ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura: a região de Ribeirão Preto - SP**. São Paulo: EDUSP, 2003.

REZNIK, Luís (org.). **História da imigração no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2020.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

COMPONENTE CURRICULAR: História III

CARGA HORÁRIA: 80 horas-aula (80 horas-relógio)

EMENTA: Um mundo sacudido por revoluções: revoluções Inglesas e a consolidação da burguesia, Iluminismo, Primeira Revolução Industrial, Independência dos EUA, Revolução Francesa, Revolução do Haiti, Era napoleônica, movimentos de independência na América espanhola; O Brasil ao longo século XIX: revoltas coloniais na América portuguesa; A vinda da Corte portuguesa para o Brasil; Independência, Primeiro Reinado, Período Regencial, Segundo Reinado e a questão da escravidão. O mundo no século XIX: revoluções liberais, expansão das ideias socialistas, movimentos operários, Segunda Revolução Industrial, os EUA no século XIX, unificações italiana e alemã, imperialismo e neocolonialismo, Primeira Guerra Mundial, Revolução Russa, período entreguerras: crise do liberalismo e as novas formas de gestão da sociedade, Segunda Guerra Mundial.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AZEVEDO, Gislane; SERIACOPI, Reinaldo. **História: passado e presente: do mundo moderno ao século XIX.** São Paulo: Ática, 2016. v. 2

AZEVEDO, Gislane; SERIACOPI, Reinaldo. **História: passado e presente: do século XX aos dias de hoje.** São Paulo: Ática, 2016. v. 3

FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: EDUSP, 2015.

FERRARI, Maristela. **Conflitos e povoamento na fronteira Brasil-Argentina:** Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR), Bernardo de Irigoyen (Misiones). Florianópolis: Ed. UFSC, 2010.

HOBSBAWM, E. J. **A era das revoluções: 1789-1848.** 44. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2020.

HOBSBAWM, E. J. **A era dos impérios: 1875-1914.** 29. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2020.

PERROT, Michelle (org.). **História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SCHWARCZ, Lilia M. **As barbas do imperador.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem.** 22. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

MACEDO, José Rivair. **História da África.** São Paulo: Contexto, 2014.

RADIN, José Carlos; CORAZZA, Gentil. **Dicionário histórico-social do Oeste catarinense.** Chapecó: Universidade Federal Fronteira Sul, 2018. *E-book*

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. **História geral e do Brasil.** 2. ed. São Paulo: Scipione, 2016. v. 2

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. **História geral e do Brasil.** 2. ed. São Paulo: Scipione, 2016. v. 3

COMPONENTE CURRICULAR: Filosofia III

CARGA HORÁRIA: 80 horas-aula (80 horas-relógio)

EMENTA: Antropologia Filosófica: concepções do ser humano; o sentido da vida; o problema do tempo; o problema da liberdade; o existencialismo; Filosofia Política: Aristóteles e a pólis grega; a cidade ideal de Platão; Maquiavel e o contratualismo moderno; teorias da justiça; Filosofia da Ciência: ciência e senso comum; importância da ciência; concepções da ciência; ética e ciência. Estética: atitude estética; teorias da beleza; filosofia da arte.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

CHALMERS, A. F. **O que é ciência, afinal?** São Paulo: Brasiliense, 1983.

CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER, Evelyne. **História das ideias políticas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

COTRIM, Gilberto; FERNANDES, Mirna. **Fundamentos da filosofia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia**. São Paulo: Paulus, 2006. 7 v.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALVES, Rubem. **Filosofia da ciência**: introdução ao jogo e suas regras. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando**: introdução à filosofia. 5. ed. São Paulo: Moderna, 2015.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Convite à filosofia**. 12. ed. São Paulo: Ática, 2002.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. São Paulo: Penguin, 2010.

MELANI, Ricardo. **Diálogo**: primeiros estudos de filosofia. São Paulo: Moderna, 2017.

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

PLEGER, Wolfgang. **Manual de antropologia filosófica**: os conceitos mais importantes de Homero a Sartre. Petrópolis: Vozes, 2019.

REICHER, Maria E. **Introdução à estética filosófica**. São Paulo: Loyola, 2009.

SARTRE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

WEFFORT, Francisco C. (Org.). **Os clássicos da política**: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, 'O Federalista'. 14. ed. São Paulo: Ática, 2006.

COMPONENTE CURRICULAR: Matemática III

CARGA HORÁRIA: 40 horas-aula (40 horas-relógio)

EMENTA: Introdução à Trigonometria, Noções de Estatística, Análise Combinatória, Binômio de Newton, Probabilidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GIOVANNI, José Ruy; BONJORNO, José Roberto; GIOVANNI JUNIOR, José Ruy. **Matemática fundamental**: 2. grau, volume único. São Paulo: FTD, 1994.

LOPES, Luiz Fernando; CALLIARI, Luiz Roberto. **Matemática aplicada na educação profissional**. Curitiba: Base Editorial, 2012. (Educação profissional: ensino médio técnico)

PAIVA, Manoel. **Matemática**. São Paulo: Moderna, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DANTE, Luiz Roberto. **Matemática**: contexto & aplicações. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003. 3 v.

FAINGUELERNT, Estela Kaufman; GOTTLIEB, Franca Cohen. **Guias de estudo de matemática**: relações e funções. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2007.

LENGRUBER, Frederico. **Dicionário de matemática**: ENEM, concursos, vestibulares, ensino fundamental e médio. Curitiba: Base Editorial, 2011.

POSAMENTIER, Alfred S.; KRULIK, Stephen. **A arte de motivar os estudantes do ensino médio para a matemática**. Porto Alegre: AMGH, 2014.

SMOLE, Kátia Cristina Stocco *et al.* **Jogos de matemática**: de 1. a 3. ano. Porto Alegre: Artmed, 2008.

COMPONENTE CURRICULAR: Física III

CARGA HORÁRIA: 40 horas-aula (40 horas-relógio)

EMENTA: Ondulatória – Ondas Mecânicas e Eletromagnéticas; ondulatória e a Gestão Socioambiental; Fenômenos Ondulatórios; Óptica.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

GRUPO DE REELABORAÇÃO DO ENSINO DE FÍSICA. **Física 2:** física térmica, óptica. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2000.

HEWITT, Paul G. **Física conceitual**. 12. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

PERUZZO, Jucimar. **Experimentos de física básica:** termodinâmica, ondulatória e óptica. São Paulo: Livraria da Física, 2012.

TREFIL, James S.; HAZEN, Robert M. **Física viva:** uma introdução à física conceitual. Rio de Janeiro: LTC, 2006. v. 2.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

HOLZNER, Steven. **Física II para leigos**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2012.

PIRES, Antonio S. T. **Evolução das idéias da física**. 2. ed. São Paulo: Livraria da Física, 2011.

VALADARES, Eduardo de Campos. **Física mais que divertida:** inventos eletrizantes baseados em materiais reciclados e de baixo custo. 3. ed., rev. e ampl. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.

WALKER, Jearl. **O circo voador da física**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008. 2 v.

**COMPONENTE CURRICULAR:** Química II

**CARGA HORÁRIA:** 80 horas-aula (80 horas-relógio)

**EMENTA:** Materiais de laboratório e segurança. Leis da conservação de massa e proporções constantes. Quantidade de matéria e mol. Estequiometria. Soluções: concentração de soluções aquosas, diluição de soluções. Uso racional, qualidade e tratamento da água. Funções inorgânicas: ácidos, bases, sais e óxidos. Dissociação iônica e ionização. Volumetria: titulação. Termoquímica: calorimetria, processos endotérmicos e exotérmicos, variação de entalpia, equação termoquímica, lei de Hess. Cinética química: velocidade das reações, teoria das colisões, fatores que afetam a velocidade das reações, lei da velocidade, ordem de reação. Processo de Equilíbrio Químico: reversibilidade de reações, princípio de Le Chatelier, constante de equilíbrio, deslocamento de equilíbrio. Obtenção da Amônia: processo de Haber-Bosch. Acidez e basicidade de soluções aquosas e pH. Poluição ambiental.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

LISBOA, Julio Cezar Foschini *et al.* **Química**. 2. ed. São Paulo: Edições SM, 2014. 3 v. (Ser protagonista).

OLIVEIRA, André Fernando de; SILVA, Astréa F. de Souza; TENAN, Mário Alberto. **Redação de relatórios para químicos**. São Carlos: EDUFSCAR, 2012.

ROCHA FILHO, Romeu Cardozo; SILVA, Roberto Ribeiro da. **Cálculos básicos da química**. 3. ed. São Carlos: Edufscar, 2013.

SILVA, Elaine Lima. **Química aplicada: estrutura dos átomos e funções inorgânicas e orgânicas**. 2. ed. São Paulo: Érica, 2014.

ZECA, Júdse Luciano Chiqueleto. **Fundamentos de química geral**. Curitiba: Appris, 2021. (Coleção ensino de ciências).

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BAIRD, Colin. **Química ambiental**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GONICK, Larry; CRIDDLE, Craig. **Química geral em quadrinhos**. São Paulo: Blucher, 2014.

MOORE, John T. **Química para leigos**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2008. (Para leigos).

ROONEY, Anne. **A história da química: da tabela periódica à nanotecnologia**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2019.

COMPONENTE CURRICULAR: Biologia II

CARGA HORÁRIA: 80 horas-aula (80 horas-relógio)

EMENTA: Sistemas de classificação dos seres vivos. Taxonomia e nomenclatura biológica. Sistemática filogenética; Informática como ferramenta para análises filogenéticas; Vírus: classificação, estrutura, reprodução e doenças causadas em vegetais, animais e humanos. Príons. Procariotos: características gerais, morfologia, fisiologia e doenças causadas em animais, vegetais e humanos; Protistas e fungos: características gerais, morfologia, fisiologia e doenças causadas em humanos; Líquens e micorrizas; Reino Plantae: morfologia, histologia e fisiologia. Reino Animalia: porífera, cnidária, platyhelminthes, nematoda, mollusca, annelida, arthropoda, echinodermata e chordata. Histologia; Anatomia e fisiologia humana e doenças relacionadas: sistemas respiratório, circulatório, digestório, endócrino, excretor, nervoso e sensorial e imunológico. Identificação de oportunidades de negócio envolvendo microrganismos e alimentos transgênicos. Estrutura administrativa do Agronegócio.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AMABIS, José Mariano; MARTHO, Gilberto Rodrigues. **Biologia dos organismos: a diversidade dos seres vivos, anatomia e fisiologia de plantas e de animais**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004. v. 2

LINHARES, Sérgio de Vasconcellos; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **Biologia hoje: seres vivos**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992. v. 2

LOPES, Sônia Godoy Bueno Carvalho. **Bio: introdução ao estudo dos seres vivos, os vírus, os**



moneras, os protistas, os fungos, as plantas, os animais. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1999. v. 2

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BOOG, Gustavo; BOOG, Magdalena (coord.). **Manual de treinamento e desenvolvimento: gestão e estratégias**, 6. ed. São Paulo: Pearson, 2013. *E-book*

DANGELO, José Geraldo; FATTINI, Carlo Américo. **Anatomia básica dos sistemas orgânicos: com a descrição dos ossos, juntas, músculos, vasos e nervos**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2009.

GRANATO, Laís Moreira; GALDEANO, Diogo Manzano. **Microbiologia, parasitologia e imunologia**. Curitiba: Intersaberes, 2020. *E-book*

RAVEN, Peter H.; EVERT, Ray Franklin; EICHHORN, Susan E. **Biologia vegetal**. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

REECE, Jane B. et al. **Biologia de Campbell**. 10. ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.

SADAVA, David E. et al. **Vida: a ciência da biologia**. 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 3 v.

COMPONENTE CURRICULAR: Orientação de Estágio

CARGA HORÁRIA: 40 horas-aula (40 horas-relógio)

EMENTA: Legislação e regulamentação de Estágios. Documentação de Estágio. Estudo teórico e prático acerca de conteúdos estratégicos da Administração. Elementos pré-textuais. Desenvolvimento. Elementos pós-textuais. Composição estrutural do relatório de estágio. Elaboração de relatório de estágio orientado pelo professor da disciplina.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

CASTRO, Evandra Campos *et al.* **Manual de normas para apresentação de trabalhos acadêmicos do Instituto Federal do Paraná: padrão ABNT**. Curitiba: IFPR, 2023. E-book (101 p.). Disponível em: <https://editora.ifpr.edu.br/index.php/aeditora/catalog/view/72/34/314>. Acesso em: 28 fev. 2023.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BERTERO, Carlos Osmar. **Ensino e pesquisa em administração**. São Paulo: Thomson, 2006.

GONÇALVES, Carlos Alberto; MEIRELLES, Anthero de Moraes. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2004.

RICETTI, Miriam Aparecida; MAYER, Rosana. **Estágio**. Curitiba: Base Editorial, 2010.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

COMPONENTE CURRICULAR: Administração Financeira

CARGA HORÁRIA: 80 horas-aula (80 horas-relógio)

EMENTA: Finanças Pessoais. Matemática Financeira (HP12C). Sistema Financeiro Nacional. Administração Financeira. Planejamento na área de Finanças. Orçamento Empresarial. Relatórios Financeiros. Organização de informações financeiras. Fluxo de caixa. Controles financeiros. Fontes de financiamento. Políticas de créditos e cobrança. Sistemas PRICE e SAC. Análise econômico-financeira. Formação de preços. Análise de Investimentos. Calculando o Mark-up. Margem de contribuição. Ponto de equilíbrio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ASSAF NETO, Alexandre. **Matemática financeira e suas aplicações**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

CAMLOFFSKI, Rodrigo. **Análise de investimentos e viabilidade financeira da empresa**. São Paulo: Atlas, 2014.

CASAROTTO, Nelson; KOPITKE, Bruno. **Análise de investimentos: manual para solução de problemas e tomada de decisão**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

KUHNEN, Osmar L.; BAUER, U. R. **Matemática financeira aplicada e análise de investimentos**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LEMES JUNIOR, Antônio Barbosa; RIGO, Cláudio Miessa; CHEROBIM, Ana Paula Mussi Szabo. **Administração financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARCURI, Nathalia. **Me poupe!: 10 passos para nunca mais faltar dinheiro no seu bolso**. Rio de Janeiro: Sextante, 2018.

ASSAF NETO, Alexandre. **Matemática financeira: edição universitária**. São Paulo: Atlas, 2017.

BRAGA, Roberto. **Fundamentos e técnicas de administração financeira**. São Paulo: Atlas, 1988.

GIAMBIAGI, Fabio; ALÉM, Ana Cláudia Duarte de. **Finanças públicas: teoria e prática no Brasil**. 5. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

HOJI, M. **Administração financeira: uma abordagem prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

PUCCINI, Abelardo de Lima. **Matemática financeira: objetiva e aplicada**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

COMPONENTE CURRICULAR: Contabilidade Gerencial

CARGA HORÁRIA: 40 horas-aula (40 horas-relógio)

EMENTA: Estudo da contabilidade e o conjunto das demonstrações econômico-financeiras (Balanço Patrimonial, DRE, DMPL, DFC e DVA). O significado das contas do ativo, passivo e patrimônio líquido no Balanço Patrimonial. Variações no patrimônio líquido: receita, despesa e resultado. Enfoque gerencial da contabilidade. Análise vertical e horizontal como desempenho empresarial. Análise de índices financeiros e de Liquidez e Estrutura de Capital. Elaboração e análise de relatórios contábeis – redação de pareceres.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ATKINSON, Antony A. *et al.* **Contabilidade gerencial: informações para tomada de decisão e execução da estratégia**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MARTINS, Eliseu; MIRANDA, Gilberto José; DINIZ, Josedilton Alves. **Análise didática das demonstrações contábeis**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

MATARAZZO, Dante C. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARAÚJO, I. da P. S. **Introdução à contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2009.

ASSAF NETO, Alexandre. **Matemática financeira: edição universitária**. São Paulo: Atlas, 2017.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Manual de contabilidade básica**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade geral: fácil**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade básica: fácil**. 29. ed., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013.

COMPONENTE CURRICULAR: Língua Portuguesa e Literatura Brasileira IV

CARGA HORÁRIA: 80 horas-aula (80 horas-relógio)

EMENTA: Estratégias de leitura. Discurso nos textos de gêneros diversos. Os mecanismos utilizados na construção, na leitura, na compreensão e na interpretação de textos dos diversos gêneros discursivos. Estudo de aspectos gramaticais de forma contextualizada. Análise linguística dos gêneros do discurso. O discurso literário: o processo de composição, interpretação e análise de obras dos períodos literários e contemporâneas. Objetividade e subjetividade na linguagem. Linguagem técnica. Efeitos de sentidos provocados por sinais de pontuação e outras notações. Adequação discursiva. Produção textual objetiva e subjetiva.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ABAURRE, Maria Luiza Marques; ABAURRE, Maria Bernadete Marques; PONTARA, Marcela Nogueira. **Português: contexto, interlocução e sentido**. São Paulo: Moderna, 2008. v. 3

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro & interação**. 8. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 39. ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Lucerna, 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BAKHTIN, Mikhail. **A estética da criação verbal**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. 16. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

BOSI, Alfredo. **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**. 13. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2014.

KUENZER, Acácia (org.). **Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

COMPONENTE CURRICULAR: Língua Estrangeira Moderna - Espanhol III

CARGA HORÁRIA: 40 horas-aula (40 horas-relógio)

EMENTA: Ensino-aprendizagem da língua espanhola a partir das habilidades de produção e compreensão oral e escrita, com ênfase na oralidade, nos aspectos semânticos e morfossintáticos e em atendimento às especificidades profissionais da área. Abordagem de aspectos socioculturais e variedades da língua espanhola e de situações profissionais específicas. Desenvolvimento do engajamento discursivo do aluno nas práticas de uso da linguagem e criação de uma percepção sobre os diferentes mecanismos de interpretação usados

discursivamente na língua espanhola e na língua portuguesa.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DI TULLIO, A.; MALCUORI, M. **Gramática de español para maestros y profesores del Uruguay**. Montevideo: ANEP, ProLEE. 2012.

FANJUL, Adrián Pablo (org.). **Gramática y práctica de español para brasileños con respuestas**. 3. ed. São Paulo: Santillana Español, 2014.

LIEBERMAN, D. **Temas de gramática del español como lengua extranjera**. Buenos Aires: Ed. Eudeba, 2007.

MARTIN PERIS, Ernesto; BAULENAS, Neus Sans. **Gente hoy 1**. Barcelona: Difusión, 2013.

MORENO, Concha; FERNÁNDEZ, Gretel Eres. **Gramática contrastiva del español para brasileños**. 2. ed. Madrid: SGEL, 2012.

PRADA, Marisa de; MARCÉ, Pilar. **Entorno laboral: A1/A2**. Madrid: Edelsa, 2013.

UNIVERSIDAD DE ALCALÁ DE HENARES. **Señas: diccionario para la enseñanza de la lengua española para brasileños**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRENES GARCÍA, Ana María; LAUTERBOM, Wanda. **La comunicación informal en los negocios**. Madrid: Arco Libros, 2002.

COSTA, J. M. S. **Gramática de los verbos en español**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003.

DIAS, Luzia Schalkoski. **Gramática y vocabulario: desde la teoría hacia la práctica en el aula de ELE**. Curitiba, IBPEX, 2020. *E-book*.

FLAVIÁN, Eugenia; ERES FERNÁNDEZ, Gretel. **Minidiccionario: espanhol-português e português-espanhol**. 19. ed. São Paulo: Ática, 2009.

GARCÍA-T.; Diaz, M. **Dicionário Santillana para estudantes: com cd: espanhol-português/português-espanhol**. 3. ed. São Paulo: Santillana – Moderna, 2011.

GONZÁLEZ HERMOSO, Alfredo. **Conjugar verbos de España y de América**. Madrid: Edelsa, 2011.

MARTINEZ, Ron; SCHUMACHER, Cristina; AYALA, Victor. **Como dizer tudo em espanhol nos negócios: fale a coisa certa em qualquer situação de negócios**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

VARGAS SIERRA, Teresa. **Espanhol para negócios**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

COMPONENTE CURRICULAR: Arte IV
CARGA HORÁRIA: 40 horas-aula (40 horas-relógio)
EMENTA: Estudo dos fundamentos técnicos e teóricos da dança. Concepções básicas da dança acadêmica e sua aplicação prática. A improvisação empregada como técnica para a composição. Conhecer e vivenciar aspectos técnicos da dança acadêmica. Contexto histórico da dança de salão e de rua, descrevendo e identificando as danças de salão eruditas e enfatizando as danças de salão populares e regionais.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
CAMINADA, Eliana. <b>História da dança</b> : evolução cultural. Rio de Janeiro: Sprint, 1999.
GARAUDY, Roger. <b>Dançar a vida</b> . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
MONTEIRO, Marianna. <b>Dança popular</b> : espetáculo e devoção. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.
OSSANA, Paulina. <b>A educação pela dança</b> . 6. ed. São Paulo: Summus, 2011.
TADRA, Débora Sicupira Arzua <i>et al.</i> <b>Linguagem da dança</b> . Curitiba: Intersaberes, 2012. (Metodologia do ensino de artes).
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
BRASIL. Presidência da República. <b>Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996</b> . Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm</a> . Acesso em: 07 marc. 2023.
MOVIMENTO TRADICIONALISTA GAÚCHO. <b>Danças tradicionais gaúchas</b> : MTG 50 anos. Porto Alegre, 2016.
SAMPAYO, Sonia. <b>Dança</b> : movimento e expressão corporal. São Paulo: Queen Books, 2013.
ZAMONER, Maristela. <b>Dança de salão</b> : a caminho da licenciatura. Curitiba: Protexto, 2005.

COMPONENTE CURRICULAR: Geografia IV
CARGA HORÁRIA: 80 horas-aula (80 horas-relógio)
EMENTA: Espaço industrial e sua dinâmica; A Divisão Internacional do Trabalho; Fontes de energia; Os conflitos internacionais e a organização do espaço; Geopolítica contemporânea.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
CHANG, Ha-Joon. <b>Economia</b> : modo de usar: um guia básico dos principais conceitos econômicos. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2015.



FARIA, Ricardo de Moura; MIRANDA, Mônica Liz. **Da Guerra Fria à nova ordem mundial**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

MARSHALL, Tim. **O poder da geografia: o futuro do nosso mundo em 10 mapas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

CHOMSKY, Noam. **Quem manda no mundo?**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2017.

MAGNOLI, Demétrio. **O mundo contemporâneo: relações internacionais, 1945-2000**. São Paulo: Moderna, 1996.

MARSHALL, Tim. **O poder da geografia: o futuro do nosso mundo em 10 mapas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

COMPONENTE CURRICULAR: História IV

CARGA HORÁRIA: 40 horas-aula (40 horas-relógio)

EMENTA: O Brasil na primeira metade do século XX: República oligárquica e Era Vargas; O mundo após a Segunda Guerra Mundial: Guerra Fria, descolonização afro-asiática, conflitos no Oriente Médio, revoluções e ditaduras na América Latina; O Brasil na segunda metade do século XX: República Populista, Ditadura Militar e Nova República. O mundo globalizado: neoliberalismo, movimentos políticos, desigualdades sociais e econômicas, o acesso às tecnologias de informação, as mudanças nas relações de trabalho.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

AZEVEDO, Gislane; SERIACOPI, Reinaldo. **História: passado e presente: do século XX aos dias de hoje**. São Paulo: Ática, 2016. v. 3

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964: Terceira República (1945-1964)**. 9. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização: Quarta República (1964-1985)**. 10. ed., rev. e



atual. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

HOBSBAWM, E. J. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. 10. ed. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2016.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

ARNS, Paulo Evaristo. **Brasil: nunca mais**. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2015.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. 22. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

RADIN, José Carlos; CORAZZA, Gentil. **Dicionário histórico-social do Oeste catarinense**. Chapecó: Universidade Federal Fronteira Sul, 2018. *E-book*

VICENTINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. **História geral e do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2016. v. 3

COMPONENTE CURRICULAR: Sociologia III

CARGA HORÁRIA: 40 horas-aula (40 horas-relógio)

EMENTA: Poder, política e Estado; engenharia política e a organização do Estado Brasileiro; as eleições no Brasil; cidadania; democracia e outros regimes políticos; micropoder; instituições totais; violências e criminalidade; globalização.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BERGER, Peter L. **Perspectivas sociológicas: uma visão humanística**. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BOTELHO, André (Org.). **Essencial sociologia**. São Paulo: Penguin-Companhia das Letras, 2013.

BRIDI, Maria Aparecida; ARAÚJO, Silvia Maria de; MOTIM, Benilde Lenzi. **Ensinar e**

**aprender sociologia no ensino médio.** São Paulo: Contexto, 2010.

CASTRO, Celso (Org.). **Textos básicos de sociologia:** de Karl Marx a Zygmunt Bauman. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SANTOS, Pedro António dos. **Fundamentos de sociologia geral.** São Paulo: Atlas, 2013.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta:** as organizações populares e o significado da pobreza. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

COMPONENTE CURRICULAR: Matemática IV

CARGA HORÁRIA: 40 horas-aula (40 horas-relógio)

EMENTA: Geometria Plana, Geometria Espacial, Noções de Reta e Circunferência no Plano Cartesiano. Números Binários.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GIOVANNI, José Ruy; BONJORNO, José Roberto; GIOVANNI JUNIOR, José Ruy. **Matemática fundamental:** 2. grau, volume único. São Paulo: FTD, 1994.

LOPES, Luiz Fernando; CALLIARI, Luiz Roberto. **Matemática aplicada na educação profissional.** Curitiba: Base Editorial, 2012. (Educação profissional: ensino médio técnico)

PAIVA, Manoel. **Matemática.** São Paulo: Moderna, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DANTE, Luiz Roberto. **Matemática:** contexto & aplicações. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003. 3 v.

FAINGUELERNT, Estela Kaufman; GOTTLIEB, Franca Cohen. **Guias de estudo de matemática:** relações e funções. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2007.

LENGRUBER, Frederico. **Dicionário de matemática:** ENEM, concursos, vestibulares, ensino fundamental e médio. Curitiba: Base Editorial, 2011.

POSAMENTIER, Alfred S.; KRULIK, Stephen. **A arte de motivar os estudantes do ensino médio para a matemática.** Porto Alegre: AMGH, 2014.

SMOLE, Kátia Cristina Stocco *et al.* **Jogos de matemática:** de 1. a 3. ano. Porto Alegre: Artmed, 2008.

COMPONENTE CURRICULAR: Física IV

CARGA HORÁRIA: 80 horas-aula (80 horas-relógio)

EMENTA: Eletricidade (Eletrostática e Eletrodinâmica); Circuitos elétricos; Eletricidade, Eficiência Energética e o planejamento financeiro aplicados à Administração; Magnetismo e Eletromagnetismo; Tópicos de Física Moderna; Revisão de conceitos de anos anteriores.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GRUPO DE REELABORAÇÃO DO ENSINO DE FÍSICA. **Física 3: eletromagnetismo**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2001.

HEWITT, Paul G. **Física conceitual**. 12. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

HOLZNER, Steven. **Física II para leigos**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2012.

PERUZZO, Jucimar. **Experimentos de física básica: eletromagnetismo, física moderna e ciências espaciais**. São Paulo: Livraria da Física, 2013.

TREFIL, James S.; HAZEN, Robert M. **Física viva: uma introdução à física conceitual**. Rio de Janeiro: LTC, 2006. v. 3

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PIRES, Antonio S. T. **Evolução das ideias da física**. 2. ed. São Paulo: Livraria da Física, 2011.

VALADARES, Eduardo de Campos. **Física mais que divertida: inventos eletrizantes baseados em materiais reciclados e de baixo custo**. 3. ed., rev. e ampl. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.

WALKER, Jearl. **O circo voador da física**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008. 2 v.

YAMAMOTO, Masafumi. **Guia mangá relatividade**. São Paulo: Novatec, 2011.

COMPONENTE CURRICULAR: Química III

CARGA HORÁRIA: 80 horas-aula (80 horas-relógio)

EMENTA: Eletroquímica: número de oxidação, reações de oxirredução, pilhas, corrosão, eletrólise. Eletrólise nos processos produtivos. Química nuclear: radioatividade, reações nucleares, fusão e fissão nuclear, tempo de meia vida. Introdução à Química Orgânica: histórico, carbono e seus compostos, cadeias carbônicas. Fórmulas de compostos orgânicos: molecular, estrutural e simplificada. Funções orgânicas: características, classificações e nomenclaturas. Petróleo e hidrocarbonetos. Funções oxigenadas: álcoois, fenóis, éteres, aldeídos, cetonas, ácidos carboxílicos e ésteres. Funções nitrogenadas: aminas e amidas. Haletos orgânicos. Propriedades físicas e químicas de compostos orgânicos. Isomeria plana e espacial.

Reações orgânicas: adição, eliminação, substituição, esterificação. Polímeros. A indústria da reciclagem.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GARCIA, Cleverson Fernando; LUCAS, Esther Maria Ferreira; BINATTI, Ildefonso. **Química orgânica**: estrutura e propriedades. Porto Alegre: Bookman, 2015. (Série tekne)

LISBOA, Julio Cezar Foschini *et al.* **Química**. 2. ed. São Paulo: Edições SM, 2014. 3 v. (Ser protagonista).

SILVA, Elaine Lima. **Química aplicada**: estrutura dos átomos e funções inorgânicas e orgânicas. 2. ed. São Paulo: Érica, 2014.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BAIRD, Colin. **Química ambiental**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

OLIVEIRA, André Fernando de; SILVA, Astréa F. de Souza; TENAN, Mário Alberto. **Redação de relatórios para químicos**. São Carlos: EDUFSCAR, 2012.

REDNISS, Lauren. **Radioativos**: Marie & Pierre Curie: uma história de amor e contaminação. São Paulo: Quadrinhos na Cia., 2021.

RISSATO, Sandra Regina; GERENUTTI, Marli. **Química orgânica**: compreendendo a ciência da vida. 2. ed. Campinas: Átomo, 2009.

COMPONENTE CURRICULAR: Biologia III

CARGA HORÁRIA: 80 horas-aula (80 horas-relógio)

EMENTA: Leis de Mendel; Genética pós mendeliana: Grupos sanguíneos e polialelia, Interação gênica e pleiotropia, Ligação gênica, Sexo e herança genética, aplicações da genética molecular (sequenciamento de DNA, tecnologia do DNA recombinante, diagnóstico de doenças genéticas, transgenia). Evolução: história das ideias evolutivas, evolução dos seres vivos, métodos de estudo. Ecologia: níveis de organização dos seres vivos, habitat e nicho ecológico, cadeias e teias alimentares, relações ecológicas entre os seres vivos, sucessão ecológica. Fundamentos de Ecologia e sustentabilidade Ciclos Biogeoquímicos e nutrição do solo, biomas brasileiros; Poluição ambiental e destruição da biodiversidade; Gestão de resíduos eletrônicos.

#### BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AMABIS, José Mariano; MARTHO, Gilberto Rodrigues. **Biologia das populações**: genética, evolução biológica, ecologia. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004. v. 3

LINHARES, Sérgio de Vasconcellos; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **Biologia hoje**: genética, evolução e ecologia. 8. ed. São Paulo: Ática, 1998. v. 3

LOPES, Sônia Godoy Bueno Carvalho; ROSSO, Sérgio. **Bio**: genética, evolução, ecologia. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1999. v. 3

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

BARBOSA, Christina; LOPES, Sonia. **Sustentabilidade**: gestão estratégica na prática: conheça o modelo GES e conecte lucro com impactos socioambientais. Rio de Janeiro: Brasport, 2018.

REECE, Jane B. et al. **Biologia de Campbell**. 10. ed. Porto Alegre: Artmed, 2015.

SADAVA, David E. et al. **Vida**: a ciência da biologia. 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 3 v.

SCHWAMBACH, Cornélio; SOBRINHO, Geraldo Cardoso. **Biologia**. Curitiba: Intersaberes 2017. *E-book*

UZUNIAN, Armênio; BIRNER, Ernesto. **Biologia para um planeta sustentável**. 2. ed. São Paulo: Harbra, 2022.

**COMPONENTE CURRICULAR:** Administração Estratégica

**CARGA HORÁRIA:** 40 horas-aula (40 horas-relógio)

**EMENTA:** Apresentação da estratégia nas organizações. Visão, missão, valores e objetivos organizacionais. Análise ambiental e análise organizacional. Matriz SWOT. Estratégias Competitivas. Indicadores de Desempenho. Balanced Score Card. Processo da estratégia. Gestão da mudança estratégica. Gestão Estratégica da Sustentabilidade.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

MINTZBERG, Henry *et al.* **O processo da estratégia**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico**: conceitos, metodologia e práticas. 15. ed., rev. São Paulo: Atlas, 2001.

PORTER, Michael E. **Estratégia competitiva**: técnicas para análise de indústrias e da concorrência. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

**BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

ANSOFF, Igor; McDONNELL, Edward J. **Implantando a administração estratégica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1993.

GHEMAWAT, Pankaj. **A estratégia**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

HITT, Michael A.; IRELAND, R. Duane; HOSKISSON, Robert E. **Administração estratégica**: competitividade e globalização: conceitos. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2020.

KRUGLIANSKAS, Isak; PINSKY, Vanessa Cuzziol (Org.). **Gestão estratégica da**

**sustentabilidade:** experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.

COMPONENTE CURRICULAR: Logística e Produção

CARGA HORÁRIA: 80 horas-aula (80 horas-relógio)

EMENTA: A importância e funcionamento da logística. Logística Reversa, Operações, previsões e planejamento da cadeia de suprimento da produção. Armazenagem e movimentação. Transportes. Papel estratégico da produção. Administração estratégica de estoques, compras e produção. Arranjos físicos, fluxos, layout industrial. Planejamento e controle da qualidade. Funções auxiliares da produção. Sistemas produtivos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CORRÊA, Henrique L.; CORRÊA, Carlos A. **Administração de produção e de operações: o essencial.** São Paulo: Atlas, 2022.

CHING, Hong Yuh (org.). **Administração da produção e operações: uma abordagem inovadora com desafios práticos.** São Paulo: Empreende, 2019.

DIAS, Marco Aurélio P. **Introdução à logística: fundamentos, práticas e integração.** São Paulo: Atlas, 2017.

POZO, Hamilton. **Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos: uma introdução.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

SLACK, Nigel; BRANDON-JONES, Alistair; JOHNSTON, Robert. **Administração da Produção.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CORRÊA, Henrique L. **Administração de cadeias de suprimentos e logística: integração na era da indústria 4.0.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

KRAJEWSKI, Lee J.; RITZMAN, Larry P.; MALHOTRA, Manoj K. **Administração de produção e operações.** 11. ed. São Paulo: Pearson 2017.

LEITE, Paulo Roberto. **Logística reversa: sustentabilidade e competitividade: teoria, prática, estratégias.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MARTINS, Petrônio G.; LAUGENI, Fernando P. **Administração da produção.** São Paulo: Saraiva, 2015.

PIGOZZO, Linomar. **Transporte e distribuição: operação e gerenciamento.** 2. ed. São Paulo: Érica, 2021.

SLACK, Nigel; BRANDON-JONES, Alistair; JOHNSTON, Robert. **Princípios de**

**administração da produção.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

COMPONENTE CURRICULAR: Inovação e Empreendedorismo

CARGA HORÁRIA: 80 horas-aula (80 horas-relógio)

EMENTA: A articulação entre os conceitos de empreendedorismo e inovação. O mundo em mudança e o espírito empreendedor. O plano de negócios. A inovação nas organizações empresariais: elementos básicos para a empresa tornar-se inovadora. Processo de inovação. Tipos de inovação. Fontes de inovação. Princípios de inovação. A inovação como fator de competitividade. Empreendedorismo Sustentável, a Sustentabilidade como fator de inovação. Elaboração de um plano de negócios, orientado pelo professor, através do qual o estudante mostrará os conhecimentos técnicos que adquiriu durante o curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BESSANT, J. R.; TIDD, Joseph. **Inovação e empreendedorismo.** 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2019.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Plano de negócios: exemplos práticos.** 2. ed., rev. e atual. São Paulo: Empreende, 2018.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo corporativo: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar na sua empresa.** Rio de Janeiro: LTC, 2017.

DRUCKER, Peter F. **Inovação e espírito empreendedor: prática e princípios.** São Paulo: Cengage Learning, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BIZZOTO, Carlos Eduardo Negrão. **Plano de negócios para empreendimentos inovadores.** São Paulo: Atlas, 2008.

CECCONELLO, Antônio Renato; AJZENTAL, Alberto. **A construção do plano de negócio.** São Paulo: Saraiva, 2008.

MAXIMIANO, Antônio Cesar A. **Administração para empreendedores: fundamentos da criação e da gestão de novos negócios.** 2. ed. São Paulo: Pearson, 2011.

SANTOS, Clóvis Roberto dos. **Trabalho de conclusão de curso (TCC): guia de elaboração passo a passo.** São Paulo: Cengage Learning, 2009

SILVA, Christian Luiz da *et al.* **Inovação e sustentabilidade.** Curitiba: Aymarã Educação, 2012.



## 6.8 ESTÁGIO CURRICULAR

prática profissional proposta rege-se pelos princípios da equidade (oportunidade igual a todos), aprendizado continuado (orientação em todo o período de seu desenvolvimento) e superação da dicotomia entre teoria e prática (articulação da teoria com a prática profissional), além do acompanhamento contínuo do desenvolvimento do estudante.

Seguindo as Orientações Curriculares Nacionais (OCN), a prática profissional é compreendida como um componente curricular e se constitui em uma atividade articuladora entre o ensino, a pesquisa e a extensão, balizadora de uma formação integral de sujeitos para atuar num mundo em constantes mudanças e desafios. É estabelecida, portanto, como condição indispensável para obtenção do diploma de técnico de nível médio. Desse modo, será realizada por meio de Estágio Curricular obrigatório e não obrigatório.

O Estágio Supervisionado do curso técnico em Administração tem por objetivo complementar a formação profissional do aluno, além da integração entre teoria e prática, com base na interdisciplinaridade e oferecendo como resultado concreto a redação de relatórios sob o acompanhamento e supervisão de um docente orientador. Será realizado em empresas ou instituições parceiras do IFPR-CAB, que possuam condições de proporcionar experiências profissionais reais de trabalho ao aluno.

O estudante tem a possibilidade de realizar o estágio curricular não obrigatório, além do estágio obrigatório. Ambos são regidos pelo RGE, anexo neste PPC. Este último será supervisionado de forma indireta, ocorrendo direcionamento e acompanhamento do estágio através de aulas, observação esporádica, ao menos uma vez por período, das atividades desenvolvidas nos campos de estágio ao longo de todo o processo pelo professor orientador e reuniões com os profissionais supervisores nos campos de estágios.

A prática profissional, representada pelo estágio curricular obrigatório, terá carga horária de 90 horas e deverá ser devidamente planejada, acompanhada e registrada, de modo que se configure em aprendizagem significativa, experiência profissional e preparação para os desafios do exercício profissional. Deverá ser desenvolvida individualmente, com o acompanhamento do Coordenador do Curso, coordenação pedagógica e professor orientador, o qual tem como atribuições orientar, acompanhar e avaliar o educando.

Finalizando o período de estágio, o estudante apresentará no componente curricular Orientação de Estágio o seu relatório final de estágio - descrevendo as atividades realizadas, vinculando as mesmas ao mundo do trabalho e aos conhecimentos adquiridos no decorrer do curso – o qual será avaliado pelo professor do componente curricular Orientação de Estágio.

## **6.9 CARACTERÍSTICAS DO ESTÁGIO**

Carga Horária do Estágio Obrigatório: 90 horas.

Período: Terceiro ano do curso.

## **6.10 CONVÊNIOS DE ESTÁGIO**

Os detalhes a respeito dos convênios de estágio estão descritos no Anexo A.

## **6.11 TRABALHO FINAL DE CURSO**

O Plano de Negócios irá compor a carga horária da disciplina de Inovação e Empreendedorismo no curso técnico em Administração, terá caráter obrigatório para a conclusão do curso e será desenvolvido por meio de projetos práticos, desenvolvidos na instituição de ensino e executados pelos estudantes, regularmente matriculados no último ano letivo do curso, e expresso/descrito em trabalho escrito em formato de Plano de Negócios. Vale lembrar que o estudante no 2º ano (Componente curricular Metodologia de Pesquisa Aplicada à Administração) já deve estar capacitado e com as habilidades necessárias para o desenvolvimento de trabalhos científicos, o que facilitará a produção do Plano de Negócios.

Após a conclusão do trabalho do qual resultará o Plano de Negócios, este deverá ser encaminhado para uma banca formada por dois professores, sendo pelo menos um dos profissionais graduado na área ou áreas afins. Deverá compor a banca, ainda, o orientador, quem presidirá e caso hajacoorientador, apenas participará da banca. No entanto, na ausência do orientador, assumirá a presidência da banca. Em período determinado pelo Colegiado do Curso, será realizada uma defesa pública do trabalho perante esta banca, conforme calendário aprovado.

Para o trabalho escrito, a banca examinadora deverá fazer a avaliação da organização sequencial, argumentação e profundidade do tema, correção gramatical dos seguintes itens do trabalho de curso: Sumário Executivo, Pesquisa de Mercados Cenários, Planos Estratégicos de Marketing, Recursos Humanos e Produção, Plano Financeiro e Análise de Viabilidade. Outrossim, deverá observar os aspectos formais das regras de apresentação de referências segundo o “Manual de Normas de Redação de Projetos e Trabalhos de Curso” e as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (NBR6023). Para a apresentação oral, a banca deverá observar clareza e objetividade, domínio do tema, adequação dos dados apresentados com os resultados obtidos na análise de viabilidade, bem como desenvoltura e segurança nas respostas aos seus questionamentos. A banca emitirá uma nota final, que será equivalente aos conceitos de A, B ou C para a aprovação na defesa do Plano de Negócios, sendo que o

conceito D reprova o estudante. Para os casos de reprovações, a banca emitirá um parecer sobre os procedimentos a serem realizados pelo discente para nova investidura no pleito, a saber: correção e revisão do projeto conforme as observações propostas pela banca.

A versão final deverá ser entregue pelo discente ao professor da disciplina de empreendedorismo em data estipulada no calendário acadêmico em formato digital (PDF), devidamente identificado com o título do trabalho, nome do aluno, curso e ano de defesa. As normas para redação do trabalho, escolha de orientador, de componentes da banca, período de realização das defesas e demais questões referentes ao Plano de Negócios serão definidas pelo Colegiado do Curso.

## **7 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES**

### **7.1 AÇÕES DE ACESSO E PERMANÊNCIA DO ESTUDANTE**

O ingresso no curso técnico em Administração integrado ao Ensino médio pode ocorrer através das seguintes formas:

- I. Processo seletivo;
- II. Transferência interna e externa.

No que tange ao Processo Seletivo, o acesso ao curso é regulamentado pela Resolução Nº 38, de 16 de dezembro de 2014 do Conselho Superior do Instituto Federal do Paraná (CONSUP), que autoriza a criação do curso técnico em Administração integrado ao Ensino médio. Já para o ingresso através de transferência interna e externa, havendo vagas, são realizados editais específicos para essa modalidade.

Desde o acesso, busca-se a inclusão social por meio do sistema de cotas, assim como está disposto na Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012. Dessa forma, o IFPR, vinculado ao Ministério da Educação, reserva vagas de cotas em seus editais, ou aqueles nos quais está vinculado conforme Resolução CONSUP/IFPR nº 36, de 01 de outubro de 2021, a qual classifica as seguintes categorias cotistas:

- População Negra: o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);
- Pessoas com Deficiência: aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, a qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas;

- Indígenas: candidatos autodeclarados indígenas;
- Renda Familiar: cota reservada para candidatos que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica devido à renda familiar inferior a 1,5 salários mínimos;
- Pessoas Trans: candidatos autodeclarados travestis, mulheres e homens transexuais;
- Pessoas Migrantes e Refugiadas: Migrantes em situação de vulnerabilidade social (estado decorrente da pobreza, baixa ou ausência de renda, precário ou nulo acesso a serviços públicos e/ou, fragilização de vínculos afetivos e/ou comunitários) que tenham autorização de residência ou tenham realizado solicitação de autorização de residência, independentemente da situação migratória que hajam ingressado no Brasil; e pessoas solicitantes de refúgio ou reconhecidas pelo governo brasileiro como refugiadas;
- Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados, que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos por tradição.

A partir do ingresso do estudante, além das políticas afirmativas, entendidas como o conjunto de programas e/ou medidas especiais que visam a combater as desigualdades historicamente acumuladas, garantir a igualdade de oportunidade a todos, e corrigir injustiças provocadas pela discriminação racial, étnica, de capacitismo e/ou de gênero, e Assistência Estudantil, entendida como o conjunto de ações e programas, implantados pela Diretoria de Assuntos Estudantis (DAES), da Pró-reitoria de Ensino (PROENS), através da Coordenadoria de Assistência Estudantil (CAES), voltados ao estudante, para garantir seu acesso, permanência e êxito no IFPR, sendo tais programas desenvolvidos em todo o âmbito do IFPR.

É válido ressaltar que o CAB-IFPR conta com o atendimento da área Psicossocial, a qual está formada por profissionais da área de Psicologia e Serviço Social, os quais, além de contribuir para a efetivação das políticas afirmativas e dos programas da Assistência Estudantil, atuam no acolhimento imediato dos estudantes que necessitam de atendimentos relacionados à saúde mental, assim como acompanhamento das vulnerabilidades socioeconômicas.

### **7.1.1 Programas de Ensino, Pesquisa, Extensão, Inovação, Inclusão Social e Assistência estudantil**

Seguindo a Resolução nº 011/2009/CONSELHO SUPERIOR, que regulamenta e aprova a Política de Apoio Estudantil do IFPR, a permanência dos alunos do curso técnico em Administração será incentivada por meio de ações voltadas aos estudantes; em consonância com os princípios da Educação Integral (formação geral, profissional e tecnológica) em articulação com os setores produtivos locais, econômicos e sociais. Dessa forma, o curso estimulará o desenvolvimento de atividades como monitoria, pesquisa, extensão, iniciação científica, atividades acadêmico-científico-culturais, através das quais os estudantes poderão participar de oficinas, atividades de qualificação acadêmica, ações que envolvam a comunidade, etc.

Assim, a responsabilidade institucional de desenvolvimento da Política de Apoio Estudantil, no âmbito do IFPR – cujo princípio é a inclusão social e se trata do grande diferencial e maior desafio do IFPR - será da Pró-reitoria de Ensino, efetivada pela Diretoria de Assuntos Estudantis e Atividades Especiais (DAES), assistida pelos servidores responsáveis lotados nos campi.

Dessa maneira, a Assistência Estudantil assume uma função fundamental em relação à permanência do estudante no curso técnico em Administração, ofertado pelo CAB, considerando a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, a contribuição para a melhoria do desempenho acadêmico, ademais de agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

A Política de Apoio Estudantil do IFPR, de acordo com a Resolução, se pautará nos princípios de:

- I. educação profissional e tecnológica pública e gratuita de qualidade.
- II. igualdade de oportunidade no acesso, permanência e conclusão de curso.
- III. garantia de qualidade de formação tecnológica e humanística voltada ao fortalecimento das políticas de inclusão social.
- IV. defesa do pluralismo de ideias com reconhecimento à liberdade de expressão.
- V. eliminação de qualquer forma de preconceito ou discriminação.

Salienta-se que são ofertados, por meio da Política de Assistência Estudantil do IFPR, programas que contemplam as seguintes áreas: Alimentação; Projetos Educacionais; Transporte; Monitoria; Moradia; Esporte e Eventos; Aquisição de Materiais Didáticos; NAPNE.

Para participação nos programas, são priorizados os estudantes em condição de vulnerabilidade socioeconômica, sendo que o principal indicador, sem prejuízo de outros fatores sociais e econômicos, é o critério de renda estabelecido legalmente em um 1 1/2 salário (um salário mínimo e meio) per capita. Isto é, a renda total do núcleo familiar, dividida por seu número de membros, deve ser menor do que o valor indicado.

Dessa forma, e visando contribuir para a formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida do estudante, o IFPR - CAB dispõe de programas e ações da Assistência Estudantil com o propósito de auxiliar no que diz respeito ao acesso, permanência e êxito formativo, e, assim, dar suporte para uma formação qualificada dos futuros profissionais. Quais sejam:

#### 1 – Programa de Assistência Complementar ao Estudante (PACE):

O PACE, Programa de Assistência Complementar ao Estudante, instituído pela Resolução nº 09, de 29 de março de 2021, tem como objetivo promover a igualdade nas condições de permanência e sucesso acadêmico de estudantes de cursos técnicos e de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

O PACE, em consonância com a Política de Apoio Estudantil do IFPR, tem por objetivos:

- I. Contribuir com o custeio pelo estudante das despesas essenciais à sua permanência e êxito nos processos educativos ofertados no IFPR.
- II. Favorecer a inclusão social dos estudantes por meio da educação.
- III. Reduzir os fatores que determinam a evasão escolar no IFPR.

Para ser elegível ao auxílio financeiro do PACE, é necessário cumprir as seguintes condições: estar regularmente matriculado em um dos cursos técnicos ou de graduação presenciais do IFPR; concluir a inscrição no Sistema de Gerenciamento da Assistência Estudantil (SIGAE), seguindo as orientações do edital correspondente e comprovar a vulnerabilidade socioeconômica, que será avaliada por meio de análise socioeconômica. Consideram-se em situação de vulnerabilidade socioeconômica os estudantes que se enquadram nos critérios estabelecidos na Resolução nº 066/2018, que trata do Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica (IVS), em conformidade com o Art. 5º do Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010, além de outros critérios específicos que serão divulgados no edital correspondente.

## 2 – Programa de Bolsa de Incentivo à Participação em Atividades de Ensino (PBIS):

A Resolução CONSUP nº 64/10 estabelece a regulamentação do Programa de Bolsa de Incentivo à Participação em Atividades de Ensino (PBIS). O Programa destina-se a estudantes regularmente matriculados no curso que comprovem sua vulnerabilidade socioeconômica. Como incentivo, esses estudantes receberão um auxílio financeiro destinado a apoiar atividades relacionadas ao ensino, que contribuam para o processo de ensino-aprendizagem. A participação no PBIS está condicionada a um estudo e avaliação socioeconômica. Em qualquer projeto, proposta ou atividade em que o estudante for selecionado, será obrigatória a orientação direta de um servidor docente ou técnico-administrativo responsável.

## 3 – Programa Cultura Corporal (PROCCORP):

Aprovado pela Resolução CONSUP/IFPR nº 62, de 23 de março de 2022, o objetivo do Programa Cultura Corporal do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (PROCCORP) é oportunizar aos estudantes regularmente matriculados em todas as modalidades e níveis de ensino do IFPR o acesso e a inclusão em atividade física, considerando todos os elementos que constituem a cultura corporal, nas mais diversas modalidades, de modo a contribuir para sua permanência, melhoria do desempenho e êxito escolar e acadêmico. Os estudantes que atenderem aos critérios estabelecidos poderão receber bolsas de estudo para participarem do programa.

## 4 – Programa Monitoria:

O Programa de Monitoria, criado pela Resolução CONSUP 04/10, é uma atividade formativa de ensino que tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento e o processo de ensino-aprendizagem do estudante monitor, a fim de incentivar seu envolvimento no curso e, conseqüentemente, reduzir as taxas de evasão. As vagas para monitoria serão disponibilizadas para os componentes curriculares selecionados pelo campus. O público-alvo do programa será composto prioritariamente por estudantes regularmente matriculados em cursos presenciais, que se encontrem em situação de vulnerabilidade socioeconômica e que tenham sido submetidos a avaliações socioeconômicas e de aprendizagem.

Compete ao monitor do curso técnico em Administração:

- I. Auxiliar o professor nas tarefas didáticas, inclusive na preparação de aulas e em trabalhos escolares.



- II. Facilitar o relacionamento entre os professores e os estudantes na execução de atividades didáticas.
- III. Avaliar o andamento da área e/ou do componente curricular, do ponto de vista discente.
- IV. Conhecer os termos e as exigências da legislação vigente, referente à atividade de monitoria.
- V. Participar das atividades de monitoria promovidas pelas PREPPG.

Ao final do programa, o monitor apresentará relatório final contendo as atividades desempenhadas, com anuência e assinatura do docente orientador do componente curricular.

Urge ressaltar que é vedado atribuir ao monitor atividades de responsabilidade do docente ou funções burocráticas que descaracterizem o objetivo do programa.

#### 5 – Programa de Apoio a Eventos Estudantis:

O Programa de Apoio a Eventos Estudantis do IFPR está incluído na Política de Apoio Estudantil, conforme estabelecido na Resolução Nº 011/2009 (CONSUP). De acordo com o artigo 1º dessa Resolução, a Política de Apoio Estudantil compreende um conjunto de ações que visam a garantir o acesso, a permanência e a conclusão dos cursos pelos estudantes, em consonância com os princípios da educação integral, que engloba a formação geral, profissional e tecnológica, em estreita relação com os setores produtivos locais, econômicos e sociais. O Programa de Apoio a Eventos Estudantis é uma das ações dessa política, que busca apoiar os eventos promovidos pelos estudantes do IFPR e contribuir para a formação integral desses alunos.

O objetivo é prestar apoio logístico e financeiro ao estudante em eventos acadêmicos de natureza didático-científica, política, artística, cultural e esportiva. Para solicitar o recurso, o estudante deverá preencher um formulário específico, atendendo a todos os requisitos e apresentando a documentação solicitada pela DRE/PREPPG.

#### 6 - Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX):

O Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX) visa apoiar o desenvolvimento de atividades em projetos de extensão, com a concessão de bolsas de auxílio financeiro a estudantes dos cursos de Ensino médio, técnico e graduação, financiadas pelo IFPR, agências de fomento, convênios e/ou parcerias.

O PIBEX possui 3 (três) modalidades:

- 1) PIBEX Júnior (Programa Institucional de Bolsas de Extensão Júnior) – Oferece bolsas de auxílio financeiro a estudantes do ensino médio e cursos técnicos, financiadas pelo IFPR, agências de fomento, convênios e/ou parcerias.
- 2) PIBEX Graduação (Programa Institucional de Bolsas de Extensão) – Oferece bolsas de auxílio financeiro a estudantes dos cursos de graduação, financiadas pelo IFPR, agências de fomento, convênios e/ou parcerias.
- 3) PIBEX/PIBIS – Oferece bolsas de auxílio financeiro aos estudantes de graduação que ingressaram por meio de cota social, financiadas pelo IFPR, agências de fomento, convênios e/ou parcerias.

O programa tem como objetivos consolidar a indissociabilidade entre ensino, extensão, pesquisa e inovação no IFPR, disseminar políticas institucionais de extensão, arte e cultura; incentivar a participação dos estudantes nas ações de extensão para contribuir com sua formação acadêmica e atuação profissional cidadã; promover ações de extensão em consonância com as políticas nacionais; envolver estudantes de diferentes níveis em projetos de extensão; conceder bolsas para a execução de projetos de extensão presenciais; fomentar a cooperação entre docentes, técnico-administrativos e estudantes em atividades de construção e divulgação do saber; e valorizar a integração e potencializar ações conjuntas de extensão com base no ensino, pesquisa, arte, cultura, inclusão e diversidade.

Para participar do programa, é preciso ser estudante regularmente matriculado no IFPR; possuir currículo, cadastrado e atualizado, na Plataforma Lattes do CNPq; não ter vínculo empregatício; não estar atuando em estágio remunerado; não possuir bolsa em mais de um programa do IFPR ou de qualquer outra instituição, salvo o recebimento de auxílio da assistência estudantil que não exija carga horária complementar para o desempenho de atividades específicas.

Quanto aos recursos financeiros, os valores das bolsas de auxílio financeiro do PIBEX e quantidade de cotas serão definidas de acordo com os editais internos e/ou chamadas internas específicas, bem como de acordo com a disponibilidade orçamentária do IFPR, agências de fomento, convênios e/ou parcerias.

#### 7 - Programa de Auxílio a Situações Emergenciais (PRASE):

Instituído pela Resolução nº 07, de 16 de abril de 2020, o Programa de Auxílio a Situações Emergenciais (PRASE) consiste na concessão de repasse financeiro aos estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade temporária e/ou eventual, regularmente

matriculados em cursos técnicos e de graduação presenciais no IFPR, com a finalidade de contribuir para sua permanência e êxito acadêmico na instituição.

Para o programa, entende-se por vulnerabilidade temporária e/ou eventual, as ocasiões em que o estudante ou sua família estejam momentaneamente impossibilitados de lidar com o enfrentamento de situações específicas, atípicas e inesperadas, cuja ocorrência venha a prejudicar a permanência e o êxito no percurso acadêmico. Também se inclui situações adversas e declaradas pelas autoridades municipais, estaduais, e/ou federais como de calamidade pública, tais como: desastres, intempéries, epidemias, pandemias, dentre outras.

A vulnerabilidade temporária e/ou eventual caracteriza-se por riscos, perdas e danos aos direitos e garantias fundamentais dos indivíduos, na sua condição de cidadãos e estudantes, vivenciados circunstancialmente, tais como, entre outras:

- I. Ausência ou dificuldade momentânea de custeio de alimentação.
- II. Ausência ou dificuldade momentânea de custeio de moradia.
- III. Ruptura de vínculos familiares que dificultem momentaneamente o acesso à educação.
- IV. Situações de ameaça momentânea à vida própria ou de seus familiares.
- V. Situações emergenciais de tratamento de saúde.
- VI. Problemas de saúde de difícil atendimento ou atendimento inexistente pelo Sistema Único de Saúde (SUS).
- VII. Perda recente do responsável pelo provimento da renda familiar.
- VIII. Situação de desemprego recente do estudante ou familiar provedor principal da família.
- IX. Situação recente de doença grave do estudante ou familiar provedor principal da família.
- X. Situação recente de risco social, devidamente comprovada.

Para acesso ao programa, a Pró-reitoria de Ensino (PROENS) publica anualmente um edital com informações a respeito, incluindo o período de vigência e o valor do auxílio disponível. Editais podem ser publicados a qualquer momento para situações de emergência e/ou em casos excepcionais.

Para solicitar o auxílio, os estudantes devem comparecer à SEPAE docampus e seguir as orientações sobre quais documentos são necessários para comprovar a situação de emergência. Eles também devem preencher um formulário e protocolar o pedido juntamente com os documentos exigidos.

O Assistente Social, indicado pela Direção do campus ou pela PROENS, será responsável por selecionar e emitir parecer social sobre os casos requeridos para o Auxílio a

Situações Emergenciais, utilizando diversos instrumentos técnicos operativos do serviço social.

A PROENS irá decidir se concede ou não o auxílio após a emissão do parecer do Assistente Social, levando em consideração a disponibilidade orçamentária. A concessão pode durar até três meses, sujeita à análise socioeconômica e dependendo da disponibilidade de recurso. Em casos excepcionais previstos na Resolução nº 07/202, a PROENS pode decidir conceder o auxílio compulsoriamente a estudantes comprovadamente em situação de vulnerabilidade social em outros programas da assistência estudantil.

### **7.1.2 Acessibilidade**

O CAB-IFPR está comprometido com a acessibilidade de seus estudantes, buscando atender às diretrizes estabelecidas pela legislação vigente. A instituição considera os requisitos da Lei n. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que estabelece prioridade de atendimento às pessoas com deficiência em órgãos públicos e privados que prestam serviços à população, da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e do Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta as leis acima mencionadas e estabelece normas e critérios para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Essas medidas têm o objetivo de assegurar que todos os estudantes, independentemente de suas necessidades específicas, possam usufruir plenamente das oportunidades educacionais oferecidas pelo CAB.

A construção de espaços educativos inclusivos é um desafio que exige uma abordagem coletiva e inovadora, que vá além da simples adaptação de estruturas físicas. É necessário investir em soluções tecnológicas que sejam capazes de suprir as necessidades específicas dos estudantes, garantindo sua plena participação no ambiente educativo. Além disso, é fundamental que os profissionais que atuam nesse contexto assumam uma postura comprometida, engajada em eliminar todas as barreiras que impedem o acesso e a participação plena dos estudantes com deficiência. Somente dessa forma será possível criar um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo, capaz de valorizar a diversidade e garantir a todos os estudantes as mesmas oportunidades de aprendizado e desenvolvimento.

O CAB tem se dedicado a criar um ambiente inclusivo para todas as pessoas que procuram a instituição. Além de investir em infraestrutura, o campus conta com a ajuda do Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) e do Psicossocial

para oferecer formação para docentes e discentes. Para intensificar esse compromisso, uma professora de educação especial será contratada a partir de 2023 para fornecer apoio aos estudantes e melhorar a acessibilidade comunicacional, linguística e atitudinal. Atualmente, o campus oferece suporte à inclusão com diversos materiais, equipamentos e espaços físicos, incluindo 2 tablets, um notebook, um teclado para baixa visão, uma cadeira de rodas e 4 banheiros adaptados.

### **7.1.3 Educação Inclusiva**

O CAB tem se esforçado em atender da melhor forma possível todos que buscam sua instituição, inclusive pessoas com deficiência, promovendo a acessibilidade no ambiente educativo. Esse esforço está em consonância com o Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta a Lei nº 10.098/2000 e estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

De acordo com o decreto, a promoção da acessibilidade envolve a remoção de barreiras físicas, arquitetônicas, de transporte, de comunicação e de informação, de modo a garantir o acesso amplo e irrestrito das pessoas com deficiência aos diversos espaços e serviços públicos e privados, incluindo as instituições de ensino.

Assim, ao oferecer materiais, equipamentos e espaços físicos que primam por ofertar suporte à inclusão de pessoas com necessidades específicas, como os 2 (dois) tablets, um notebook, um teclado para baixa visão, uma cadeira de rodas e 4 (quatro) banheiros adaptados, o CAB está promovendo a acessibilidade e garantindo o acesso amplo e irrestrito das pessoas com deficiência ao ambiente educativo. Além disso, a atuação do NAPNE, do Psicossocial e, a partir de 2023, da professora de educação especial, demonstra um compromisso com a eliminação das barreiras impostas aos sujeitos com alguma condição de deficiência e com uma educação inclusiva plena.

O CAB está comprometido com a promoção de uma educação inclusiva que não se limite apenas às questões relacionadas à acessibilidade, mas que também leve em consideração as condições de classe, raça-etnia, gênero e sexualidade. Reconhece-se que o acesso à educação de qualidade deve ser um direito de todos, independentemente de suas características pessoais. Por isso, buscamos constantemente refletir sobre nossas práticas educacionais, promovendo ações afirmativas e políticas inclusivas que garantam a equidade de oportunidades e o respeito à diversidade em todas as suas dimensões.

Nessa linha, o CAB também conta com a atuação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), que tem como objetivo promover ações voltadas para a

valorização e respeito às culturas afro-brasileira e indígena, bem como a discussão sobre a diversidade étnico-racial. Dessa forma, o NEABI busca contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, livre de preconceitos e discriminações. Suas atividades incluem palestras, debates, cursos, oficinas, entre outras ações que fomentam a reflexão crítica sobre o tema. Com a atuação do NEABI, o campus reforça seu compromisso com a promoção da inclusão e da diversidade no ambiente educativo.

Assinala-se também a atuação do NAPNE, um núcleo do CAB-IFPR que atua na promoção da inclusão de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. É responsável por elaborar planos de atendimento educacional especializado, em parceria com o docente responsável pela disciplina, com o objetivo de garantir que o estudante tenha acesso aos conteúdos e recursos pedagógicos, além de promover a formação e sensibilização dos professores e demais profissionais da instituição em relação à temática da inclusão.

Entre as ações realizadas pelo NAPNE, evidencia-se a realização de encontros com os estudantes para conhecer suas necessidades e demandas, o desenvolvimento de materiais didáticos adaptados, a oferta de atendimento psicopedagógico individual e em grupo, além da promoção de atividades culturais e esportivas que visam à integração dos estudantes com e sem deficiência. O NAPNE também promove articulação com outras instituições e serviços especializados, buscando garantir o acesso e a inclusão dos estudantes com deficiência na sociedade como um todo.

#### **7.1.4 Mobilidade Estudantil e Internacionalização**

O IFPR estabeleceu normas para a mobilidade estudantil por meio da IIP 002/2014 IFPR/PROENS. A mobilidade estudantil é entendida como o processo em que um estudante realiza atividades em instituição de ensino diferente da que mantém vínculo acadêmico.

Sublinha-se que o compromisso do IFPR em contribuir para a formação do estudante envolve a promoção da mobilidade escolar/acadêmica, que abrange intercâmbios nacionais e internacionais. Esse compromisso é realizado por meio de programas governamentais ou por iniciativas próprias, atendendo às necessidades locais. A mobilidade estudantil anela, de forma inclusiva, transformadora e comprometida com o desenvolvimento humano, colaborar para a formação integral do estudante, como realçado no PDI.

São consideradas atividades de mobilidade escolar e acadêmica aquelas de natureza técnica, científica, artística, acadêmica e/ou cultural, como cursos, estágios e pesquisas

orientadas que visam à complementação e ao aprimoramento da formação integral do estudante.

A mobilidade acadêmica no IFPR divide-se em três modalidades: Mobilidade Acadêmica Nacional, Mobilidade Acadêmica Internacional e Intercâmbio, cujo objetivo é proporcionar ao estudante a possibilidade de enriquecimento de sua formação acadêmico-profissional e humana por meio da vivência de experiências educacionais em instituições de ensino nacionais e internacionais. O estímulo à cooperação técnico-científica e a troca de experiências acadêmicas entre estudantes e professores do campus com colegas de instituições nacionais e internacionais contribuirá decisivamente para o processo de internacionalização do ensino, pesquisa e extensão em nossa instituição.

Para participar do programa de mobilidade internacional, os estudantes devem atender aos seguintes critérios:

- Estar regularmente matriculado em curso presencial do IFPR, seja em curso técnico de nível médio e de cursos superiores e pós-graduação.
- Possuir Coeficiente de Rendimento Acadêmico (CRA) igual ou superior a 7,0.
- Estar em dia com suas obrigações junto à Biblioteca e aos demais setores do IFPR.
- Apresentar nível de conhecimento da língua estrangeira do país de destino, conforme exigência do edital.
- Estar em dia com suas obrigações eleitorais, se maior de 18 anos.
- Ter passaporte válido.

Já para os professores e técnicos-administrativos, as condições para participação no programa de mobilidade internacional devem ser verificadas nos editais específicos divulgados pelo IFPR.

A internacionalização engloba todos os esforços da instituição no sentido de incorporar perspectivas globais no ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a construção de competências internacionais e interculturais entre alunos, professores e técnicos. O CAB conta com uma representante de assuntos internacionais e incentiva a internacionalização continuamente.

Para o CAB, a internacionalização é de extrema importância uma vez que sua localização na região de tríplice fronteira, próxima à cidade argentina de Bernardo de Irigoyen, permite uma grande oportunidade para a promoção da mobilidade estudantil internacional. Além disso, a presença de uma cidade vizinha de outro país pode trazer benefícios para a troca de experiências culturais e para o desenvolvimento de projetos de cooperação



internacional, possibilitando um enriquecimento do ambiente acadêmico e uma formação mais completa e diversificada para os estudantes. Portanto, a internacionalização é uma das prioridades do CAB, visando sempre uma formação acadêmica mais ampla e integrada com o mundo globalizado em que vivemos.

## **8 CORPO DOCENTE E CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO**

### **8.1 CORPO DOCENTE**

#### **8.1.1 Atribuições do Coordenador**

A coordenação é o órgão responsável pela parte acadêmica e administrativa do curso, estando vinculada diretamente à Coordenadoria de Ensino. Compete-lhe o acompanhamento da vida acadêmica do aluno do IFPR, desde a entrada no curso pretendido até o seu término. Ainda, responde pelo curso contribui para a organização curricular do campus. Conforme a Portaria nº. 592 de 22 de dezembro de 2012, a carga horária mínima para dedicação da função de coordenador de curso é de 16 horas semanais. Em atenção ao manual de competências, cabe ao coordenador: cumprir e fazer cumprir as normas e procedimentos institucionais;

- Planejar ação didático/pedagógica dos cursos juntamente com a Coordenação de Ensino/Direção de Ensino.
- Executar as deliberações do CONSAP e CONSUP.
- Orientar o corpo discente e docente dos cursos sob sua coordenação sobre currículo, frequência, avaliação e demais atividades de ensino.
- Organizar e registrar por meio de atas reuniões com os docentes do curso.
- Supervisionar situações acordadas em reuniões.
- Assessorar a coordenação de ensino na fixação dos horários das aulas dos cursos ofertados.
- Presidir a comissão de avaliação dos pedidos de dispensa e opinar na transferência, verificando a equivalência dos estudos feitos, tomando as providências cabíveis.
- Supervisionar o cumprimento da carga horária dos cursos coordenados, estipulada na matriz curricular, bem como tomar as devidas providências nos casos em que haja necessária substituição de professores/permuta de aula, em caso de faltas justificadas ou atividades extracurriculares.
- Atender aos pais juntamente com a Coordenação de Ensino.

- Exercer o papel de "ouvidor" de alunos e professores em assuntos relacionados ao curso; zelar pelos laboratórios, materiais e equipamentos da sua coordenação específica.
- Supervisionar o preenchimento do diário de classe e solicitar correções caso sejam necessárias, assinando-os e encaminhando para a Coordenação de Ensino;
- Elaborar, revisar e acompanhar os projetos pedagógicos do curso.
- Supervisionar os planos de ensino docente e solicitar correções caso seja necessário, assinando-os e encaminhando-os à coordenação de ensino.
- Articular a integração entre as áreas de base nacional comum e de formação específica.
- Elaborar, com o auxílio dos docentes, termos de referências, especificações, planilhas e memoriais, para suprimento de materiais, obras, serviços e equipamentos às necessidades do curso.
- Acompanhar comissões de avaliação de curso, bem como fornecer informações do curso solicitadas pelos órgãos da Reitoria e também pelas seções do MEC.
- Desempenhar outras atividades inerentes à unidade, função ou cargo, não previstas neste manual, mas de interesse da Administração.

### 8.1.2 Relação do Corpo docente

Os docentes que atuam ou podem atuar no curso técnico em Administração integrado ao Ensino médio são:

Nome	Área	Perfil de Formação	Componente curricular
Artur Monteiro da Costa	Informática	Tecnólogo em Análise de Sistemas, pós-graduado em Gestão pública e Mestre em Educação	Informática Básica
Cícera Andreia de Souza	Educação Física	Educação Física, Mestrado em Educação Física	Ed. Física I; Ed. Física II; Ed. Física III
Fernanda Marchiori Grave	Matemática	Matemática, Mestrado em Educação em Ciências e em Matemática	Matemática I; Matemática II; Matemática III; Matemática IV
Fernando Prestes De Souza	História	História, Doutorado em História Social	História I; História II; História III; História IV
Jean Carlos Herpich	Filosofia	Filosofia, Doutorado em Filosofia	Filosofia I; Filosofia II; Filosofia III
João Luciano	Geografia	Geografia, Doutorado em Geografia	Geografia I; Geografia II;

Bandeira			Geografia III; Geografia IV
Jovane Gonçalves dos Santos	Sociologia	Sociologia, Mestrado em Ciências Sociais	Sociologia I; Sociologia II; Sociologia III
Maicon Rodrigues	Português	Português/Inglês, Especialização em Cultura e Literatura	L. Portuguesa e Literatura Brasileira I; L. Portuguesa e Literatura Brasileira II; L. Portuguesa e Literatura Brasileira III
Mario Victor Vilas Boas	Física	Física. Especialização em Ensino de Física	Física I; Física II; Física III; Física IV
Marisa Biali Cora	Administração	Administração, Mestrado em Desenvolvimento Regional	Administração Estratégica; Administração Financeira; Contabilidade Gerencial; Orientação de estágio; Inovação e Empreendedorismo
Paulo Sérgio Balbino Miguel	Biologia	Biologia, Doutorado em Microbiologia Agrícola	Biologia I; Biologia II; Biologia III
Rafaella Marques Rafael	Português/ Espanhol	Português/Espanhol, Mestrado em Estudos da Tradução	L. Estrangeira Moderna - Espanhol I; L. Estrangeira Moderna - Espanhol II; L. Estrangeira Moderna - Espanhol III
Raquel Rodrigues Teixeira Benevides	Química	Química, Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática	Química I, Química II, Química III
Simone da Silva Castro	Administração	Administração, Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas	Fundamentos da Administração, Marketing, Gestão Socioambiental, Gestão de Pessoas, Metodologia Científica e da Pesquisa aplicada à Administração, Logística e Produção
Tatiane Peratz *	Administração	Administração, Mestrado em Educação	-
Valdenir Iotti	Arte	Licenciatura em Educação Artística, Mestrado em Educação	Arte I, Arte II, Arte III, Arte IV
Yohana Diel Saheli	Português/ Inglês	Graduação em letras Português/Inglês	L. Português e Literatura Brasileira IV, L. Estrangeira Moderna – Inglês I, Estrangeira Moderna – Inglês II, Estrangeira Moderna – Inglês III,
A contratar **	Matemática	Matemática	Matemática I, Matemática II, Matemática III, Matemática IV

\* Docente em exercício provisório em outra instituição por acompanhamento de cônjuge.

\*\* docente com previsão de contratação.

### 8.1.3 Colegiado de Curso

De acordo com a Resolução nº 08 de 30 de abril de 2014, os Colegiados de Cursos são órgãos consultivos e deliberativos do campus de natureza pedagógica, didática e disciplinar, no âmbito de cada curso, tendo como finalidade o fortalecimento dos cursos ofertados, assegurando a participação dos segmentos da comunidade escolar. O Colegiado de Curso reunir-se-á ordinariamente com periodicidade mínima mensal por convocação da coordenação de curso, ou quando houver necessidade e, por convocação da Coordenação de Curso ou da Direção Adjunta do campus. As proposições e deliberações advindas da reunião do Colegiado de Curso são lavradas em ata, com a assinatura de todos os membros presentes.

A composição do Colegiado do Curso é a seguinte:

- I. os docentes dos componentes curriculares do curso;
- II. 01 (um) representante técnico administrativo em educação ligado diretamente ao curso, quando houver;
- III. dois representantes discentes, de turmas distintas.

O Colegiado de Curso será coordenado por um docente e na sua ausência pela Coordenação de Ensino do campus. As ações do Colegiado do Curso até o momento estão vinculadas às solicitações realizadas pelos gestores máximos do campus, em conformidade com os órgãos reguladores do IFPR.

### 8.2 CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

Nome	Formação	Regime de Trabalho (40h, 30h ou 20h)	Cargo
Antonio Augusto Ferreira dos Santos	Psicologia	40h	Psicólogo
Bárbara Antunes da Silva	Assistente Social/ Administração.	40h	Assistente Social e Chefe da seção de Ensino
Everton Correia Luz	Bacharel em Biblioteconomia a habilitação em Gestão da Informação.	40h	Bibliotecário
Fabrcio Gleden	Gestão Pública.	40h	Auxiliar em Administração
João Pedro Rodrigues Davidonis	Direito	40h	Assistente em Administração/ Chefia Seção Administrativa.
Jonatan William Daniel	Filosofia	40h	Assistente de Alunos
Luciano Dameão Canzi	Gestão Pública	40h	Assistente em Administração
Marco Aurélio Pereira de Sousa	Bacharel em Contabilidade	40h	Assistente em Administração/ Secretaria Acadêmica

Sandra Fátima Duarte Smiderle	Administração/ Pedagogia	40h	Auxiliar em Administração
A contratar	Pedagogia	40h	Pedagogo*
A contratar	Licenciatura	40h	Técnico em Assuntos Educaçãois*

\* Cargos a serem preenchido

### 8.3 INSTRUMENTOS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

O IFPR possui a seguinte estrutura hierárquica de seus órgãos colegiados definidos em seu Regimento Geral (Resolução CONSUP/IFPR nº 56, de 03 de dezembro de 2012), no qual cada instância, órgão ou colegiado busca apresentar representantes das diferentes esferas da comunidade do IFPR.

#### 8.3.1 Funcionamento dos Colegiados de Gestão

I – Conselho Superior (CONSUP): É o órgão máximo normativo, consultivo e deliberativo, nas dimensões de planejamento, acadêmica, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar do IFPR, tendo sua composição e competências definidas no Estatuto do IFPR (Conselho Superior do Instituto Federal do Paraná retificado pela Resolução nº 02/2015) e seu funcionamento definido pelo seu regimento interno.

II – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE): É o órgão propositivo, consultivo, normativo e deliberativo, por delegação do Conselho Superior, no que tange às Políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão.

III – Conselho de Administração e Planejamento (CONSAP): É o órgão propositivo, consultivo, normativo e deliberativo, por delegação do Conselho Superior, no que tange às políticas institucionais de gestão de pessoas, recursos humanos, financeiros, infraestrutura e expansão física, planejamento e desenvolvimento institucional.

IV – Colégio de Dirigentes (CODIR): É o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria, com caráter consultivo. São competências do Colégio de Dirigentes definidas no Manual de Competências do IFPR de 10 de março de 2015: Cumprir e fazer cumprir as normas e procedimentos institucionais; Appreciar e recomendar a distribuição interna de recursos; Appreciar e recomendar as normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes; Apresentar a criação e alterações de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do Instituto Federal; Appreciar e recomendar o calendário de referência anual; Appreciar e recomendar normas de aperfeiçoamento da gestão; Appreciar os assuntos de interesse da

administração do Instituto Federal a ele submetido. (INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ, Manual de Competências, 2015).

V – Colégio Dirigente do Campus (CODIC): A Resolução nº 22 de 02 de setembro de 2014 aprovou o regimento interno do CODIC. É o órgão consultivo, propositivo, avaliativo, mobilizador e normativo de apoio técnico e político à gestão do campus. O CODIC é composto por: Direção Geral, como presidente; Diretoria de planejamento e administração; Diretoria de ensino, pesquisa e extensão; Representação de 50% das coordenações de curso e/ou área, de eixos tecnológicos distintos, sendo no mínimo de 02 (dois) e no máximo de 04 (quatro), eleitos por seus pares; 02 (dois) representantes dos docentes; 02 (dois) representantes dos docentes técnicos administrativos em educação; 02 (dois) representantes dos discentes, sendo 01 (um) do ensino superior quando houver; 01 (um) representante dos pais de alunos da educação profissional técnica integrada do Ensino médio; 02 (dois) representantes da sociedade civil, sendo 01 (um) indicado por entidades patronais e 01 (um) indicado por entidades dos trabalhadores. São atribuições do CODIC: A função consultiva e propositiva correspondente às competências para assessorar a gestão do campus, opinando sobre as ações pedagógicas, administrativas, orçamentárias e disciplinares exercidas pelas Unidades Executivas, abrangendo as seguintes atividades: Manifestar sobre a proposta curricular do campus, bem como analisar dados do desempenho educacional da instituição para propor o planejamento das atividades pedagógicas; Participar do processo de avaliação institucional da unidade e opinar sobre os processos que lhe forem encaminhados; Recomendar providências para a melhor utilização do espaço físico, bens e serviços e do pessoal do campus; Opinar sobre o planejamento global e orçamentário do campus e recomendar sobre suas prioridades, para fins de aplicação dos recursos destinados; Manifestar sobre a prestação de contas referentes aos programas e projetos desenvolvidos pelo campus, antes de ser encaminhada ao setor competente do IFPR; Propor estratégias para atender com eficiência e eficácia as atividades finalísticas do campus.

VI – Colegiado de Gestão Pedagógica do Campus (CGPC): É o órgão auxiliar da gestão pedagógica, com atuação regular e planejada, na concepção, execução, controle, acompanhamento e avaliação dos processos pedagógicos da ação educativa, no âmbito de cada campus, em assessoramento à Direção Geral e ao CODIC.

VII – Comitê de Pesquisa e Extensão (COPE): É o órgão de assessoramento da Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão de cada campus para formular, subsidiar e acompanhar a execução da política de pesquisa e extensão no âmbito institucional.

VIII – O Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT): É órgão de assessoramento com a finalidade de subsidiar e acompanhar a execução da política de empreendedorismo e inovação definida pela Pró-reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação do IFPR. O NIT é vinculado à Seção de Inovação e Empreendedorismo de cada campus e atua conforme estabelecido em legislação institucional específica.

IX – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE): É um órgão de assessoramento e proposição de apoio técnico-científico a políticas e ações de inclusão em cada campus. O NAPNE está vinculado diretamente à Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis do campus e sua coordenação é exercida por servidor designado pela Direção Geral do campus.

X – Colegiados de curso: São órgãos consultivos e deliberativos do campus para assuntos de natureza pedagógica, didática e disciplinar, no âmbito de cada curso, tendo como finalidade o desenvolvimento e fortalecimento dos cursos ofertados, assegurando a participação dos segmentos da comunidade escolar.

XI – Núcleo Docente Estruturante (NDE): Constitui segmento da estrutura de gestão acadêmica do Curso, com atribuições consultivas, propositivas e avaliativas sobre matéria de natureza acadêmica, responsável pela criação, implementação, acompanhamento e consolidação dos PPC de cada curso.

XII – Núcleos de Arte e Cultura (NAC): possuem o papel institucional de fomentar a formação, a difusão e a articulação da produção artístico-cultural do IFPR, assessorando a Pró-reitoria de Extensão, Pesquisa e Inovação (PROEPI) na gestão da política cultural da instituição e contribuindo para a memória e a preservação de seu patrimônio cultural.

### **8.3.2 Representatividade da comunidade acadêmica**

Realizada pelos representantes de turma junto ao Colegiado do Curso, pelo Grêmio Estudantil e reuniões entre a coordenação, discentes e equipe pedagógica. O Colegiado leva em consideração os apontamentos levantados pela CPA para as tomadas de decisão junto aos discentes, bem como o representante de alunos no CODIC.

O Grêmio Estudantil, instância legítima de participação discente, também se constitui como elemento central nos processos participativos no campus. Sua ação é de grande relevância não só no que diz respeito à representatividade estudantil, ao exercício democrático no espaço escolar, como também nos processos de formação crítica e cidadã fundamentais à escola.



### **8.3.3 Participação da Sociedade Civil na Gestão do Curso**

A participação ativa da sociedade civil na gestão do CAB é uma peça fundamental para a construção de um ambiente acadêmico saudável e eficiente. Com a implementação de mecanismos de participação, a comunidade local tem a oportunidade de contribuir para a melhoria contínua da qualidade do ensino, pesquisa e extensão oferecidos pelo campus.

Durante as reuniões de responsáveis, por exemplo, a sociedade civil tem voz ativa e é ouvida pelos gestores do campus. Essas reuniões são espaços importantes para que os pais, alunos e membros da comunidade possam expor suas dúvidas, sugestões e críticas sobre as atividades desenvolvidas pelo campus. Além disso, são momentos em que os gestores têm a oportunidade de prestar contas sobre as ações realizadas e apresentar projetos e planos futuros.

Outro espaço de participação importante é a Comissão Própria de Avaliação (CPA), que é responsável por avaliar periodicamente a qualidade das atividades desenvolvidas pelo campus. Nesse caso, a sociedade civil pode contribuir por meio de pesquisas e questionários, fornecendo informações valiosas sobre as percepções e expectativas em relação ao campus.

A participação da sociedade civil na gestão do CAB é, portanto, uma via de mão dupla: por um lado, os gestores do campus podem receber feedbacks importantes sobre suas atividades e projetos, a fim de promover melhorias contínuas. Por outro lado, pode contribuir para a construção de um ambiente acadêmico mais engajado e participativo, que atenda às necessidades e expectativas de todos os envolvidos.

## **9 INFRAESTRUTURA**

O CAB, conta hoje com 5 (cinco) blocos, 1 (um) ginásio de esportes, 1 (uma) quadra de vôlei de areia e 1 (um) auditório.

O bloco frontal é formado por salas para direção, secretaria acadêmica, seção de ensino, coordenações de curso, sala de atendimento psicológico, sala de reunião, sala individual da Direção Geral, banheiros e cozinha (para servidores).

O Bloco A possui uma área de 565,00 m<sup>2</sup>. É composto por 2 (duas) salas de aula, um laboratório para manutenção de computadores (aula de hardware e redes de computadores), um laboratório de informática com 20 (vinte) computadores, 1 (uma) sala de tecnologia de informação (TI) e 1 (uma) biblioteca.

O Bloco B possui 300,44 m<sup>2</sup> e é composto por 1 (uma) ampla sala com os gabinetes de trabalho para docentes, 1 (uma) sala para a seção administrativa, 1 (um) almoxarifado, e 3 (três) salas de aula.

O Bloco C possui 298,41 m<sup>2</sup>, é composto por 5 (cinco) salas, que são utilizadas como laboratórios de Química, Física, Biologia, 1 (um) laboratório de informática com 42 (quarenta e dois) computadores, e 1 (uma) sala de aula.

O Bloco D possui uma área de 450,62 m<sup>2</sup>, é formado por 4 (quatro) salas de aula e 1 (uma) infraestrutura de 65,53 m<sup>2</sup> para a cantina. As salas de aula têm capacidade para em média 40 (quarenta) estudantes.

Entre os Blocos C e D encontram-se 2 (dois) banheiros, 1 (um) masculino e 1 (um) feminino com área total de 32,59 m<sup>2</sup> e 1 (um) espaço coberto que liga os blocos.

O ginásio de esportes possui uma área de 1287,5 m<sup>2</sup>, com arquibancadas, 2 (duas) salas de apoio, 1 (uma) sala de docentes, banheiros e vestiários. O auditório possui uma área de 262,50 m<sup>2</sup> e capacidade para 142 (cento e quarenta e duas) pessoas.

## 9.1 ÁREAS DE ENSINO ESPECÍFICAS

Ambiente	Existente	A construir	Área (m <sup>2</sup> )
Salas de aula	Sim (10)	Sim*	697,75
Sala de professores	Sim	Não	88,29
Coordenadoria de Curso**	Sim	Não	93,60
Sala de reuniões	Sim	Não	51,44

\* Previsão de construção de um bloco didático adicional.

\*\* Espaço compartilhado entre Coordenadoria de Curso e Atendimento Pedagógico.

## 9.2 ÁREAS DE ESTUDO GERAL

Ambiente	Existente	A construir	Área (m <sup>2</sup> )
Biblioteca	Sim	Não	230
Laboratório de Informática*	Sim (2)	Não	135,78
Laboratório de Física**	Sim	Não	51,80

Laboratório de Química**	Sim	Não	63,95
Laboratório de Biologia**	Sim	Não	51,80

\* Um dos laboratórios de Informática dispõe de 42 (quarenta e duas) máquinas equipadas com processadores Intel i5, 8gb de ram e 240gb de SSD. O outro laboratório dispõe de 20 (vinte) máquinas equipadas com processadores AMD Phenom II, 4gb de ram e 80gb de HD. Ambos contam com quadro branco, projetor multimídia e ar-condicionado.

\*\* Os laboratórios de Física, Química e Biologia acomodam 40 (quarenta) estudantes e são equipados com mesa para professor, quadro branco, projetor multimídia, ar-condicionado, tomadas extras, armários, 3 (três) bancadas fixas, pia, pontos de gás e chuveiro lava-olho. Os laboratórios contam com edifícios específicos para depósito de produtos químicos/insumos.

### 9.3 ÁREAS DE ESTUDO ESPECÍFICO

Ambiente	Existente	A construir	Área (m <sup>2</sup> )
Laboratório de Práticas da disciplina de Hardware e Sistemas Operacionais	Sim	Não	47,58

### 9.4 ÁREAS DE ESPORTE E VIVÊNCIA

Ambiente	Existente	A construir	Área (m <sup>2</sup> )
Áreas de esportes	Sim	Não	1.467,50
Cantina/Refeitório	Sim	Sim*	67,35
Pátio coberto	Sim	Não	691,23

\* A utilização do espaço existente se limita ao aquecimento de alimentos. Há previsão de construção de um refeitório dotado de instalações adequadas para preparo, acondicionamento e fornecimento de refeições.

### 9.5 ÁREAS DE ATENDIMENTO DISCENTE

Ambiente	Existente	A construir	Área (m <sup>2</sup> )
Atendimento psicológico*	Sim	Não	17,39
Atendimento pedagógico**	Sim	Não	93,60
Atendimento odontológico	Não	Não	---

Primeiros socorros	Não	Não	- - -
Serviço social*	Sim	Não	17,39

\* Espaço compartilhado entre Atendimento Psicológico e Serviço Social.

\*\* Espaço compartilhado entre Coordenadoria de Curso e Atendimento Pedagógico.

## 9.6 ÁREAS DE APOIO

Ambiente	Existente	A construir	Área (m <sup>2</sup> )
Auditório	Sim	Não	262,50
Salão de convenção	Não	Não	- - -
Sala de audiovisual	Não	Não	- - -
Mecanografia	Não	Não	- - -

## 9.7 BIBLIOTECA

Como parte do processo didático-pedagógico, a biblioteca é integrante da formação humana e tem por finalidade apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão a partir da promoção e da mediação do acesso à informação e ao conhecimento. Esse suporte ocorre por meio das ações de aquisição, processamento técnico, armazenamento, acondicionamento, preservação, conservação, disponibilização e disseminação de materiais e fontes informacionais (bibliográficos), produtos e serviços para a comunidade, proclamando o conceito de que a liberdade intelectual e o acesso à informação são pontos fundamentais para a formação da cidadania e o exercício da democracia.

Como espaço de convivência, a biblioteca tem por objetivo promover o incentivo à literatura, à arte e à cultura, auxiliando nas ações que visam à valorização da leitura e da biblioteca como instrumentos fundamentais na formação dos estudantes no que diz respeito à reflexão da realidade, de forma crítica e autônoma. Também atua sobre os aspectos acadêmicos, científicos e tecnológicos, de modo a alcançar o exercício pleno da literacia na leitura e na escrita, instigando a tomada de consciência cultural e social, bem como de sensibilidade, estimulando a imaginação e a vivência de cidadãos críticos, reflexivos e responsáveis.

Localizada no piso térreo da Rodovia BR 163, km 01, Bairro Industrial, a biblioteca do CAB faz parte da Rede de Bibliotecas do IFPR. É um órgão suplementar, subordinado

administrativamente à Seção de Ensino do campus e tecnicamente ao Núcleo de Bibliotecas/Diretoria de Articulação Pedagógica e Formação Continuada (DAPE/PROENS). Possui um acervo plural e representativo de diversas áreas do conhecimento, que pode ser utilizado tanto para consulta local quanto para empréstimo domiciliar por prazo pré-determinado e estabelecido no regulamento. A classificação utilizada para organizar o acervo é a Classificação Decimal de Dewey (CDD), que organiza todo o conhecimento em dez classes principais.

O controle e a gestão dos acervos bibliográficos da Rede de Bibliotecas do IFPR são realizados por meio do Sistema Pergamum. Para acessar alguns dos serviços da biblioteca o usuário precisa ter vínculo institucional (estudante, técnico administrativo, docente, funcionário terceirizado e estagiário) e solicitar o seu cadastro no balcão de atendimento. Por meio do referido sistema são realizados o processamento técnico e registro patrimonial do acervo; empréstimo e devolução de material informacional; consulta ao acervo; reserva e renovação (também on-line), solicitação de empréstimo entre as bibliotecas da Rede do IFPR; levantamentos bibliográficos, relatórios e inventário patrimonial do acervo. O link de acesso ao acervo encontra-se disponível no site do IFPR, bem como nas páginas de cada biblioteca da rede: [https://biblioteca.ifpr.edu.br/pergamum\\_ifpr/biblioteca/index.php](https://biblioteca.ifpr.edu.br/pergamum_ifpr/biblioteca/index.php).

A biblioteca do CAB funciona em concordância com a Portaria nº 43/2021, que estabelece normas e diretrizes, nos termos do regulamento geral.

Para a elaboração e publicação do regulamento das Bibliotecas dos campi do IFPR, cujo regulamento próprio encontra-se publicado e disponível no site do campus: <https://ifpr.edu.br/barracao/wp-content/uploads/sites/5/2023/04/Regulamento-da-Biblioteca-Barracao.pdf>., também são adotados os padrões e diretrizes dos seguintes documentos:

- Política de formação e desenvolvimento de acervos: Portaria nº 25/2021: Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções das Bibliotecas do IFPR; IN nº 1/2021: Estabelece normas para execução da Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções das Bibliotecas do IFPR.
- Catalogação padronizada: Portaria Conjunta PROAD/PROENS nº 8/2020: Institui o Manual de Catalogação para a Rede de Bibliotecas e o tutorial de cadastro de autoridades, no âmbito do IFPR.
- Controle patrimonial dos acervos bibliográficos: Portaria nº 28/2021: Normatiza o registro e o controle patrimonial de acervos bibliográficos no Sistema Pergamum, bem como a evidenciação contábil, no âmbito IFPR.

- Inventário: Portaria nº 28/2021: Normatiza o registro e o controle patrimonial de acervos bibliográficos no Sistema Pergamum, bem como a evidenciação contábil, no âmbito do IFPR; IN Conjunta PROAD/PROENS nº 02/2022: Normatiza o fluxo de inventário de acervos bibliográficos, no âmbito do IFPR.

Serviços oferecidos pela biblioteca:

- 1) Circulação de materiais: cadastro de usuários, empréstimo domiciliar, devolução, renovação e reserva de materiais bibliográficos.
- 2) Empréstimo entre bibliotecas com logística via malote dos Correios.
- 3) Empréstimo de chaves de armários para a guarda de pertences dos usuários ou comunidade visitante enquanto permanência na biblioteca.
- 4) Consulta local do acervo.
- 5) Computadores com acesso à internet para utilização dos usuários (e comunidade), no auxílio às pesquisas.
- 6) Wi-fi gratuito.
- 7) Serviço de referência.
- 8) Relatórios de levantamentos bibliográficos.

As bibliotecas IFPR possuem assinatura da Biblioteca Virtual Pearson que reúne mais de 12.000 (doze mil) obras (e-books) de diferentes selos editoriais em suporte digital, com várias editoras parceiras que integram a plataforma. O acesso é realizado de uma forma muito prática, basta estar cadastrado no Sistema Pergamum da biblioteca, pois ambas as bases estão integradas. A BV Pearson traz diversos benefícios ao usuário e também à instituição, como: diversidade de acervo para atender aos diversos níveis dos cursos do IFPR; credenciamento EaD, com suporte e treinamento pedagógico específicos; ampliação do acesso ao acervo das bibliotecas para toda comunidade do IFPR e a diminuição da chance de um livro estar esgotado; mobilidade de acesso em qualquer suporte: desktop, tablets e smartphones; recursos interativos: busca avançada, ferramenta de anotações, seleção de livros favoritos, impressão de páginas, download de conteúdos e ferramenta para destacar trechos do conteúdo; sala virtual: espaço digital integrado com o livro, onde é disponibilizado material de apoio específico para docentes e estudantes.

Outro recurso importante que as bibliotecas IFPR disponibilizam é o acesso às Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e International Organization for Standardization (ISO) de forma integrada ao Sistema Pergamum.

O Portal de Periódicos da Capes é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional. Conta atualmente com um acervo de mais de 37.000 (trinta e sete mil) periódicos com texto completo, 126 (cento e vinte e seis) bases referenciais, 11 (onze) bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual. A comunidade acadêmica do CAB tem livre acesso a este portal, com direito a conteúdo conveniado com os Institutos Federais, disponível para acesso com Internet Protocol (IP) identificado da instituição e remoto via CAFe.

A estrutura física da biblioteca conta com um espaço de aproximadamente 230 m<sup>2</sup> e é composta por circulação, acervo e administrativo. Até março de 2023, conta com 9343 (nove mil trezentos e quarenta e três) títulos e 15371 (quinze mil trezentos e setenta e um) exemplares. Oferece espaço físico e mobiliário para estudo em grupos e individual. Há computadores com acesso à internet para pesquisas e computadores para consulta local ao acervo físico e digital/virtual, NBRs da ABNT e ISO e Portal de Periódicos Capes. Possui guarda-volumes e sistema de climatização com aparelhos de ar-condicionado. O horário de atendimento é de segunda a sexta-feira, das 07:15 às 12:00 e das 13:30 às 16:45. A biblioteca possui apenas o bibliotecário atuando em todo o horário de funcionamento do setor.

## **10 AVALIAÇÃO DO CURSO**

No âmbito institucional, o processo de acompanhamento e avaliação do PPC pressupõe a prática de ações permanentes e referendadas em decisões compartilhadas pela comunidade acadêmica como condição indispensável à construção de um projeto que se concebe democrático, aberto à diversidade e promotor de formação multicultural. O sistema de acompanhamento e avaliação do PPC fica a cargo da Coordenação de Curso junto com o Colegiado de Gestão Pedagógica do Campus, sendo avaliado periodicamente por docentes, técnicos administrativos em educação e estudantes, durante as reuniões de Colegiado do campus.

O processo avaliativo do curso também deve ocorrer mediante permanente diálogo/intercâmbio com instituições da área de Administração e com organizações de representação da sociedade civil, com vistas a identificar demandas, subsidiar teoricamente a construção de estratégias interventivas e a ampliação do mundo do trabalho. A articulação com organizações da categoria profissional, de formação e instituições de ensino, durante o processo avaliativo, viabilizará a construção de pautas e o fortalecimento de ações conjuntas



de formação do profissional em Administração. Para isso, o campus conta com a Comissão Própria de Avaliação (CPA) local, cujo propósito é promover uma cultura de avaliação na instituição, aspecto que reitera seu compromisso com o autoconhecimento e sua relação com o todo em prol da qualidade dos serviços prestados à sociedade, contribuindo no processo avaliativo externo do curso.

### **10.1 AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO**

O sistema de acompanhamento e avaliação do PPC está a cargo da Coordenação de Curso, em conjunto com a Seção de Ensino do campus e Direção Adjunta. O curso será avaliado anualmente pelos docentes, técnicos administrativos em educação e pelos estudantes, e poderá ser também, pela comunidade em geral. A avaliação ocorrerá por meio de formulário específico disponibilizado pela Coordenação de Curso. Propõe-se os seguintes indicadores a serem acompanhados: desempenho e qualificação de docentes e discentes; adequação dos conteúdos dos componentes curriculares aos processos pedagógicos vivenciados; adequação do projeto do curso às demandas sociais e comunitárias e de contribuição aos processos de desenvolvimento locais/regionais; indissociabilidade do quadripé ensino, pesquisa, extensão e inovação na formação; condições de infraestrutura física, de equipamentos, de laboratórios e biblioteca; representatividade discente e docente nas decisões colegiadas. Após a coleta e interpretação dos dados, os resultados serão apresentados para toda a comunidade acadêmica. Por meio de reuniões dirigidas pelo Coordenador do Curso e acompanhadas pela Seção Pedagógica e pelo Colegiado do Curso, ocorrerá a análise e a coleta de sugestões voltadas à revisão e aos ajustes do PPC. Finalmente, tais informações serão repassadas à Comissão de Ajustes do Curso do campus. Os relatórios produzidos pela CPA local também fornecerão subsídios importantes para a avaliação da PPC do curso.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; RODRIGUES, D. S. (org.). **Filosofia da práxis e didática da educação profissional**. Campinas: Autores Associados, 2011.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 12 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Catálogo nacional dos cursos técnicos**. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <http://cnct.mec.gov.br/eixo-tecnologico?id=4>. Acesso em: 10 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Catálogo nacional de cursos técnicos**. 4. ed. Brasília: MEC, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 5/2011, aprovado em 04 de maio de 2011**. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, 2011. Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_PAR\\_CNECEBN52011.pdf?query=M%C3%89DIO](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECEBN52011.pdf?query=M%C3%89DIO). Acesso em: 14 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 11, de 09 de maio de 2012**. Diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível médio. Brasília, 2012. Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_PAR\\_CNECEBN112012.pdf?query=FUNCIONAMENTO](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECEBN112012.pdf?query=FUNCIONAMENTO). Acesso em: 09 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº. 02, de 15 de dezembro de 2020**. Aprova a quarta edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Brasília, 2018. Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_RES\\_CNECEBN32018.pdf](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN32018.pdf). Acesso em: 14 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº. 03, de 21 de novembro de 2018**. Atualiza as diretrizes curriculares nacionais para o nível médio. Brasília, 2018. Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_RES\\_CNECEBN32018.pdf](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN32018.pdf). Acesso em: 14 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, 2021. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=167931-rcp001-21&category\\_slug=janeiro-2021-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=167931-rcp001-21&category_slug=janeiro-2021-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 14 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 870, de 16 de julho de 2008. Aprova o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 137, p. 13, 18 jul. 2008. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=13&data=18/07/2008>. Acesso em: 18 abr. 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho e do Emprego. **Classificação brasileira de ocupações**. Disponível em: <https://cbo.mte.gov.br/cbsite/pages/home.jsf>. Acesso em: 14 mar. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm#:~:text=Nas%20edifica%C3%A7%C3%B5es%20de%20uso%20p%C3%ABlico,t%C3%A9cnicas%20de%20acessibilidade%20da%20ABNT](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm#:~:text=Nas%20edifica%C3%A7%C3%B5es%20de%20uso%20p%C3%ABlico,t%C3%A9cnicas%20de%20acessibilidade%20da%20ABNT). Acesso em: 12 abr. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009**. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm). Acesso em: 18 abr. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 8.268, de 18 de junho de 2014**. Altera o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/decreto/d8268.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8268.htm). Acesso em: 18 abr. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm). Acesso em: 18 mar. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 08 abr. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997**. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19503compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19503compilado.htm). Acesso em: 18 abr. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19795.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm). Acesso em: 18 abr. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000**. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/110048.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110048.htm). Acesso em: 12 abr. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/110098.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm). Acesso em: 12 abr. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm#:~:text=LEI%20No%2010.639%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202003.&text=Altera%20a%20Lei%20no,%22%2C%20e%20d%20C%20A1%20outras%20provid%20C%20Ancias](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm#:~:text=LEI%20No%2010.639%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202003.&text=Altera%20a%20Lei%20no,%22%2C%20e%20d%20C%20A1%20outras%20provid%20C%20Ancias). Acesso em: 10 mar. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.** Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2003/L10.741compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.741compilado.htm). Acesso em: 18 abr. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm). Acesso em: 05 mar. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm). Acesso em: 11 abr. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm). Acesso em: 18 abr. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.006, de 26 de junho de 2014.** Acrescenta § 8º ao art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para obrigar a exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113006.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113006.htm). Acesso em: 05 fev. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014.** Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos

físicos ou de tratamento cruel ou degradante, e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113010.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113010.htm). Acesso em: 18 abr. 2023.

DRUCKER, P. F. **Inovação e espírito empreendedor: prática e princípios**. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

FÓRUM DE DIRIGENTES DE ENSINO/CONIF. **Diretrizes indutoras para a oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília, 2018.

FRIGOTTO, G. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. N. (orgs.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Plano de desenvolvimento institucional – PDI: 2009-2013. Disponível em: <https://info.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/PDI.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Portaria nº 592, de 22 de dezembro de 2012**. Altera o artigo 71 da Resolução nº 54, de 21 de dezembro de 2011.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. Conselho Superior. **Resolução nº 22, de 02 de setembro de 2014**. Estabelece o Regimento Interno dos Colégios Dirigentes dos Câmpus do Instituto Federal do Paraná. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/80818-2/>. Acesso em: 10 abr. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução nº 23, de 23 de julho de 2021**. Dispõe sobre a Política de Acompanhamento de Egressos nos cursos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, em todos os níveis e modalidades. Disponível em: [https://sei.ifpr.edu.br/sei/publicacoes/controlador\\_publicacoes.php?acao=publicacao\\_visualizar&id\\_documento=1372512&id\\_orgao\\_publicacao=0&\\_ga=2.113367630.819071118.1681769877-1256959155.1600176156](https://sei.ifpr.edu.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=1372512&id_orgao_publicacao=0&_ga=2.113367630.819071118.1681769877-1256959155.1600176156). Acesso em: 27 mar. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução nº 56, de 03 de dezembro de 2012**. Aprova o Regimento Geral do Instituto Federal do Paraná. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/resolucao-56-2012/>. Acesso em: 04 abr. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução nº 01, de 23 de janeiro de 2017**. Altera a Resolução 54/2011 que dispõe sobre a Organização Didático-Pedagógica da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores no âmbito do Instituto Federal do Paraná – IFPR. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/resolucao-012017/>. Acesso em: 10 abr. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução nº 04, de 28 de março de 2019**. Aprova e institui a Política de Inovação e de estímulo ao Empreendedorismo no âmbito do Instituto Federal do Paraná e dá outras orientações. Disponível em: [https://sei.ifpr.edu.br/sei/publicacoes/controlador\\_publicacoes.php?acao=publicacao\\_visualizar&id\\_documento=260708&id\\_orgao\\_publicacao=0&\\_ga=2.238482889.819071118.1681769877-1256959155.1600176156](https://sei.ifpr.edu.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=260708&id_orgao_publicacao=0&_ga=2.238482889.819071118.1681769877-1256959155.1600176156). Acesso em: 08 abr. 2023.



INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução nº 08, de 30 de abril de 2014.** Regulamenta o Regimento Interno Comum aos Câmpus do Instituto Federal do Paraná. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/10/Anexo-Res.-08.141.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução nº 58, de 13 de dezembro de 2019.** Aprova e institui as diretrizes para as atividades de pesquisa científica e tecnológica no âmbito do Instituto Federal do Paraná. Disponível em: [https://sei.ifpr.edu.br/sei/publicacoes/controlador\\_publicacoes.php?acao=publicacao\\_visualizar&id\\_documento=614467&id\\_orgao\\_publicacao=0&\\_ga=2.38254058.819071118.1681769877-1256959155.1600176156](https://sei.ifpr.edu.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=614467&id_orgao_publicacao=0&_ga=2.38254058.819071118.1681769877-1256959155.1600176156). Acesso em: 10 abr. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução nº 38, de 16 de dezembro de 2014.** Autoriza a criação do Curso Técnico em Administração Integrado ao Ensino Médio, do Campus Avançado Barracão, do IFPR. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/resolucao-382014/>. Acesso em: 10 abr. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução nº 09, de 29 de março de 2021.** Institui o Programa de Assistência Complementar ao Estudante - PACE, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná. Disponível em: [https://sei.ifpr.edu.br/sei/publicacoes/controlador\\_publicacoes.php?acao=publicacao\\_visualizar&id\\_documento=1212829&id\\_orgao\\_publicacao=0&\\_ga=2.259898831.431243410.1681240657-1879188496.1651145443](https://sei.ifpr.edu.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=1212829&id_orgao_publicacao=0&_ga=2.259898831.431243410.1681240657-1879188496.1651145443). Acesso em: 12 abr. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução nº 62, de 23 de março de 2022.** Aprova o Programa Cultura Corporal – PROCCORP. Disponível em: [https://sei.ifpr.edu.br/sei/publicacoes/controlador\\_publicacoes.php?acao=publicacao\\_visualizar&id\\_documento=1736782&id\\_orgao\\_publicacao=0&\\_ga=2.102282308.431243410.1681240657-1879188496.1651145443](https://sei.ifpr.edu.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=1736782&id_orgao_publicacao=0&_ga=2.102282308.431243410.1681240657-1879188496.1651145443), Acesso em: 12 abr. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução nº 64, de 28 de julho de 2010.** Aprova a criação do Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2010/08/Res.-64.10.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução nº 04, de 29 de março de 2010.** Cria o Programa de Bolsas Monitoria e o Plano de Trabalho para captação de recursos. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2010/08/Res.-04.10.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução nº 07, de 16 de abril de 2020.** Institui o Programa de Auxílio a Situações Emergenciais - PRASE aos estudantes do Instituto Federal do Paraná. Disponível em: [https://sei.ifpr.edu.br/sei/publicacoes/controlador\\_publicacoes.php?acao=publicacao\\_visualizar&id\\_documento=780111&id\\_orgao\\_publicacao=0&\\_ga=2.195491305.431243410.1681240657-1879188496.1651145443](https://sei.ifpr.edu.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=780111&id_orgao_publicacao=0&_ga=2.195491305.431243410.1681240657-1879188496.1651145443). Acesso em: 12 abr. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução nº 71, de 26 de abril de 2022.** Altera o artigo 71 da Resolução nº 54, de 21 de dezembro de 2011. Disponível em: [https://sei.ifpr.edu.br/sei/publicacoes/controlador\\_publicacoes.php?](https://sei.ifpr.edu.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?)

[acao=publicacao\\_visualizar&id\\_documento=1793594&id\\_orgao\\_publicacao=0&\\_ga=2.3061497.819071118.1681769877-1256959155.1600176156](#). Acesso em: 10 abr. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução nº 65, de 28 de julho de 2010.** Cria o Programa de Apoio a Eventos Estudantis. Disponível em:

<https://ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2010/08/Res.-65.101.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução nº 11, de 27 de março de 2018.** Aprova o regulamento das atividades de extensão do IFPR. Disponível em:

<https://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2018/04/Resolucao-11-2018-CS-IFPR.pdf>.

Acesso em: 11 abr. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução nº 50, de 14 de julho de 2017.**

Estabelece as normas de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem no âmbito do IFPR.

Disponível em: [https://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2017/07/resolucao-50-](https://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2017/07/resolucao-50-2017.pdf)

[2017.pdf](https://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2017/07/resolucao-50-2017.pdf). Acesso em: 11 abr. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução nº 54, de 21 de dezembro de 2011.**

Dispõe sobre a Organização Didático-Pedagógica do Ensino Médio e Técnico no âmbito do

Instituto Federal do Paraná. Disponível em: [https://ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/09/n](https://ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/09/n%c2%b0-002-de-2014.pdf)

[%c2%b0-002-de-2014.pdf](https://ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/09/n%c2%b0-002-de-2014.pdf). Acesso em: 11 abr. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – Pibic.** Disponível em: [https://ifpr.edu.br/aceso-a-informacao/acoes-e-](https://ifpr.edu.br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pesquisa/programa-institucional-de-bolsas-de-iniciacao-cientifica/)

[programas/programas/pesquisa/programa-institucional-de-bolsas-de-iniciacao-cientifica/](https://ifpr.edu.br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pesquisa/programa-institucional-de-bolsas-de-iniciacao-cientifica/).

Acesso em: 12 abr. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Assistência estudantil.** Disponível em:

<https://ifpr.edu.br/menu-academico/assistencia-estudantil/>. Acesso em: 12 abr. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Programa Institucional de Bolsas de Extensão – Pibex.** Disponível em:

[https://ifpr.edu.br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/extensao/programa-](https://ifpr.edu.br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/extensao/programa-institucional-de-bolsas-de-extensao/)

[institucional-de-bolsas-de-extensao/](https://ifpr.edu.br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/extensao/programa-institucional-de-bolsas-de-extensao/). Acesso em: 12 abr. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **O que é NAPNE?** Disponível em:

<https://ifpr.edu.br/o-que-e-napne/>. Acesso em: 12 abr. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **O que é NEABI?** Disponível em:

[https://ifpr.edu.br/institucional/pro-reitorias/proeppi/extensao-arte-e-cultura/neabi/o-que-e-](https://ifpr.edu.br/institucional/pro-reitorias/proeppi/extensao-arte-e-cultura/neabi/o-que-e-neabi/)

[neabi/](https://ifpr.edu.br/institucional/pro-reitorias/proeppi/extensao-arte-e-cultura/neabi/o-que-e-neabi/). Acesso em: 12 abr. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Instrução Interna de Procedimentos nº 02/2014 – IFPR/PROENS.** Cria e regulamenta as normas e procedimentos para a mobilidade estudantil do Instituto Federal do Paraná. Disponível em:

<https://ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/09/n%c2%b0-002-de-2014.pdf>. Acesso em: 12

abr. 2023.



INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Manual de competências.** Disponível em: <https://info.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/manual-de-competencias.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2023.

PACHECO, Eliezer Moreira (org.). **Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica.** Brasília: IFRN, 2010.

RAMOS, Marise. **Concepção do ensino médio integrado.** Disponível em: <https://tecnicadmiwj.files.wordpress.com/2008/09/texto-concepcao-do-ensino-medio-integrado-marise-ramos1.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2023.

RAMOS, Marise. Possibilidades e desafios na construção do currículo integrado. *In:* FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. N. (org.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SAVIANI, D. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas.** 2. ed. Campinas: Autores Associados, 1997.

ZANATTA, Odacir Antônio *et al.* **Passado, presente e futuro: 10 anos de IFPR.** Curitiba: IFPR, 2019.

## ANEXOS

### ANEXO A - REGULAMENTO GERAL DE ESTÁGIO DO CAMPUS CAPANEMA E CAMPUS AVANÇADO BARRACÃO

#### CAPÍTULO I DAS REGRAS GERAIS DE ESTÁGIO

Art. 1º Este Regulamento Geral de Estágio (RGE) abrange todos os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) do Campus CAPANEMA e Campus Avançado BARRACÃO, sendo seus dispositivos alinhados à Resolução IFPR nº 36/2019, a lei nº 11.788/2008 e demais dispositivos legais pertinentes.

Parágrafo único. O estágio, como ato educativo, prioriza a formação do estudante para o mundo do trabalho e o fortalecimento dos conhecimentos construídos no ambiente acadêmico.

Art. 2º Os estudantes que realizam as atividades de estágio obrigatório e não obrigatório são considerados estagiários, para os efeitos deste regulamento, desde que estejam regularmente matriculados em um dos cursos do Campus Capanema ou Campus Avançado Barracão, e que as atividades propiciem experiência acadêmico-profissional e contextualização curricular.

Art. 3º Para o caso do Campus Avançado Barracão, que em sua estrutura organizacional não possui a SERC, as responsabilidades da SERC serão atribuídas a servidor (es) indicado(s) pela Direção Geral do Campus, mediante emissão de Portaria.

Art. 4º Para realização de estágio obrigatório o estudante deverá:

- I) matricular-se no componente de estágio.
- II) receber orientação do professor orientador sobre as possibilidades de estágio.
- III) formalizar Termo de Compromisso e Plano de Estágio (TCE/PE) com a unidade concedente de estágio (UCE), utilizando-se dos formulários próprios disponibilizados pela

Seção de Acompanhamento de Estágios e Egressos da Pró-reitoria de Ensino (SAEE/PROENS) e Seção de Estágios e Relações Comunitárias do Campus (SERC).

IV) apresentar na UCE o TCE e Plano de Estágio, sendo a preparação de ambos orientada pelo componente curricular responsável pela orientação de estágios e elaborado em conjunto com a UCE.

V) iniciar o estágio em acordo com as normas deste Regulamento de Estágio do IFPR, sob pena de não aproveitamento da carga horária.

Art. 5º Para realização de estágio não obrigatório, o estudante deverá:

I) verificar as oportunidades de estágio na região e as parcerias firmadas com o IFPR, em especial os agentes de integração.

II) receber orientação do professor orientador sobre as possibilidades de estágio e a adequação ao seu curso.

III) formalizar TCE/PE com a UCE, utilizando-se dos formulários próprios disponibilizados pela SAEE/PROENS e SERC.

§ 1º. O estágio não obrigatório é facultativo, entretanto, o estudante ao optar por realizá-lo estará vinculado aos dispositivos da Resolução IFPR nº 36/2019 e às normas da UCE.

§ 2º. No que concerne ao caput, os estudantes poderão atuar como estagiários a partir do primeiro semestre do curso.

Art. 6º O estudante deve estar coberto por seguro contra acidentes pessoais durante a vigência do estágio, que será informado no TCE/PE.

Parágrafo único. Nos casos em que o seguro seja custeado pela UCE ou agente de integração, é necessário que a SERC requisite a apólice de seguro e incorpore ao processo de “Acompanhamento de Estágio”.

Art. 7º A caracterização e definição do estágio será feita entre o IFPR e a UCE, por meio do TCE/PE, no qual estarão acordadas todas as condições de sua realização, e que será periodicamente reexaminado.

Parágrafo único. É responsabilidade do professor orientador e da SERC, a verificação se o TCE/PE está em conformidade e se o estudante cumpre continuamente os artigos 6º, 17 e 26 da Resolução IFPR nº 36/2019, não eximindo o estudante do cumprimento do art. 18 da mesma Resolução.

Art. 8º A responsabilidade por verificar se o estudante estará em local apropriado para estágio, alinhado aos princípios pedagógicos do IFPR, em ambiente de formação para o mundo do trabalho e em acordo com o PPC é responsabilidade da SERC e do professor orientador, antes da formalização do TCE/PE, sendo a formalização do documento garantia da inspeção do campo de estágio.

Art. 9º Para os casos em que seja possível o estágio de 40 (quarenta) horas semanais, em acordo com a Resolução IFPR nº 36/2019, em especial o §1 do art. 17, devem ter a sua previsão de execução definida no TCE/PE ou mediante aditivo ao TCE/PE.

Parágrafo único. No caso de estágio durante as férias, a orientação será indireta, retornando a orientação prevista no TCE/PE após esse período.

Art. 10º Toda alteração ao TCE/PE será realizada por meio de aditivo, que deverá ser formalizado, com intermédio da SERC, durante a vigência do TCE/PE.

Art. 11. O TCE/PE, aditivos, equivalências, relatórios e demais requisições deverão ser realizados por meio dos formulários próprios disponibilizados pela SAEE/PROENS e SERC, nos prazos estabelecidos e divulgados pelo campus.

Art. 12. Não serão aceitos TCE/PE e aditivos ao TCE/PE:

- I) com data retroativa.
- II) antes do período indicado.
- III) que contenham rasuras ou indicativos de alteração.
- IV) com informações obrigatórias faltantes.
- V) sem a assinatura do estudante e do professor orientador.

Parágrafo único. Como regra, o chefe da SERC assinará somente após a assinatura das demais partes.

Art. 13. Os documentos da relação de estágio deverão ser entregues e protocolados na Secretaria Acadêmica do campus, que fará o encaminhamento para a SERC, a qual terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para realizar a tramitação necessária.

Art. 14. A SERC abrirá processo no SEI, com a tipologia “Acompanhamento de estágio”, por oferta de curso, que conterà:

- I) todos os documentos da relação de estágio (TCE/PE, aditivos ao TCE/PE, relatórios, etc.).
- II) o relatório dos estudantes que realizaram estágio não obrigatório trará as informações necessárias ao lançamento pela Secretaria Acadêmica em histórico escolar do estudante.

§ 1º. O processo será tramitado para SAEE/PROENS para fins de controle.

§ 2º. A SERC abrirá um novo processo de “Acompanhamento de estágio”, vinculado ao processo de oferta, para casos em que seja requerida equivalência para análise do colegiado do curso.

§ 3º. Ao término da oferta, deverá ser registrado o quantitativo de estudantes que realizaram estágio obrigatório e não obrigatório, por meio de despacho final à SAEE/PROENS, que poderá ser realizado pelo Coordenador do Curso.

§ 4º As relações de estágio são comprovadas pelos documentos do processo.

Art. 15. O convênio de estágio, quando necessário, deverá ser formalizado antes do início da realização de estágio, sendo de responsabilidade dos Coordenadores de Curso e dos professores orientadores a verificação da necessidade.

§ 1º Compete à SERC, o apoio à formalização.

§ 2º Compete à SAEE/PROENS, a supervisão e a orientação.

Art. 16. Os estágios obrigatórios dos cursos técnicos integrados ao Ensino médio e subsequentes terão as seguintes especificações:

§ 1º. Deverão cumprir as horas especificadas em seus PPC, tanto para o tempo de atuação em campo, quanto para a disciplina de orientação de estágios.

§ 2º. Ocorrerão apenas nos anos em que houver a abertura do componente orientação de estágios para matrícula dos alunos, conforme estabelecido nos PPC.

§ 3º. Serão realizados nas modalidades semidireta ou indireta.

§ 4º. A jornada de estágio em períodos de recesso escolar poderá ser ampliada e estabelecida de comum acordo entre o estagiário e a parte concedente do estágio, professor orientador, sempre com a interveniência da Coordenação do Curso.

Art. 17. Os estágios dos cursos técnicos integrados na modalidade de alternância terão as seguintes especificações:

§ 1º. O estágio desenvolver-se-á, prioritariamente, em unidades de produção e vida familiar ou entidades ligadas à agricultura familiar que desenvolvam ações concorrentes ao propósito de agregação de valor no processo de formação do aluno, especialmente, voltadas às práticas

agroecológicas. Na definição do local de estágio, será observada a proximidade entre as atividades desenvolvidas pela entidade ou Unidade de Produção e Vida Familiar (UPVF) e o tema do estágio do estudante.

§ 2º. A orientação do estágio dar-se-á na modalidade indireta por professor ou monitor orientador, escolhido pela Coordenação de Curso entre os participantes do Colegiado do Curso.

Art. 18. Os estágios dos cursos de licenciatura terão as seguintes especificações:

§ 1º. A matrícula no Estágio Supervisionado com ênfase no Ensino fundamental I é condicionada à aprovação nas componentes curriculares: Matemática Fundamental, Matemática Elementar, Geometria Plana, Didática Geral, Seminários Metodológicos para o Ensino da Matemática.

§ 3º. A matrícula no Estágio Supervisionado com ênfase no Ensino fundamental II é condicionada à aprovação na componente curricular de Estágio Supervisionado com ênfase no Ensino fundamental I.

§ 4º. A matrícula no Estágio Supervisionado com ênfase no Ensino médio I é condicionada à aprovação na componente curricular de Estágio Supervisionado com ênfase no Ensino fundamental II.

§ 4º. A matrícula no Estágio Supervisionado com ênfase no Ensino médio II é condicionada à aprovação na componente curricular Estágio Supervisionado com ênfase no Ensino médio I.

§ 5º. Os acadêmicos só poderão pedir equivalência do Estágio Supervisionado com ênfase no Ensino fundamental I e Estágio Supervisionado com ênfase no Ensino médio I, desde que atenda aos requisitos dispostos no Capítulo VI da Resolução IFPR nº 36/2019.

§ 6º. Para fins de organização, as horas destinadas ao Estágio Supervisionado com ênfase no Ensino fundamental II e Estágio Supervisionado com ênfase no Ensino médio II deverão ter o mínimo de 10 horas e máximo de 15 horas de prática docente.

## CAPÍTULO II DA EQUIVALÊNCIA

Art. 19. As horas de estágio não obrigatório poderão ser utilizadas para horas de atividades complementares, sendo o percentual máximo de utilização de 25%.

Art. 20. O estudante, nos casos previstos nos incisos I e II do art. 27 da Resolução IFPR nº 36/2019, poderá solicitar ao professor orientador, por meio de formulário próprio, equivalência de até 70% da carga horária de estágio, considerando:

- a) estágios de até 200h (duzentas horas): deverão ser comprovados no mínimo 3 meses de experiência nos últimos 2 (dois) anos.
- b) estágios de até 400h (quatrocentas horas): deverão ser comprovados no mínimo 6 meses de experiência nos últimos 3 (três) anos.
- c) estágios superiores a 400h (quatrocentas horas): deverão ser comprovados no mínimo 12 meses de experiência nos últimos 5 (cinco) anos.

Parágrafo único. Caberá ao Colegiado do Curso avaliar as características qualitativas das atividades realizadas e definir o percentual de equivalência por estudante limitado ao valor do caput.

Art. 21. O estudante, no caso previsto no inciso III do art. 27 da Resolução IFPR nº 36/2019, poderá solicitar ao professor orientador, por meio de formulário próprio, equivalência da carga horária de estágio.

Parágrafo único. Caberá ao Colegiado do Curso avaliar as características qualitativas das atividades realizadas e aprovar ou não a equivalência pretendida.

Art. 22. O estudante, no caso previsto no inciso IV do art. 28 da Resolução IFPR nº 36/2019, poderá solicitar ao professor orientador, por meio de formulário próprio, equivalência da carga horária de estágio. Para tanto, o Colegiado do Curso considerará:

I - a compatibilidade das atividades desenvolvidas com o componente curricular de estágio obrigatório.

II - a compatibilidade das horas totais.

§ 1º No caso das licenciaturas, o nível de ensino previsto no componente curricular de estágio deverá ser considerado.

§ 2º Para os casos do PIBID e Residência Pedagógica, os professores orientadores responsáveis pelos programas emitirão pareceres de equivalência para os componentes de estágio obrigatório.

Art. 23. Os documentos comprobatórios para a solicitação de equivalência de carga horária de estágio seguem o rol exemplificativo do §1 do art. 28 da Resolução IFPR nº 36/2019.



Art. 24. A matrícula, sua confirmação e a frequência regular no curso são itens indispensáveis para iniciar e continuar em estágio, sendo de responsabilidade do professor orientador notificar as mudanças na situação do estudante à SERC.

Parágrafo único. O professor orientador e o Coordenador de Curso, com intermédio da SERC, podem, justificadamente, não iniciar ou interromper estágio de estudante que não mantenha as condições acadêmicas mínimas, registrando formalmente por e-mail.

### CAPÍTULO III DO DESLIGAMENTO

Art. 25. A rescisão do estágio deverá ocorrer por meio de formulário próprio, respeitando-se as regras previstas no art. 31 da Resolução IFPR nº 36/2019, considerando que a SERC tem o prazo de 5 (cinco) dias úteis para tramitações necessárias.

### CAPÍTULO IV DA ORIENTAÇÃO, SUPERVISÃO E AVALIAÇÃO

Art. 26. A orientação de estágio não obrigatório será da forma indireta, nos termos da Resolução IFPR nº 36/2019, exceto se previsto de forma diferente no PPC.

Art. 27. Para orientação de estágio não obrigatório, é computada a carga horária de 1 (uma) hora-aula semanal para até 10 (dez) estudantes e de 2 (duas) horas-aulas semanais para mais de 10 (dez) estudantes, considerando-se o limite de 20 (vinte) estudantes por professor.

Art. 28. Para avaliação e acompanhamento do estágio obrigatório, são consideradas as mesmas concepções que orientam o processo de ensino e aprendizagem, conforme previsto no PPC e na Resolução IFPR nº 36/2019, observando-se:

I – a articulação entre teoria e prática em produções e vivências do estudante, durante a realização do estágio.

II – a participação do estudante nos encontros de orientação de estágio, atendendo ao critério de assiduidade no componente curricular.

III – a autoavaliação do estudante.

IV – a elaboração e construção do plano de estágio, nas etapas acordadas.

V – a elaboração e entrega dos relatórios de estágio, nas etapas acordadas.

VI – a participação em eventos específicos com a socialização das experiências e resultados do estágio.

## CAPÍTULO V DA RESPONSABILIDADE

Art. 29. A Resolução IFPR nº 36/2019 trata das responsabilidades dos estagiários durante todo o texto, em especial no art. 18, que se complementam com as seguintes:

I - aceitar as normas de estágio do IFPR e da UCE.

II - escolher seu campo de estágio, dentre aqueles credenciados pelo IFPR, com o auxílio do professor orientador.

III - elaborar o TCE/PE, aprovado pelo professor orientador e a UCE.

IV - assinar e cumprir o TCE/PE.

V - entregar relatórios, fichas de frequências e demais documentos necessários que formalizam a relação de estágio.

Art. 30. A Resolução IFPR nº 36/2019 trata das responsabilidades dos professores orientadores de estágio durante todo o texto, que se complementam com as seguintes:

I - pesquisar os campos de estágio que executam práticas compatíveis com as atividades de estágio.

II - elaborar e organizar o plano de estágio junto aos agentes nele envolvidos, objetivando o cumprimento do PPC.

III - manter encontros periódicos com seus orientandos para acompanhamento das atividades.

IV - oferecer aos estagiários condições necessárias para o desenvolvimento da execução das atividades programadas no plano de atividades.

V - orientar os estudantes, em conjunto com a SERC, sobre os procedimentos de estágio.

VI - interagir com os supervisores de forma a garantir sua participação ativa no planejamento e acompanhamento do estágio.

VII - acompanhar, orientar e direcionar o estudante no decorrer de sua prática profissional. VIII - cumprir as exigências normativas em relação ao acompanhamento de desempenho, frequência e avaliação do estudante, em caráter parcial e final.

IX - manter em dia a documentação referente aos estágios supervisionados que lhe dizem respeito.

X - acompanhar o trâmite dos processos a que seus estagiários estão vinculados, cobrando desses o cumprimento dos prazos processuais.

## CAPÍTULO VI DO REGISTRO PELA SECRETARIA ACADÊMICA

Art. 31. De acordo com o inciso II, art. 13, deste regulamento, a Secretaria Acadêmica procederá ao registro do estágio não obrigatório do estudante no sistema acadêmico, considerando:

I - o relatório de estágio, que trará as informações necessárias ao lançamento, contendo: a) número da matrícula; b) nome do estudante; c) carga horária total.

II - quando não houver possibilidade de registro no sistema acadêmico, a Secretaria Acadêmica devolverá o processo para a SERC, informando quais estudantes não foram possíveis os registros e solicitando a emissão das declarações de conclusão de estágio por esta unidade ou UCE;

§ 1º Para os casos especificados no item I, a Secretaria Acadêmica deverá registrar no sistema acadêmico a informação: “O estudante concluiu XXX horas de estágio não obrigatório no decorrer do curso”.

§ 2º Para os casos especificados no item II, a Secretaria Acadêmica, após receber a declaração de conclusão do estágio, deverá arquivar na pasta individual do estudante.

## CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 32. Este regulamento entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todos os regulamentos de estágios presentes nos PPC do campus.

Art. 33. A necessidade de atualização deste RGE será avaliada periodicamente pelos Colegiados de Curso, os quais, caso a verifiquem, utilizar-se-ão dos mesmos trâmites de aprovação deste documento.

Parágrafo único. Caso a atualização do RGE seja constatada na criação ou ajuste de curso, a proposta de alteração deverá ser inserida como anexo do PPC e, após a sua aprovação, atualizada na página do campus.

Art. 34. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso ao qual o estudante está relacionado, e em última instância, pela Direção de Ensino.

## CAPÍTULO VIII

### DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 35. Os PPC que não contiverem a menção ao estágio não obrigatório terão o prazo de 2 (dois) anos para adequação, sendo, neste ínterim, permitida a sua realização, desde que o perfil do egresso esteja alinhado ao estágio do estudante.

Art. 36. Para os casos em que a orientação não esteja definida em PPC, será considerada a orientação semidireta, sendo a sua menção no PPC oportunamente inserida quando realizado o ajuste curricular.